

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RIGER – RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Ano: 2025

☐

Semestral

☒

X

Anual

ATENÇÃO! Marque com um X uma das opções acima, conforme o período das informações: 1º semestre (consolida as informações do 1º semestre) ou anual (as informações do 1º semestre são acumuladas às do 2º semestre para fins de consolidação do ano vigente).

DADOS DO RELATÓRIO	
ELABORADO POR:	DAYANE OLIVEIRA VERLY KERLY CRISTINA LESSA GUIMARÃES FRANCISCO FERREIRA LIGIERO
APROVADO POR:	CARLOS MAURO BRASIL CHERUBINI
DATA DE EMISSÃO:	15/01/2026

DADOS REFERENCIAIS DA UNIDADE EMISSORA DO RIGER	
DENOMINAÇÃO:	SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)
TELEFONE:	(21) 3133-7540/3133-7533
LINK:	http://www.tjrj.jus.br/web/portal-governanca
CNPJ:	28.538.734/0001-48 (TJRJ)
E-MAIL GERAL:	sggic@tjrj.jus.br



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Sumário

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	6
1.1. Organograma.....	6
1.2. Gestores e Assessores	7
1.2.1. Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC)	7
1.2.2. Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP)	8
1.2.3. Departamento de Inovação e Desenvolvimento (DEIND)	9
1.2.4. Departamento de Integridade (DEINT).....	10
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	11
2.1. Legislação e documentação correlata	11
3. GOVERNANÇA	12
3.1. Legislação correlata	12
3.2. Prêmio CNJ de Qualidade	12
3.2.1. Ranking da Governança	12
4. INOVAÇÃO	14
4.1. Legislação correlata	14
4.2. Projetos desenvolvidos pelo Departamento de Inovação e Desenvolvimento.....	14
4.2.1. Encontro de Gestores – Divulgação de Boas Práticas	14
4.2.2. Folhas de Rosto de Editais – Adaptação à LS e Visual Law	16
4.2.3. Ranking do Selo das Boas Práticas.....	17
4.2.4. E Se a Inspeção Fosse Hoje? (Governança nos Gabinetes da 2ª Instância e nas Secretarias)	18
4.3. Projetos em Andamento	20
4.3.1. Petição Cidadã (Projeto Estratégico)	20
4.3.2. Criação de modelos de mandados do JEC em Linguagem Simples e Visual Law para oferecer à COJES	21
4.3.3. Banco Nacional da Linguagem Simples e Imagem do Poder Judiciário.....	22
4.3.4. Sistema de Registro de Motivações de Desligamento	23
4.3.5. Menos é Mais – Edição 2026	24
4.3.6. Cursos de Laboratoristas em conjunto com o Fórum do Poder Judiciário no RJ (FOJURJ)	25
4.3.7. Cursos de laboratoristas para Magistrados (SGGIC/EMERJ)	26



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4.3.8. Selo Verde (Unificação de projetos 'Água & Luz' e 'Selo Verde' da Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social/Divisão de Gestão Ambiental (SGSUS-DIGAM).....	27
4.3.9. Selo Acessibilidade (Sistema de Reconhecimento Referente a Adoção de Boas práticas que Promovam Acessibilidade e Inclusão)	28
4.3.10. Unificação de Dados Referentes ao Cumprimento de Mandados Judiciais	29
4.3.11. Eu Te Vejo	29
4.3.12. Curso de Laboratoristas para Comarcas do Interior.....	31
4.3.13. Portal da Tecnologia e Inovação.....	31
4.3.14. Projeto VEP	32
4.3.15. Qualidade de Vida do Servidor	32
4.3.16. Gamificação para serventias que cumprirem metas do CNJ.....	33
4.4. Meta Nacional 2025 CNJ – Meta 9: Estimular a inovação no Poder Judiciário	34
4.4.1. Divulga PID – Ponto de Inclusão Digital.....	34
4.4.2. Vídeos Jurídicos	35
4.5. Prêmio CNJ de Qualidade	37
4.5.1. Responsividade Administrativa	37
5. INTEGRIDADE	38
5.1. Definição.....	38
5.2. Legislação e documentos correlatos	38
5.3. Reestruturação do Departamento de Compliance e Gestão de Risco, atual Departamento de Integridade	39
5.4. Programa de Integridade.....	40
5.4.1. Transparência	41
5.4.2. Gestão de Risco	43
5.4.3. Compliance	45
6. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA SGGIC	50
6.1. Certificação NBR ISO 9001:2015.....	50
6.2. Direcionadores Estratégicos:	51
7. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	52
7.1. Revisão do Plano Estratégico.....	52
7.2. Evolução dos Projetos Estratégicos	55
7.3. Situação Global dos Projetos Estratégicos	56



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7.4. Situação de andamento dos Projetos Estratégicos	56
7.5. Implementação dos Projetos Estratégicos	57
7.6. Execução orçamentária estimada na execução do cronograma	58

8. INDICADORES E MÉTRICAS INSTITUCIONAIS..... 60

8.1. Índice de Alcance das Metas Estratégicas	60
8.2. Índice de Transparência	60
8.3. Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade	61
8.4. Acervo de Rotinas Administrativas (RAD) do PJERJ	62
8.5. Unidades Organizacionais com novo modelo de RAD	63
8.6. Quantidade de sistemas certificados (ISO) 9001	64
8.7. Implementação do Modelo Basilar de Gestão (MBG)	65
8.8. Gestão Por Resultado	89

9. OUTRAS REALIZAÇÕES DA SGGIC.....101

9.1. Gabinete	101
9.2. DEGEP	104
9.3. DEINT	107
9.4. DEIND	108

10. PLANILHAS DE INDICADORES - ESTRATÉGICOS GERENCIAIS E OPERACIONAIS113



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

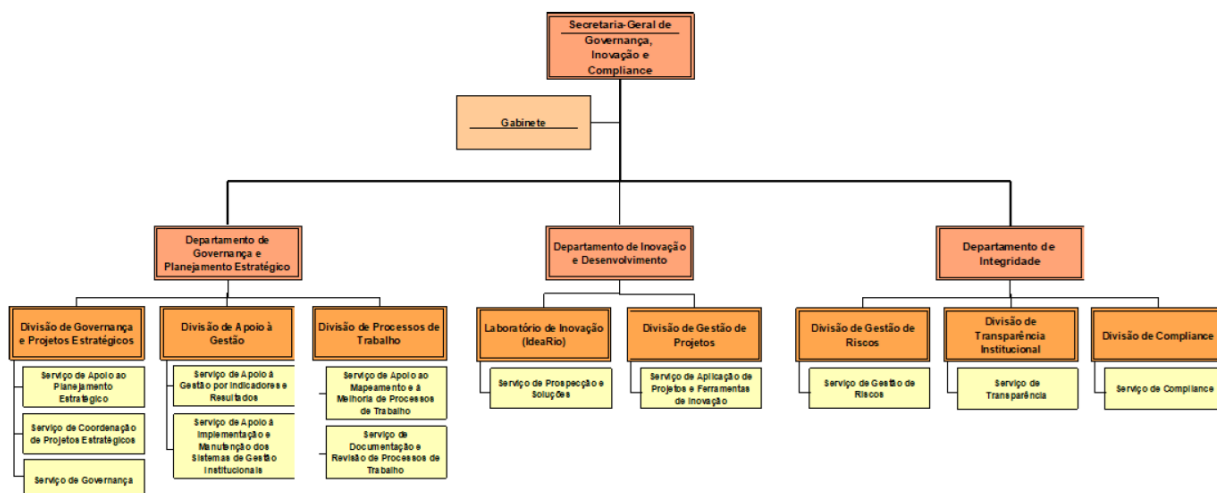
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

RESOLUÇÃO OE nº 03/2025 e RESOLUÇÃO OE nº 11/2025 - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

1.1. Organograma

ANEXO XIV – SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1.2. Gestores e Assessores

1.2.1. Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC)

A Secretaria Geral de Governança, Inovação e Compliance, diretamente subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tem por missão promover a governança, por meio de orientação e implementação de mecanismos de gestão, estratégia, compliance e de soluções inovadoras e transparentes, em todas as unidades do TJERJ, contribuindo para resolução dos conflitos de interesse por meio das melhorias implementadas.

As áreas estratégicas de negócio podem orientar os eixos estratégicos. Esses eixos são os caminhos escolhidos para atingir os objetivos de cada área de negócio projetada.



Carlos Mauro Brasil Cherubini

Secretário-Geral de Governança, Inovação e Compliance

3133-7074

Carlosbrasil@tjrj.jus.br



Michele Vieira de Oliveira

Assessora Especial da Presidência (junto a SGGIC)

3133-7576

michelevieira@tjrj.jus.br



Kerly Cristina Lessa Guimaraes

Assessora

3133-7533

kerlyguimaraes@tjrj.jus.br



Paulo Roberto de Souza

Assessor

3133-7540

paulorsouza@tjrj.jus.br



Isa Claudia Maria Torres

Assistente

3133-3431

isa@tjrj.jus.br



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1.2.2. Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP)

O DEGEP é responsável pela implementação de políticas de governança na instituição, bem como pelo desenvolvimento e monitoramento do planejamento estratégico institucional e pela adoção de práticas de gestão que contribuam para a uniformização das diretrizes gerenciais administrativas e pela modernização da gestão no TJRJ como um todo.



Virginia Maria Correa Viveiros

*Diretora do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico
DEGEP*

3133-7121

virginiame@tjrj.jus.br



Iara Silva Fraguas Sym

*Diretora da Divisão de Governança e
Projetos Estratégicos
DIPEP*

3133-7722

iafracguas@tjrj.jus.br



**Danielle da Cunha Martins
Ribas**

*Diretora da Divisão de Apoio à Gestão
DIAGE*

3133-7536

danielle@tjrj.jus.br



Patrícia de Souza Ferreira

*Diretora da Divisão de Processos de
Trabalho
DITRA*

3133-7538

pferreira@tjrj.jus.br

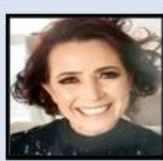


Antônio Carlos da Silva Ferreira

*Chefe do Serviço de Apoio ao
Planejamento Estratégico
SEMPE*

3133-7559

antonioacs@tjrj.jus.br



Lilian Carla de Mello Rocha

*Chefe do Serviço de Apoio à Gestão
por Resultados
SEGER*

3133-7535

lilianmello@tjrj.jus.br



Thales Reis Baeta

*Chefe do Serviço de Apoio ao
Mapeamento de Processos de
Trabalho
SETRA*

3133-7535

thales@tjrj.jus.br

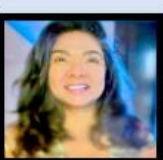


**Anna Claudia Machado de
Oliveira Otero**

*Chefe do Serviço de Coordenação de
Projetos Estratégicos
SECOP*

3133-7537

annaoliveira@tjrj.jus.br



Elanir Jansen Monteiro Correa

*Chefe do Serviço de Apoio à
Implementação e Manutenção dos
Sistemas de Gestão Institucional
SEIGI*

3133-7527

elanirjansen@tjrj.jus.br



Diane Santos de Medeiros

*Chefe do Serviço de Documentação e
Revisão de Processos de Trabalho
SEDOT*

3133-7731

dianemedeiros@tjrj.jus.br



Jeferson Guimarães Soares

*Chefe do Serviço de Governança
SEGOR*

3133-7537

jeferson.soares@tjrj.jus.br



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1.2.3. Departamento de Inovação e Desenvolvimento (DEIND)

Cabe ao DEIND disseminar a cultura de inovação entre as unidades do Poder Judiciário e promover a concepção e desenvolvimento de novos projetos, que resultem no aumento da efetividade das ações do Poder Judiciário e fomentem o alcance e a qualidade dos resultados.



Fernando Braga Minelli

Diretor do Departamento de Inovação e Desenvolvimento – DEIND

3133-1905

fernandominelli@tjrj.jus.br



Priscilla Mariano Almeida

*Diretora do Laboratório de Inovação
IdeaRio*

3133-3319

priscilamariano@tjrj.jus.br



Ricardo Alves dos Reis

*Diretor da Divisão de Gestão de Projetos
DIGEP*

3133-2138

ricardoalves@tjrj.jus.br



Marcelo dos Santos

*Chefe de Serviço de Prospecção e
Soluções*

SEPROS

3133-4482

marcelosantos@tjrj.jus.br



Ricardo Gonçalves do Carmo

*Chefe de Serviço de Aplicação de
Projetos e Ferramentas de
Inovação*

SEAPF

3133-3432

ricardocarmo@tjrj.jus.br



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1.2.4. Departamento de Integridade (DEINT)

O DEINT é responsável pelo desenvolvimento do Programa de Integridade do TJERJ e implementação das políticas correspondentes, como gestão de risco, compliance e transparência, prestando auxílio às unidades do Tribunal na aplicação de ferramentas que permitam melhores práticas voltadas para a ética, efetividade e conformidade das atividades.



Diana Constantino Schmidt
Diretora do Departamento de Integridade - DEINT
3133-9372
dianaconstantino@tjrj.jus.br



Vanessa Ferreira Martins Vilela
Diretora da Divisão de Riscos - DIGRI
3133-9409
vmartins@tjrj.jus.br



Andrea Albuquerque Figueiredo Filippelli
Chefe do Serviço de Gestão de Riscos - SEGRI
3133-9408
andreafigueiredo@tjrj.jus.br



Vitor da Luz Telles
Diretor de Divisão de Transparência Institucional - DITRI
3133-9407
Vitor.telles@tjrj.jus.br



Carolina Dias Badajos
Chefe do Serviço de Transparência - SETRI
3133-9405
Carolinabadajos@tjrj.jus.br



Daniele de Carvalho Romero
Diretora da Divisão de Compliance - DIDCO
3133-9371
Danielecr@tjrj.jus.br



Nayra Ftia Jose de Lima
Chefe do Serviço de Compliance - SEDCO
3133-9298
nayralima@tjrj.jus.br



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2.1. Legislação e documentação correlata

- [RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 11/2021](#)- Estabelece a Política de Gestão Estratégica, alinha a estratégia às diretrizes de governança e institui as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro 2021-2026 (PJRJ)
- [RESOLUÇÃO TJ/OE/RJ Nº 12/2021](#) - Aprova o Plano Estratégico, o Plano de Ação Governamental (PAG), a Matriz de Indicadores Estratégicos e o Plano de Comunicação da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 93/ 2023](#) - Revisa o Plano Estratégico e a Matriz de Indicadores Estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).
- [Portaria nº 917/2025](#) - Designa e reconduz membros da Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP).
- [Portaria nº 1546/2025](#) - Designa membros para a Comissão de Inovação e Acompanhamento de Projetos Especiais (COIPE).
- [Portaria nº 981/2023](#) - Designa membros para o Subcomitê Gestor do Segmento da Justiça Estadual no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.
- Plano Estratégico Sexênio 2021-2026
- Plano de Ação Governamental - PAG
- Mapa Estratégico do PJRJ
- Plano de Comunicação da Estratégia



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3. GOVERNANÇA

3.1. Legislação correlata

- [ATO NORMATIVO TJ Nº 09/2023](#) - Estabelece a Política de Governança da Estratégia do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- [ATO NORMATIVO Nº 10/2023](#) - Estabelece o Sistema de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- [ATO NORMATIVO TJ Nº 06/2024](#) - Estabelece diretrizes para classificação e gestão de projetos no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- [RESOLUÇÃO OE Nº 17/2024](#) - Estabelece os modelos de gestão que formam o Sistema de Governança do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- [ATO NORMATIVO Nº 36/2024](#) - Cria e regulamenta o Ranking da Governança, destinado à avaliação das unidades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

3.2. Prêmio CNJ de Qualidade

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) ganhou o selo prata do Prêmio CNJ de Qualidade 2025, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre os tribunais de grande porte. A premiação ocorreu durante o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Florianópolis (SC), no dia 02/12/2025.

Seguem os resultados alcançados pelo TJRJ nos últimos anos:

RESULTADOS TJRJ				
2021 (1º ano da gestão)	2022 (2º ano da gestão)	2023 (1º ano da gestão)	2024 (2º ano da gestão)	2025 (1º ano da gestão)
57,4%	64,3%	57,3%	64,6%	58,3%
Sem Selo	Selo Prata	Sem Selo	Selo Prata	Selo Prata

Criado em 2019, o Prêmio CNJ de Qualidade é entregue anualmente aos melhores órgãos do Poder Judiciário, avaliando critérios como governança, produtividade, transparência, dados e tecnologia.

3.2.1. Ranking da Governança

Criado e regulamentado pelo Ato Normativo TJ nº 36/2024, a segunda edição do Ranking da Governança foi realizada no mês de agosto de 2025 e conduzida pelo DEGEP.

O Ranking da Governança do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ) tem a finalidade de avaliar a implementação da governança interna do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro



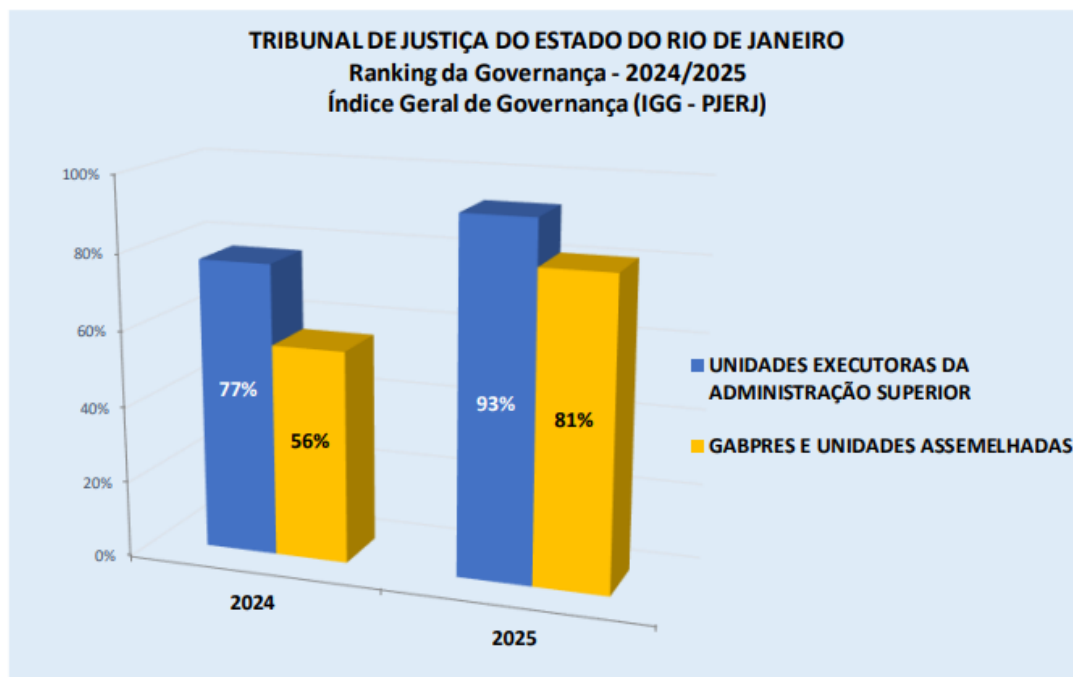
RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

(TJRJ), por meio das Vice-Presidências, Secretarias-Gerais, Diretorias-Gerais, Escolas (Magistratura, Administração Judiciária e Mediação) e unidades assemelhadas que integram a estrutura administrativa do TJRJ. O Ranking foi dividido em 2 (dois) segmentos, com o intuito de agrupar unidades afins. Um segmento englobou as Vices, Secretarias e Diretorias Gerais, Escola da Magistratura e Núcleo de Auditoria Interna (1º segmento), e o outro englobou as unidades do Gabinete da Presidência (Departamentos e Assessorias), Escola de Mediação, Escola de Administração Judiciária, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Ouvidoria-Geral (2º segmento).

O processo de avaliação do Ranking da Governança, no seu segundo ano de implementação, foi baseado na aplicação de questionário composto por perguntas que abordaram elementos vinculados a Liderança (pessoas e competências, princípios e comportamentos, liderança organizacional e sistema de governança), Estratégia (relacionamentos com as partes interessadas, estratégia organizacional e alinhamento organizacional) e Controle (gestão de riscos e controle interno, auditoria interna e accountability e transparência).

Após a consolidação dos resultados de 2025, o Índice Geral de Governança (IGG) do 1º segmento (unidades executoras da Administração Superior) alcançou 93% e o do 2º (unidades do GABPRES e assemelhadas), 81%. Tais resultados, muito superiores aos da 1ª edição (2024), refletem o esforço das unidades no cumprimento dos planos de melhoria desenvolvidos e implementados com o apoio da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC).



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4. INOVAÇÃO

4.1. Legislação correlata

- [ATO NORMATIVO TJ N.º 08/2023](#) - Dispõe sobre a Política de Gestão da Inovação da Secretaria Geral de Governança, Inovação e Compliance e dá outras providências.
- [Resolução do CNJ nº 395/2021](#) – Institui a política de gestão da inovação no âmbito do Poder Judiciário.
- [Portaria Presidência CNJ nº 379/2024](#) – Regulamenta o plano nacional de inovação no Poder Judiciário

4.2. Projetos desenvolvidos pelo Departamento de Inovação e Desenvolvimento

4.2.1. Encontro de Gestores – Divulgação de Boas Práticas

Durante o Encontro de Gestores Judiciários foi constatado que muitos gestores do PJERJ tinham pouco conhecimento sobre o Banco de Boas Práticas, inclusive como acessá-lo e utilizá-lo para melhorar os seus processos de gestão. Diante desse cenário, foi sugerida a criação de um projeto, com o objetivo de suprir as seguintes lacunas identificadas:

- 1) Ampliar a divulgação do Banco de Boas Práticas;
- 2) Reforçar a divulgação dos objetivos e metas das unidades;
- 3) Dar visibilidade aos casos de sucesso.

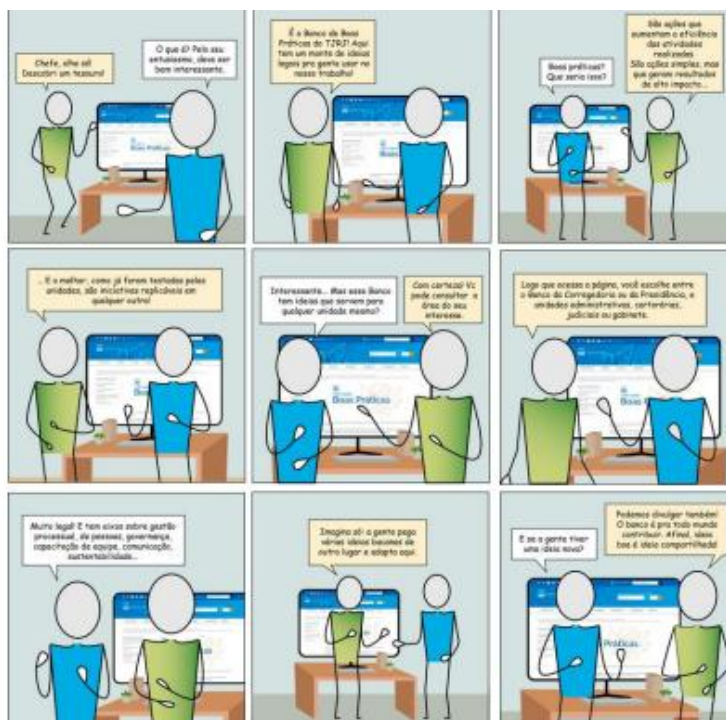
O proprietário deste projeto foi a Divisão de Apoio a Gestão (DIAGE) e a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) atuou na coordenação de atividades necessárias para a gestão deste projeto tais como a elaboração e controle do cronograma, condução de reunião com as equipes, elaboração de relatórios, garantia da boa comunicação entre as partes envolvidas, revisão e aprovação dos materiais desenvolvidos tais como tirinhas jurídicas sobre Boas Práticas e vídeos explicativos sobre o Banco de Boas Práticas.

Este projeto foi concluído em 05 de maio de 2025 e teve como resultados:

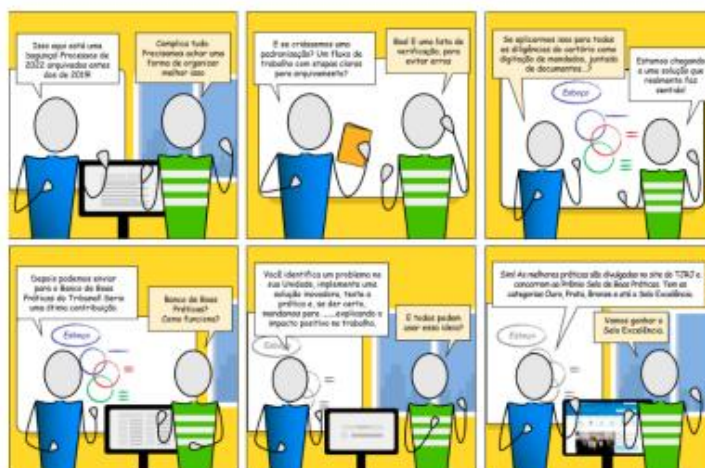
- 1) Publicação de novas Boas Práticas Administrativas tendo por base o Encontro de Gestores;
- 2) Publicação de tirinhas jurídicas;
- 3) Realização de palestra ao vivo com o tema "Boas Práticas: Uma ferramenta simples para a gestão judiciária do Tribunal de Justiça";
- 4) Realização da palestra online com o tema "Boas Práticas na Mediação";
- 5) Realização de entrevista com a unidade ganhadora do prêmio "Prática Inovadora";
- 6) Elaboração e disponibilização de vídeo explicativo sobre Boas Práticas;
- 7) Elaboração e distribuição do Cartaz-template "Gestão à Vista";
- 8) Campanha de divulgação nos sistemas EJUD e SEI e no Boletim da Governança.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Com exceção do cartaz-modelo, todos os produtos deste projeto podem ser encontrados na página das [Boas Práticas no site do TJRJ](#).



Tirinha "Banco de Boas Práticas: como acessar"



Tirinha "Como funcionam as Boas Práticas"

Tirinhas jurídicas

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Palestra ao vivo com o tema "Boas Práticas: Uma ferramenta simples para a gestão judiciária do Tribunal de Justiça"



Vídeo explicativo sobre Boas Práticas

4.2.2. Folhas de Rosto de Editais – Adaptação à LS e Visual Law

O projeto teve início em março de 2025, a partir de demanda formalizada pela Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL), que buscava uma solução capaz de reduzir o número de recursos, impugnações e pedidos de esclarecimento relacionados ao conteúdo dos editais. Com base no briefing apresentado, o IdeaRio iniciou um processo de análise e cocriação voltado à melhoria da comunicação dos documentos convocatórios.





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Nesse contexto, foram desenvolvidos modelos de folhas de rosto para editais, que aplicam princípios de linguagem simples e técnicas de visual law, como organização visual mais clara, hierarquia informacional e uso de elementos gráficos que facilitam a compreensão imediata do conteúdo essencial.

O trabalho foi concluído em julho de 2025, resultando em materiais mais acessíveis, padronizados e orientados ao cidadão, contribuindo diretamente para a diminuição de dúvidas recorrentes e para a melhora da transparência e eficiência dos processos licitatórios.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº <NUM_LICITA> Lei nº 14.133/2021 PROCESSO SEI Nº	
OBJETO	Objeto: <OBJ_COMPLETO> Valor Total Estimado: R\$ <VALOR> (<VALOR_EXTENSO>)
DADOS DA SESSÃO PÚBLICA	 QUANDO: Data de Abertura da Sessão: <DATA_LICITA> às <HORARIO> ONDE: No portal www.gov.br/compras UASG TJRJ: 30100
PRINCIPAIS INFORMAÇÕES	Critério de Julgamento: <TIPO> Exige amostra e/ou protótipo? sim / não Visita prévia e meio de agendamento: UO, Telefone, e-mail. Modo de disputa: aberto/ aberto e fechado/ fechado e aberto Intervalo entre os lances: 0,1% Prazo contratual: Regime de execução: Admite cooperativa? Admite consórcio?
HABILITAÇÃO	 Veja o detalhamento dos documentos necessários no edital e no Termo de Referência (Anexo I) <ul style="list-style-type: none">- SICAF, CRC/TJ ou documentos equivalentes- Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor Cível da Comarca onde está situada a matriz da pessoa jurídica- Índices de Liquidez (LG, LC e SG) superiores a 1 e/ou PL não inferior a 10% do valor estimado da contratação [verifique se a exigência é cumulativa ou alternativa e se consta no TR]- Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal (quando for o caso)- Regularidade junto as fazendas federal, estadual e municipal (quando for o caso)- Regularidade Trabalhista (CNDT)- Regularidade Social (FGTS)

4.2.3. Ranking do Selo das Boas Práticas

Com o intuito de acompanhar a evolução do prêmio "Selo de Boas Práticas", foi criado o Ranking Selo de Boas Práticas. Consiste em um painel, que foi publicado em março de 2025 no portal do TJRJ, que reúne todas as informações relevantes sobre a premiação. A iniciativa visa reconhecer e valorizar ações que promovem a excelência nas unidades do TJRJ, estimulando a adoção de práticas que possam ser replicadas em todo o Poder Judiciário.

O Ranking abrange tanto as unidades judiciais quanto as administrativas, incluindo aquelas da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e da Presidência. Funciona como uma ferramenta de classificação dos vencedores, destacando o número de boas práticas implementadas e as diferentes categorias do Selo. As telas permitem consultas detalhadas, como as unidades mais premiadas, a quantidade de práticas necessárias para atingir a pontuação exigida no edital do prêmio, e quais unidades foram contempladas com os prêmios de excelência e de prática inovadora.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



4.2.4. E Se a Inspeção Fosse Hoje? (Governança nos Gabinetes da 2ª Instância e nas Secretarias)

Em 2024, o laboratório IdeaRio recebeu a demanda de buscar soluções inovadoras para melhorar a governança interna do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, especialmente nos gabinetes de 2ª instância e secretarias de Câmara. Nesse sentido, foram realizadas reuniões usando a metodologia *Design Sprint* e como resultado foi concebido um projeto cujo principal objetivo foi elaborar e disponibilizar material teórico de apoio às unidades visando a melhoria da gestão interna (otimização da eficiência, da eficácia e da transparência dos processos administrativos e judiciais) e o cumprimento dos indicadores e metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O proprietário deste projeto foi o Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP) e a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) atuou na coordenação de atividades necessárias para a gestão deste projeto tais como a elaboração e controle do cronograma, condução de reunião com as equipes, elaboração de relatórios, garantia da boa comunicação entre as partes envolvidas, elaboração de plano de divulgação do projeto, revisão e aprovação dos E-Books e elaboração de pesquisa de opinião.

Este projeto foi concluído em 14 de novembro de 2025 e teve como resultados:

- 1) Elaboração e disponibilização de E-books que tratam dos temas inspeção do CNJ, Ranking da transparência, sistema EJUD, Sistema DATAJUD, Metas e Prêmio CNJ, Boas Práticas e Tópicos de Governança;
- 2) Disponibilização de painéis dinâmicos com informações sobre Produtividade da Segunda Instância e Metas CNJ;
- 3) Disponibilização de link para a página das Boas Práticas no site do PJERJ;
- 4) Elaboração e disponibilização de teste simulado;
- 5) Elaboração e disponibilização de pesquisa de opinião;
- 6) Elaboração e publicação do Aviso Nº 93/2025 publicado no Diário da Justiça Eletrônico no dia 05 de maio de 2025;
- 8) Campanha de divulgação através de e-mail marketing e boletim SEDIF.

Todos os produtos deste projeto podem ser encontrados na [E Se a Inspeção Fosse Hoje?](#).

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Inspeção CNJ

Esclarecimento sobre o procedimento de inspeção pelo CNJ. Rol dos questionamentos mais frequentes.



Ranking da Transparência

Aprenda sobre o que é o Ranking da Transparência e os temas analisados pelo CNJ no período de avaliação do Ranking.



Sistema EJUD

Manual didático com dicas para acompanhamento do grau de cumprimento das Metas do CNJ, através dos principais relatórios do sistema EJUD.



Sistema DATAJUD (CNJ)

Saiba a importância da correta alimentação dos sistemas de movimentação de processos pelos tribunais, que serão posteriormente endereçados à Plataforma DataJud.



Metas e Prêmio CNJ

Esclarecimento sobre metas anuais do CNJ, o impacto do 2º grau no cumprimento das metas e o prêmio CNJ de qualidade.



Boas Práticas

Manual didático com detalhes do Banco de Boas Práticas do TJRJ e sua contribuição para um melhor andamento da inspeção CNJ.



Tópicos de Governança

Manual didático sobre elementos e conhecimentos gerais relevantes de Governança, com tópicos importantes que facilitam a preparação para a Inspeção CNJ.

E-Books

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Pesquisa de opinião

4.3. Projetos em Andamento

4.3.1. Petição Cidadã (Projeto Estratégico)

Projeto idealizado no Laboratório de Inovação IdeaRIO, em parceria com a Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais – COJES, que busca a melhoria do peticionamento inicial nos Juizados Especiais Cíveis, pelas próprias partes.

Teve início com reunião realizada em março de 2025 em que estiveram presentes, além dos integrantes do IdeaRio, Juízes coordenadores da COJES, Dr. José Guilherme Vasi Werner e Dra. Isabela Lobão dos Santos e juízes auxiliares da Presidência responsáveis pela SGGIC, Dra. Alessandra de Araújo Bilac Moreira Pinto e pela Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC), Dr. João Felipe Nunes Ferreira Mourão.

O escopo prevê a criação e disponibilização de formulário eletrônico, que direcione e possibilite ao cidadão sem a representação de patrono. O formulário será criado com recursos que automatizem ao máximo o procedimento e será elaborado segundo os critérios da linguagem simples.

No momento, a SGTEC desenvolveu a plataforma, com reuniões periódicas para apresentação, acompanhamento e aprovação dos protótipos. Os formulários para petições referentes as interrupções de serviços essenciais foram aprovadas para liberação imediata e serão elaborados os formulários de vícios do produto, companhias aéreas e acidente de trânsito. Os últimos ajustes da



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

plataforma estão em andamento, especificamente na autenticação pelo gov.br, para segurança dos usuários e sistemas, com previsão de lançamento no 1º trimestre de 2026.

O botão para acesso já se encontra disponibilizado no site do TJRJ, em Portais e Comissões/Portal dos Juizados Especiais/Serviço ao Cidadão/Peticionamento Eletrônico, ou no link <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/juizados-especiais/servico-ao-cidadao>, conforme tela adiante:



4.3.2. Criação de modelos de mandados do JEC em Linguagem Simples e Visual Law para oferecer à COJES

Projeto que consiste na criação de novos modelos de mandados de JEC, adaptando-os à Linguagem Simples, a fim de serem disponibilizados nos sistemas de movimentação processual DCP e PJE, como uma opção de uso pelas unidades. Para cada mandado, foi criado, ao fim, o campo 'Resumo Simplificado', com a explicação sucinta e didática sobre o conteúdo do documento, e dicas para consulta processual, contato com a unidade e acesso ao dicionário jurídico

O projeto aproveita a expertise adquirida nas adaptações dos modelos dos JECRIMs, realizadas em 202X, ressaltando que o novo modelo já foi utilizado em intimação oficial pelo V JECRIM do Méier.

Os modelos foram elaborados com base no teor dos mandados mais utilizados pelos JECs nos últimos 12 meses, nos sistemas DCP e PJE. Replicando o padrão dos JECRIMs, agrupamos as informações afins do mandado em campos destacados e simplificamos sua linguagem, mantendo os termos oficiais que julgamos necessários. Para cada mandado, foi criado, ao fim, o campo 'Resumo Simplificado', com a explicação sucinta e didática sobre o conteúdo do documento, e dicas para consulta processual, contato com a unidade e acesso ao dicionário jurídico.

Atualmente, os modelos foram elaborados pelo laboratório e disponibilizados para análise aos Juízes integrantes da COJES, sendo aprovados para agendamento de reunião de apresentação à COJES, para disponibilização às serventias.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4.3.3. Banco Nacional da Linguagem Simples e Imagem do Poder Judiciário

Este projeto é resultado de uma parceria estabelecida entre vários Tribunais da Federação, através de um Protocolo de Intenções, cuja formalização tramita no processo administrativo SEI nº 2023-06146433, e que tem por objetivo a formação, compartilhamento, divulgação e aperfeiçoamento de um banco único de verbetes (esclarecendo, em Linguagem Simples, termos, expressões e conceitos utilizados pela Justiça), bem como de imagens representativas dos referidos verbetes (pictogramas simples criados segundo as regras do *Visual Thinking*).

O proprietário deste projeto é a Secretaria-Geral de Governança, Inovação e *Compliance* (SGGIC) e a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) atua na proposição de definições e pictogramas, na curadoria do Banco Nacional junto com os demais integrantes do Departamento de Inovação e Desenvolvimento (DEIND), na participação em reunião e na garantia da boa comunicação entre as partes envolvidas.

Cumpre esclarecer que já aderiram ao Banco Nacional 34 Órgãos do Poder Judiciário Nacional.

Os resultados esperados para este projeto são:

- 1) Disseminação da produção de comunicações claras, objetivas e inclusivas que permitam que os cidadãos tenham acesso fácil, entendam e consigam utilizar as informações produzidas pelos Órgãos do Poder Judiciário;
- 2) Redução das desigualdades e promoção da transparência, da participação, do controle social e do acesso aos serviços públicos através do uso da Linguagem Simples;
- 3) Incentivo a utilização de uma linguagem mais clara, direta e objetiva, sem prejuízo das regras da língua portuguesa;
- 4) Acesso a informações entre os Tribunais, possibilitando troca de experiências mais efetiva, aprendizado em tempo mais curto e o compartilhamento de boas práticas.

Este projeto encontra-se em fase de aprimoramento uma vez que estão sendo elaborados um aplicativo, em parceria com o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), que tem como objetivo possibilitar a apresentação e deliberação acerca da sugestão de novos verbetes, além da adoção de imagens correspondentes sob uma identidade visual própria do banco e uma plataforma, em parceria com o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), que tem como objetivo automatizar a gestão, alimentação e as comunicações inerentes ao Projeto do Banco Nacional de Linguagem Simples.

Até o momento, este projeto teve como resultados:

- 1) Atualização das definições e verbetes do Banco Nacional da Linguagem Simples;
- 2) Desenvolvimento e divulgação de protótipo de aplicativo desenvolvido pelo TJCE para os partícipes do Protocolo de Intenções;
- 3) Desenvolvimento de plataforma em parceria com o TJBA;
- 4) Divulgação e Disponibilização do Gerador de Linguagem Simples para os partícipes do Protocolo de Intenções.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Logo do Projeto



Protótipo de aplicativo desenvolvido pelo TJCE

4.3.4. Sistema de Registro de Motivações de Desligamento

Na reunião do Comitê de Integridade (COINT) realizada no dia 04 de setembro de 2024 foi apresentada situação em que determinado funcionário terceirizado, que já havia sido dispensado em razão de sua conduta, estaria concorrendo em vaga de empresa contratada, para reingresso no TJRJ. Neste contexto, foi proposta a criação de um sistema interno que registre a motivação das dispensas de cada funcionário desligado, para que nos casos de possíveis reingressos, seja devidamente analisado o histórico do candidato.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Foi aberto processo 2024-06113006 no sistema SEI para que as unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) possivelmente interessadas neste projeto pudessem se manifestar quanto a sua viabilidade. Houve manifestação da Assessoria Jurídica (ASJUR) da Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL), Departamento de Execução de Contratos de Prestação de Serviços (DECOP), Departamento de Integridade (DEINT), Comitês de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (COGENs), Divisão de Gerenciamento de Colaboradores (DIGEC), Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES) e foi decidido que, para início de projeto, o piloto seria um aprimoramento no sistema de Contratos e Atos Negociais (SISCAN).

Uma vez que o piloto foi definido, foi dada ciência formal ao *product owner* do SISCAN e foi criado canal do *Microsoft Teams* destinado às tratativas da demanda, no qual estão registrados os avanços, as deliberações e a gravação da reunião inicial com as áreas envolvidas. Foi realizada reunião no dia 04 de setembro de 2025 e como saídas desta reunião foram definidas as seguintes necessidades:

- 1) Definir critérios objetivos de registro;
- 2) Estabelecer responsabilidades sobre quem pode indicar a restrição;
- 3) Avaliar a conformidade jurídica da solução proposta.

Além disso, o processo foi encaminhado ao Serviço de Privacidade e Proteção de Dados (SEPDA), para análise e manifestação acerca da conformidade da melhoria proposta para o Sistema SISCAN com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) que se manifestou no sentido de não se observar impedimentos para a criação da referida lista nas dependências do TJRJ, podendo o sistema criado absorver outras demandas, vindo a solidificar a maturidade de segurança deste Tribunal de forma ampla.

Foi solicitada a inclusão do Serviço de Segurança de Aplicações (SEAPI) às reuniões de equipes de projeto com objetivo de contribuir nas atividades de definição de requisitos para o desenvolvimento seguro e testes de segurança necessários, bem como encaminhamento ao DEINT para análise e manifestação quanto à conformidade da melhoria proposta, bem como a indicação de um representante para participar das reuniões do projeto.

4.3.5. Menos é Mais – Edição 2026

Em 2023 foi elaborado o projeto Menos é Mais que tinha por objetivo fomentar o consumo consciente e a responsabilidade socioambiental entre os funcionários e a população em geral, contribuindo para a qualidade de vida e para a construção de uma cultura organizacional comprometida com a sustentabilidade. Nesse sentido foi feita uma campanha para um consumo consciente nas unidades judiciais e administrativas do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). Foi solicitado aos servidores que avaliassem os materiais (de consumo, permanentes e de informática) realmente necessários para suas atividades e procedessem à devolução daqueles bens que estivessem em desuso ou subaproveitados; viabilizando a redistribuição desses móveis e materiais entre as unidades com carência.

A primeira edição do projeto foi concluída em 17 de agosto de 2023 e foram recolhidos 8.709 materiais, entre eles armários, estantes e escaninhos e de informática. Foi feita pesquisa com o

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

DEPAM, Divisão de Equipamentos de Tecnologia da Informação (DIETI) e Departamento de Segurança Eletrônica e de Telecomunicações (DETEL) e as três unidades informaram que houve aumento no recolhimento dos materiais durante o período da Campanha Menos é Mais em relação ao exercício anterior.

É válido mencionar que este projeto foi selecionado, dentre as iniciativas cadastradas na plataforma RenovaJud, como sendo de interesse relacionado às políticas judiciais de sustentabilidade nos Tribunais.

Em 2025, foi definida a realização de nova edição do Menos é Mais.

Este projeto encontra-se em fase de desenvolvimento da campanha de divulgação. Até o momento, este projeto teve como resultados:

- 1) Elaboração de cronograma de recolhimento de móveis;
- 2) Elaboração de minuta de aviso que trata dos procedimentos para devolução de materiais permanentes e de informática.

4.3.6. Cursos de Laboratoristas em conjunto com o Fórum do Poder Judiciário no RJ (FOJURJ)

Em agosto de 2025, foi realizado o 2º Curso de Laboratoristas coordenado pelo IdeaRio, em parceria com a Escola de Administração Judiciária (ESAJ), para servidores do TJRJ e dos demais Tribunais integrantes do FOJURJ – Fórum Permanente do Poder Judiciário no Estado do Rio de Janeiro. O curso faz parte das iniciativas adotadas para promover a política de Inovação na Instituição e contou com a participação de 16 servidores, entre TJRJ e integrantes do FOJURJ.

Durante o curso, foram trabalhados conceitos teóricos e atividades práticas sobre como explorar problemas e soluções, utilizando-se diversas ferramentas de inovação apresentadas ao longo da oficina de Design Thinking.

Os alunos concluíram todas as etapas do processo, desde a empatia até a prototipagem, apresentando, por fim, quatro projetos, que serão futuramente objeto de análise e prosseguimento pelo IdeaRio.

Os macrodesafios tratados pelas equipes foram:

- Como impelir as serventias a adotarem práticas e ações que promovam acessibilidade e inclusão?
- Como promover a qualidade de vida do servidor do Tribunal (dos Tribunais)?
- Como fazer a gestão da inovação se consolidar entre as unidades operacionais, judiciais e administrativas do tribunal?
- Como suprir a carência de servidores do Tribunal (dos Tribunais)?

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Ao término do curso todos receberam certificados e estão aptos a participarem das próximas oficinas do IdeaRio, como laboratoristas.



4.3.7. Cursos de laboratoristas para Magistrados (SGGIC/EMERJ)

Projeto desenvolvido para disponibilizar, através de parceria com a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), um Curso de Laboratoristas destinado aos Magistrados. O Projeto atende a Política de Gestão da Inovação do CNJ, conforme Resolução 395/2021 e Portaria nº 379/2024, no sentido da promoção de ampla participação de magistrados na inovação (art. 3º, III) e o desenvolvimento de novas habilidades de magistrados para soluções de problemas complexos através da criatividade.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Em junho de 2025 foram realizados contatos e reuniões com a EMERJ, sendo designados os dias 06 e 13 de março de 2026, para realização do curso, com carga horária de 12 h/a, na modalidade presencial, composto de 15 a 20 Magistrados e credenciamento pela ENFAM.

Curso de Aperfeiçoamento de Magistrados

**INOVAÇÃO E FORMAÇÃO DE
LABORATORISTA ATRAVÉS
DO DESIGN THINKING**

06/03 e 13/03/2026 | 15 h/a | Presencial

Coordenador:
Carlos Mauro Brasil Cherubini
Secretário Geral de Governança,
Inovação e Compliance do TJRJ

Docentes:
Carlos Mauro Brasil Cherubini
Secretário Geral de Governança,
Inovação e Compliance do TJRJ

Daniela Cabral Soares Gasparri
Chefe de Serviço do Serviço de
Registro e Cadastro da CGJ

Aulas Presenciais:
das 09h às 17h

Local:
Lâmina II do Fórum Central
Sala 1017 - IdeaRio

Informações:
3133-1808/3133-3872
emerj.difor@tjrrj.jus.br

4.3.8. Selo Verde (Unificação de projetos 'Água & Luz' e 'Selo Verde' da Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social/Divisão de Gestão Ambiental (SGSUS-DIGAM))

Trata-se de um projeto de sustentabilidade voltado à identificação de métodos e estratégias para reduzir o consumo de água e energia elétrica no TJRJ. A iniciativa surgiu a partir da proposta de criação de um "Selo de Economia e Uso Consciente", sugerida por alunos durante a dinâmica de Design Thinking do curso de formação de laboratoristas de 2024.

Ocorreram unificações de projetos com objetivos semelhantes, visando consolidar uma proposta institucional única para a redução do consumo de recursos nas dependências do Tribunal e submetê-la à apreciação da Alta Administração. No momento o Projeto se encontra em desenvolvimento de ajustes pela SGSUS.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4.3.9. Selo Acessibilidade (Sistema de Reconhecimento Referente a Adoção de Boas práticas que Promovam Acessibilidade e Inclusão)

Em reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – COMAI, no dia 17 de março de 2025, surgiu deliberação para que fosse criado um prêmio pelas boas práticas em acessibilidade e inclusão. Em decorrência desta demanda foi aberto, no sistema SEI, o processo 2025-06269030 para enfrentamento do macrodesafio: *“como instituir um sistema de reconhecimento para unidades administrativas e judiciárias que adotem medidas ou práticas que promovam a acessibilidade e inclusão?”*.

O Laboratório de Inovação promoveu reuniões nos dias 20, 21 e 23 de outubro, com a participação de representantes da COMAI, da Secretaria-Geral de Logística (SGLOG), da Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), da Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES), da Secretaria-Geral de Gestão do Conhecimento (SGCON), da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC) e da Diretoria-Geral de Planejamento e Administração de Pessoal (DGAPE), com a participação de pessoas com deficiência e adaptação das ferramentas de inovação para inclusão e plena interação dos participantes.

Os encontros foram estruturados com base na metodologia de *Design Thinking*, adotada como abordagem para a análise e enfrentamento do problema apresentado. Trata-se de uma metodologia centrada nas pessoas, que valoriza a escuta ativa, a empatia com os usuários e a construção coletiva de soluções. Por meio de dinâmicas colaborativas, foram estimuladas a cocriação, a exploração de diferentes perspectivas institucionais e o alinhamento entre as áreas envolvidas, permitindo a formulação de soluções inovadoras, testáveis e progressivamente aprimoradas, a partir de ciclos de ideação, prototipagem e experimentação

Como conclusão, diante da multiplicidade de vertentes identificadas ao longo das discussões, entendeu-se que a forma mais adequada de dar continuidade ao tratamento do problema consiste na elaboração de um plano de ação estruturado em 08 (oito) fases. Como etapa inicial desse plano, definiu-se a criação de um formulário que foi encaminhado a todas as pessoas com deficiência (PcD) lotadas no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), com o objetivo de coletar relatos sobre boas práticas vivenciadas em suas atuais lotações. Essa iniciativa permitiu identificar, de forma individualizada, quais práticas foram adotadas e quais apresentaram potencial de disseminação institucional.

As questões que compõem o formulário foram definidas de maneira colaborativa nas reuniões realizadas, e coube à Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) a elaboração do instrumento na plataforma Microsoft Forms, bem como o seu envio aos servidores e estagiários PcD lotados no TJRJ, conforme as listagens constantes no processo previamente mencionado.

O formulário foi encaminhado a 320 (trezentos e vinte) servidores e 36 (trinta e seis) estagiários, totalizando um universo de 356 (trezentos e cinquenta e seis) pessoas e permaneceu disponível para resposta pelo período de 15 (quinze) dias, tendo sido recebidas 77 (setenta e sete) respostas, o que corresponde a 21,63% do total da população pesquisada

Após análise das respostas recebidas, a DIGEP elaborou minuta de relatório que está em fase de apreciação pela administração superior da SGGIC.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4.3.10. Unificação de Dados Referentes ao Cumprimento de Mandados Judiciais

Este projeto nasceu da necessidade de consolidar e unificar os dados de mandados judiciais expedidos e cumpridos pelas Centrais de Cumprimento de Mandados (CCM) e Núcleo de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores (NAROJA), integrando informações dos sistemas DCP, PJe e e-Proc. A iniciativa busca oferecer à Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), por meio da Divisão de Assessoramento para Oficiais de Justiça Avaliadores (DIOJA) e das unidades executoras, uma visualização gerencial unificada para acompanhamento de indicadores-chave, especialmente diante da implantação do sistema e-Proc.

Este projeto mostra-se relevante diante da importância de aprimorar a tomada de decisões judiciais e estratégicas pelos gestores da Administração Superior desta E. Corte, da DIOJA, das Centrais de Cumprimentos de Mandados e dos Núcleo de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores.

O proprietário deste projeto é a Divisão de Assessoramento para Oficiais de Justiça Avaliadores (DIOJA) e a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) atua na coordenação de atividades necessárias para a gestão deste projeto tais como a elaboração e controle do cronograma, condução de reunião com as equipes, elaboração de relatórios e garantia da boa comunicação entre as partes envolvidas.

Os resultados esperados para este projeto são:

- 1) Diminuição do tempo para consulta das informações, bem como a personalização dos relatórios que serão consumidos pelas áreas interessadas;
- 2) Consolidação de critérios para os indicadores das unidades judiciais executoras de mandado;
- 3) Consolidação das bases de dados dos sistemas judiciais no que tange ao cumprimento de mandados.
- 4) Desenvolvimento de um painel interativo de BI (Business Intelligence);

Este projeto encontra-se em fase de homologação da base de dados referentes aos sistemas DCP, PJe e e-Proc. Até o momento, este projeto teve como resultados:

- 1) Mapeamento dos dados referentes aos sistemas DCP, PJe e e-Proc;
- 2) Consulta dos dados referentes aos sistemas DCP, PJe e e-Proc;
- 3) Construção da base de dados

4.3.11. Eu Te Vejo

O Projeto “Eu Te Vejo!” foi desenvolvido de forma colaborativa pelos tribunais integrantes do Fórum Permanente do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (FOJURJ), com apoio metodológico do laboratório IdeaRio, a partir de dinâmicas de design thinking e reuniões interinstitucionais.

A iniciativa nasceu de estudos conduzidos pela Seção de Gestão Ambiental, Inclusão e Acessibilidade (SEGAIA) do TRE-RJ, que identificaram a invisibilidade cotidiana dos trabalhadores terceirizados, especialmente dos auxiliares de serviços gerais (ASGs). Esses profissionais, embora fundamentais para o funcionamento dos tribunais, muitas vezes não se sentem reconhecidos nem valorizados.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Diante desse cenário, foi definido como macrodesafio: “Como reduzir a invisibilidade e ampliar o reconhecimento dos trabalhadores terceirizados no âmbito dos tribunais, promovendo pertencimento e integração institucional?”

Considerando o grande número de ASGs que atuam no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), o laboratório IdeaRio realizou um processo de pesquisa exploratória e benchmarking junto à Secretaria Geral de Logística (SGLOG), responsável pelos contratos de limpeza e os principais resultados apurados foram:

- 82% já se sentiram invisíveis no ambiente de trabalho;
- 71% trabalham há mais de 5 anos no TJRJ;
- 32% se sentem valorizados com frequência; 29% afirmam sentir isso poucas vezes.

O proprietário deste projeto é o Laboratório IdeaRio e a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) atuará na coordenação de atividades necessárias para a gestão deste projeto tais como a elaboração e controle do cronograma, condução de reunião com as equipes, elaboração de relatórios e garantia da boa comunicação entre as partes envolvidas.

Os resultados esperados para este projeto são:

- 1) Criação de um ambiente digital para cadastro e divulgação de vagas internas, permitindo que os ASGs manifestem interesse em atuar em outras áreas;
- 2) Desenvolvimento de curso prático voltado a encarregados e supervisores, com foco em liderança, empatia e comunicação assertiva, bem como dinâmicas em grupo para desenvolver habilidades de convivência, escuta e mediação entre os ASGs
- 3) Desenvolvimento de banners informativos a serem fixados nas copas e áreas comuns, explicando a dinâmica e a importância da limpeza nos prédios do tribunal
- 4) Desenvolvimento de campanha de divulgação;
- 5) Criação de vídeos para divulgação no Instagram e canais oficiais do TJRJ, apresentando a rotina e histórias de vida dos ASGs;
- 6) Avaliação de parcerias com instituições do Sistema S (SENAC, SENAI) para viabilizar descontos e bolsas em cursos profissionalizantes.

Importante destacar que O TJRJ e os tribunais parceiros conquistaram o 2º lugar na categoria “Gestão Judicial Inovadora – Ideias Inovadoras”, consolidando o projeto como uma referência nacional em práticas inclusivas e de valorização humana.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Este projeto encontra-se em fase de planejamento, tendo sido feita reunião com os fiscais dos contratos de limpeza. Além disso, foi feito contato com as secretarias gerais que irão atuar neste projeto e, neste sentido, a SGTEC se manifestou sobre a elaboração de portal; a EMEDI informou que possui, em seu portfólio, um conjunto consolidado de ações formativas voltadas ao desenvolvimento de competências socioemocionais, à promoção de ambientes organizacionais saudáveis e à valorização das relações interpessoais e a SGSUS iniciou as tratativas de acordo de cooperação para a concessão do desconto e/ou bolsa em cursos, conforme proposta deste projeto.

4.3.12. Curso de Laboratoristas para Comarcas do Interior

Foram iniciadas as preparações para realização do Curso de Laboratoristas direcionado aos servidores do interior, com a licitação de lousa digital e ferramenta Miro, possibilitando a ministração das aulas à distância. As licitações estão em andamento e a aquisição das ferramentas serão indispensáveis à concretização do projeto.

4.3.13. Portal da Tecnologia e Inovação

Trata-se de criação de um portal institucional de inovação, destinado a concentrar e organizar, em um único ambiente digital, todo o conteúdo relacionado às iniciativas inovadoras do Tribunal. A plataforma permitirá acesso direto aos projetos, metodologias, ferramentas, protótipos, relatórios e soluções desenvolvidas pelo Departamento de Inovação e Desenvolvimento (DEIND), bem como por outras áreas que atuem em projetos de modernização e melhoria de serviços.

Além disso, o portal reunirá notícias, publicações, agenda de eventos, cursos, oficinas e informações sobre concursos e premiações de inovação, facilitando a circulação de conhecimento e estimulando a participação de servidores e magistrados. A intenção é que o ambiente funcione como um hub de inovação, promovendo transparência, colaboração entre unidades, acesso a boas práticas, histórico



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

de projetos e divulgação de oportunidades, fortalecendo assim a cultura de inovação no âmbito do Tribunal.

Em reunião da COIPE, foi proposta a criação de um portal único de inovação e tecnologia, tendo em vista a dificuldade de manter os portais atualizados e atrativos ao público.

No momento, será realizada reunião de ideação visando à evolução da ideia, com definição de características tais como: o tipo de layout, funcionalidades, espaços, métodos e atribuições para alimentação, etc.

4.3.14. Projeto VEP

Em 01 de outubro de 2025, foi realizada visita ao IdeaRio, pelo Exm^o. Juiz de Direito Rafael Estrela, juntamente com outras magistradas da VEP, o Secretário-Geral de Estatística e Gerenciamento de Dados, o Secretário-Geral de Comunicação Social, além de uma jornalista do Grupo Globo.

Na ocasião, os representantes do IdeaRio, fizeram uma breve apresentação do trabalho desenvolvido no Laboratório e exemplificou alguns dos projetos criados e implementados.

Foi relatada dificuldade da VEP quanto à confiabilidade dos dados disponíveis e a dificuldade de exercer a gestão com base nas informações dispostas no sistema SEEU. Foi descrito que, eventualmente, a VEP depende de informações prestadas por órgãos instituições externas ao TJRJ, para conhecer exatamente algumas situações de ordem gerencial.

No mesmo encontro, reforçou-se a importância de usar informações confiáveis, principalmente na área criminal, onde decisões como a concessão de liberdade têm grande impacto. Dados corretos ajudam a evitar interpretações distorcidas sobre o trabalho do Judiciário, fortalecem a confiança da população e contribuem para a segurança pública.

A SGDAI também foi procurada para auxiliar nesse processo, com a elaboração de painel de dados que espelha a exata realizada quanto às solturas e manutenções de prisões em flagrante nas audiências de custódia.

Finalmente, a SGCOS expôs que, juntamente com a melhoria do acervo de dados penais, eventual projeto precisa prever a elaboração de um plano de comunicação para apresentar a real situação e o trabalho realizado pela VEP junto à sociedade.

4.3.15. Qualidade de Vida do Servidor

A proposta de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) envolve ações estruturadas de valorização, saúde, ergonomia, capacitação, diversidade, gestão participativa e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Entre as medidas destacam-se: programas de reconhecimento; campanhas de saúde; melhoria ergonômica; capacitação contínua; políticas de inclusão; teletrabalho; flexibilização de jornada; apoio psicossocial; ambientes de convivência adequados; e canais permanentes de escuta.

No setor público, essas ações devem ser factíveis e alinhadas às normas da administração. Diversos tribunais e órgãos já adotam práticas como teletrabalho com metas, ginástica laboral, programas de bem-estar, trilhas formativas e iniciativas contra assédio e discriminação.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

A QVT no Judiciário tornou-se política institucional, especialmente após a Resolução CNJ nº 207/2015, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde, e a Resolução CNJ nº 351/2020, que trata da prevenção ao assédio e discriminação.

Propõe-se a criação de um Programa Permanente de QVT, vinculado à gestão de pessoas, com um comitê intersetorial, plano anual, indicadores de acompanhamento e prestação de contas. O programa deve abranger saúde integral, ergonomia, clima organizacional, prevenção de riscos psicossociais, preparação para transições de carreira, comunicação em saúde e integração com outras instituições públicas.

O plano de implementação prevê três fases:

1. Fundação: criação do programa, diagnóstico de QVT e definição de metas.
2. Pilotos: ajustes ergonômicos, ações de prevenção psicossocial e parceria de bem-estar.
3. Institucionalização: ampliação das ações, portal de QVT e relatório anual.

Indicadores sugeridos incluem: afastamentos, ergonomia, clima, riscos psicossociais, adesão às trilhas formativas e uso de benefícios. Normativos internos devem regulamentar ergonomia, pesquisas de QVT e protocolos de prevenção ao assédio.

O modelo proposto segue as práticas do CNJ e referências de tribunais como TJPR, TJMG e TJSP, visando reduzir riscos ocupacionais, ampliar o bem-estar e fortalecer a produtividade sustentável no Judiciário.

4.3.16. Gamificação para serventias que cumprirem metas do CNJ

Trata-se de procedimento para fusão da deliberação do Grupo de Pesquisas Judiciárias – GPJ-TJRJ, no sentido do estudo para criação de selo interno e eventual premiação às serventias que atingirem as métricas estabelecidas pelo CNJ com a questão tratada em reunião na Comissão de Inovação e Acompanhamento de Projetos Especiais- COIPE, que propõe a adoção de metodologia de gamificação, para estimular o engajamento dos magistrados, por meio ranqueamento e favorecendo maior colaboração no alcance das metas, tendo em vista que poderia gerar uma competitividade positiva, permitindo que cada magistrado, acessando o sistema, acompanhar sua posição no ranking.

Como se percebe, ambas deliberações resultam no efetivo cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ e, conseqüentemente, na melhora dos resultados do Prêmio CNJ de Qualidade.

O ambiente de inovação do IDEARIO possibilitará a conexão dos diversos atores envolvidos no cumprimento das metas do CNJ, com aceleração na criação e desenvolvimento de novas ideias, agindo como espaço de troca de conhecimento, colaboração e recursos, proporcionando efetivos benefícios as serventias e jurisdicionados.

Na construção da ferramenta de incentivo ao cumprimento das métricas do CNJ, será necessária a indicação dos dados e meios de monitoramento estatísticos disponíveis no momento, se consolidados e divulgados em painéis ou relatórios neste Tribunal ou Portal do CNJ, bem como se disponível por serventia e magistrado, e se possível apresentação através de ranking.

No momento a SGDAI está verificando as métricas individualizadas disponíveis.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4.4. Meta Nacional 2025 CNJ – Meta 9: Estimular a inovação no Poder Judiciário

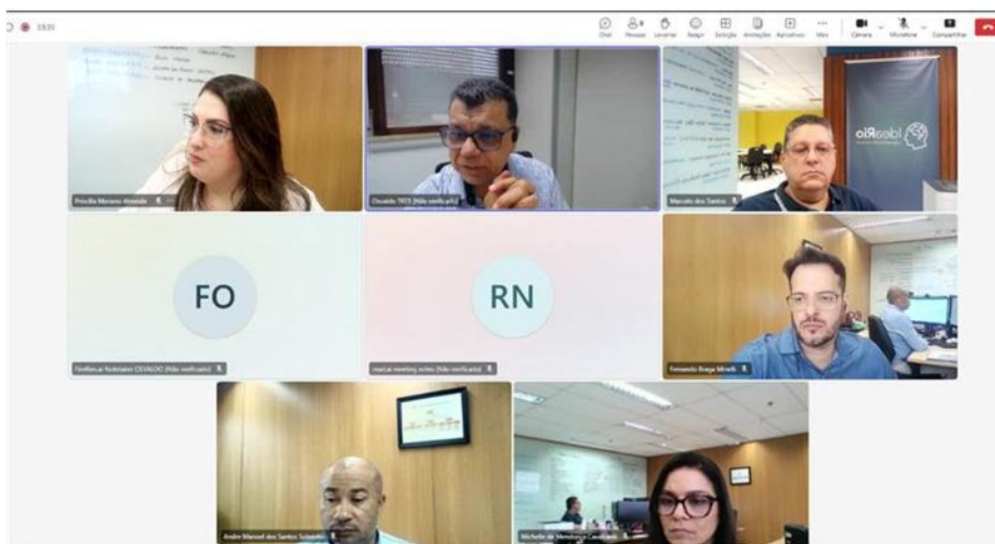
4.4.1. Divulga PID – Ponto de Inclusão Digital

Projeto criado em parceria com os Laboratórios de Inovação dos Tribunais integrantes do FOJURJ — Lírío/TRT1-RJ, IdeaRio/TJRJ, ElaboraRIO/TRE-RJ e LIODS/TRF2, que nasceu a partir de trocas constantes motivadas por dúvidas e desafios comuns relacionados à implantação e ao acompanhamento dos Pontos de Inclusão Digital (PIDs).

Foi destacado que a ferramenta de inclusão digital estava sendo subutilizada pela população, principalmente devido ao desconhecimento sobre sua localização, finalidade, modo de funcionamento e, em muitos casos, até mesmo sobre sua existência.

Diante do cenário, os laboratórios consolidaram uma parceria para explorar o problema e construir soluções em conjunto, utilizando metodologias de inovação. Como resultado, o projeto foi incluído no Renovajud, plataforma de inovação do CNJ, e indicado como iniciativa apta a concorrer na Meta 9 de 2025.

Para fortalecer e aprimorar as ações, os tribunais parceiros têm mantido contato contínuo e reuniões periódicas, nas quais analisam o funcionamento dos PIDs, compartilham experiências, identificam boas práticas e mapeiam dificuldades enfrentadas nas unidades. Em vários momentos, foi necessário reavaliar e ajustar as ações propostas, sempre com o objetivo de aperfeiçoar o serviço prestado e consolidar uma rede colaborativa sólida entre as instituições participantes.



Os tribunais parceiros concluíram sobre a importância de concentrar e simplificar as informações e aos serviços oferecidos pela Justiça. A partir dessa percepção comum, conduziram uma iniciativa colaborativa voltada à organização e padronização dos principais canais de acesso, reunindo em um só espaço os links e recursos mais utilizados por cada instituição.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O objetivo foi tornar a navegação mais intuitiva, facilitando o atendimento ao público e reforçando o compromisso com a inclusão digital e a acessibilidade aos serviços judiciais. A tela inicial de atendimento utilizada pelos PIDs foi estruturada contemplando:

- Identificação dos tribunais e órgãos participantes;
- Serviços oferecidos por cada tribunal;
- Controle e agendas com estatísticas de acesso ao PID;
- Atos normativos correspondentes.

Outra necessidade identificada foi a importância da capacitação dos atendentes. Dessa forma, no dia 1º de outubro, foi realizada uma capacitação presencial para os funcionários que atuarão no CRAS de Jacarepaguá – Anil, que posteriormente será transformado em PID.

A próxima capacitação, ainda sem data definida, será destinada aos atendentes dos CRAS Pavuna e Paciência.

Próximas Fases do Projeto

- Criação da identidade visual do Divulga PID, reforçando a consistência da parceria.
- Aprovação dos protótipos de materiais de divulgação externa, com posterior divulgação do material junto a prefeituras, defensorias públicas e unidades de Justiça Itinerante.
- Padronização dos sites dos tribunais na área dedicada aos PIDs, incluindo a identidade visual e os links das páginas dos tribunais parceiros.
- Consolidação das informações a serem disponibilizadas para a criação de materiais digitais e impressos, voltados à divulgação interna e externa.
- Promoção da cidadania e da participação social, por meio de ações de comunicação multicanal e linguagem acessível, com ênfase na importância do material impresso, considerando o público-alvo e a essência do projeto.
- Ação educativa, com a sugestão de incluir o tema dos PIDs em redações de escolas públicas do município de Areal, onde o PID atende a diversos ramos da Justiça.
- Produção de vídeo explicativo para divulgação no Instagram, curto e objetivo, com elementos de animação, imagens intuitivas e *lettering*, respondendo às perguntas: Para que serve? Para quem é? Onde encontrar? Por que é importante?

4.4.2. Vídeos Jurídicos

Este projeto foi idealizado pelo Laboratório IdeaRio em parceria com o Laboratório de Inovação do TRT-1 (Lirio). O projeto tem objetivo de desenvolver vídeos explicativos, curtos e objetivos, com elementos dinâmicos de animação, imagens intuitivas e *lettering* para esclarecimento do processo judicial (funcionamento, documentação, partes e expressões jurídicas). Após reuniões com o TRT, chegou-se à conclusão que tal formato seria mais efetivo e lúdico do que as convencionais campanhas realizadas apenas através de textos. Desta forma, os Tribunais decidiram que cada vídeo deverá ter uma narração informal que “converse” com o público e cada um será acompanhado de um Cartão de Lembrete com a função de resumir as principais informações passadas, num estilo fichamento. Os cartões poderão ser baixados ou impressos, viabilizando que o cidadão os consulte como lembrete.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

Este projeto foi cadastrado no RENOVAJUD para cumprimento de meta 9 do CNJ, com fins de obter melhorias na implementação de linguagem simples.

O proprietário deste projeto é o Laboratório IdeaRio e a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) atua na coordenação de atividades necessárias para a gestão deste projeto tais como a elaboração e controle do cronograma, condução de reunião com as equipes, elaboração de relatórios e garantia da boa comunicação entre as partes envolvidas.

Os resultados esperados para este projeto são:

- 1) Ampliação do acesso à informação jurídica clara e acessível: Ao apresentar questões e procedimentos jurídicos em vídeos de roteiros simples e didáticos e de formato atrativo e dinâmico, de apelo popular, a população leiga compreenderá melhor o sistema de justiça e a agir de forma mais informada em suas interações com ele;
- 2) Ampliação do alcance e da efetividade dos projetos relacionados à Linguagem Simples já implementados nos Tribunais parceiros, fortalecendo a equidade no acesso à informação;
- 3) Fortalecimento da Cidadania Ativa e Consciente (Inclusão Jurídica);
- 4) Melhoria da Confiança, Transparência e Avaliação do Poder Judiciário.

Este projeto encontra-se em fase de elaboração, aprovação e publicação dos vídeos. Até o momento, este projeto teve como resultados:

- 1) Elaboração de 19 roteiro de vídeos;
- 2) Elaboração de 19 textos para os Cartões Lembretes;
- 3) Elaboração de 19 vídeos;
- 5) Disponibilização de 19 Cartões Lembretes nas redes sociais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- 4) Publicação de 19 vídeos nas redes sociais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



Cartões Lembretes

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4.5. Prêmio CNJ de Qualidade

4.5.1. Responsividade Administrativa

Em maio de 2025, devido a relatos sobre a qualidade no atendimento a demandas administrativas do TJRJ, foi trazido ao IdeaRio demanda que foi identificada como o macrodesafio, *como melhorar a percepção do usuário sobre o atendimento das unidades administrativa do TJRJ?* Em reuniões com servidores da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC) e do Departamento de Compliance e Gestão de Risco (SGGIC-DEGER), percebeu-se que as reclamações estavam relacionadas predominantemente a demora e inadequação de respostas diante de pedidos de informações. Ainda na contextualização, foi lembrada a iminente edição da Política de Transparência do TJRJ, sob a coordenação do SGGIC-DEGER.

Desta forma, o IdeaRio resolveu a enfrentar o desafio por meio da aplicação do Design Thinking, constituído por meio de uma abordagem integrada, com formação de grupo de diversas áreas de conhecimento, em que o problema central identificado foi como implementar a responsividade nos setores administrativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



Na construção das soluções, restou decidido a necessidade de criação de um plano de ação, que passaria por outras fases, devido a multiplicidade de vertentes apuradas.

Fase 1: Inclusão de dispositivo no Ato Normativo que instituiu a Política de Transparência, que traz o incremento da responsividade como uma das diretrizes (implementada com a publicação do Ato Normativo TJ nº 13/2025, art. Xº).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Fase 2: Campanha de Esclarecimento e Mobilização Interna.

Fase 3: Primeira Rodada de Medição via Formulário Eletrônico.

Fase 4: Consolidação de Base de Dados e Apresentação dos Resultados.

Fase 5: Ajustes para Implantação Permanente do Indicador.

No momento, o procedimento foi direcionado as demais secretarias do Tribunal, para ciência e sugestões sobre o tema.

5. INTEGRIDADE

5.1. Definição

No âmbito do Poder Judiciário, a Resolução nº 410 do CNJ trouxe diretrizes gerais para implementação de sistemas de integridade, conceituando integridade pública e Compliance. Podemos dizer que sistemas de Compliance e integridade são hoje um importante antídoto contra desvios causados pela conduta humana. O seu principal desafio, então, é a criação de um ambiente estrutural, organizacional e funcional, onde nenhuma modalidade de ilicitude consiga prosperar ou, ao menos, fique sem a devida resposta. Para sua implantação, imprescindível uma atenta gestão de riscos, com objetivo de alcançar a melhor performance, isto é, que a instituição não somente possa atingir os ideais números de produtividade, sempre almejados por necessários que são, como o faça dentro de rigoroso procedimento para cumprimento de normas e perseguição de genuína ética, aquela que atende à moral e à justiça social, elementos estes que servem como alicerces fundantes para a lisura e reputação de qualquer instituição.

No que se refere ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o comprometimento com a ética, com a depuração dos processos de trabalho, com as pesquisas de risco, com a detecção de eventual irregularidade ou necessidade de melhoria, com soluções justas, sensatas e imparciais, tem o condão de levar para sociedade a certeza de que a prestação jurisdicional será revestida de integridade em todas as suas fases até o provimento final. E incentivar que todos, individualmente, procurem pautar sua conduta na ética e moralidade, fazer o certo porque é o que deve ser feito.

5.2. Legislação e documentos correlatos

- Código de Ética - RESOLUÇÃO OE nº 15/2023 - Aprova o Código de Ética do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- Comissão Mista de Ética e Boas Práticas – Ato Executivo Conjunto nº 23/2023.
- Canal de Denúncia de Integridade – Ato Normativo nº43/20223.
- Termo de Ajustamento de Conduta – Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº13/2023.
- Canal de Consulta sobre Conflito de Interesses - Ato Normativo nº 27/2024.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- ATO NORMATIVO TJ N.º 11/2023. – Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos da Secretaria Geral de Governança, Inovação e Compliance e dá outras providências;
- Plano de Gestão de Riscos.
- Guia Prático para Mapeamento de Riscos.
- Banco de Riscos.
- Aviso TJ Nº 72/2023. – Avisa sobre a obrigatoriedade do mapeamento de riscos no âmbito do TJERJ.
- Canal de Consulta sobre Conflito de Interesse - Ato Normativo nº27/24.
- Política de Transparência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Ato Normativo 13/25.
- Manual de Transparência Institucional
- Guia Prático de Transparência
- Enunciado de Integridade nº 01 – Ajuizamento de Ação Judicial por Servidor Público.
- Enunciado de Integridade nº 02 – Relação com Fornecedores.
- Enunciado de Integridade nº 03 – Criação de Conteúdo Digital por Servidores.
- Enunciado de Integridade nº 04 – Relação com Fornecedores / 2
- Enunciado de Integridade nº 05– Relação com Fornecedores / 3
- Ebook Gestão de Riscos em Projetos.
- Vídeo Explicativo Gestão de Riscos em Projetos.
- Formulário para Mapeamento de Riscos de Projetos

5.3. Reestruturação do Departamento de Compliance e Gestão de Risco, atual Departamento de Integridade

Em 2025, o Departamento foi reestruturado, ganhando três divisões: compliance, gestão de riscos e transparência, melhor distribuindo as funções inerentes a cada matéria até então condensadas em uma única unidade.

Ressalta-se que, até então, a estrutura organizacional do Tribunal não contemplava uma unidade especializada na condução, supervisão e articulação da política de Transparência Institucional, que exige gestão sistematizada, contínua e especializada das informações públicas. Embora o DEGER, hoje DEINT, estivesse atuando desde 2024 como unidade de apoio ao cumprimento dessas obrigações, não havia previsão expressa em sua estrutura formal quanto à condução dessa atividade, nem equipe

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

alocada especificamente para essa finalidade. Essa situação foi resolvida com a reestruturação do Departamento (Resolução OE nº 32/2025), que passou a contar com a Divisão de Gestão de Riscos, a Divisão de Transparência Institucional e a Divisão de Compliance, e seus respectivos serviços.

Além disso, o departamento passou a se chamar Departamento de Integridade.

5.4. Programa de Integridade

A implementação do Programa de Integridade, a cargo do Departamento de Integridade, decorre da importância de disseminar boas práticas de governança e princípios morais e éticos que norteiam a instituição e sejam comuns à sociedade, promovendo o engajamento de magistrados, servidores e terceiros envolvidos na atividade do TJRJ. O programa de integridade possui, ainda, a capacidade de propiciar a melhora da percepção do público externo a respeito da seriedade da instituição, aumentando a confiabilidade que goza junto à opinião pública.

Para o desenvolvimento do Programa de Integridade foi feito um amplo trabalho de pesquisa e benchmarking, buscando-se, entre instituições públicas e privadas, boas práticas que pudessem servir de referência, com os devidos ajustes à realidade fática da nossa Instituição, bem como levou-se em consideração os ditames da Resolução CNJ 410/2021, que incentiva a adoção de sistemas de integridade.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

5.4.1. Transparência

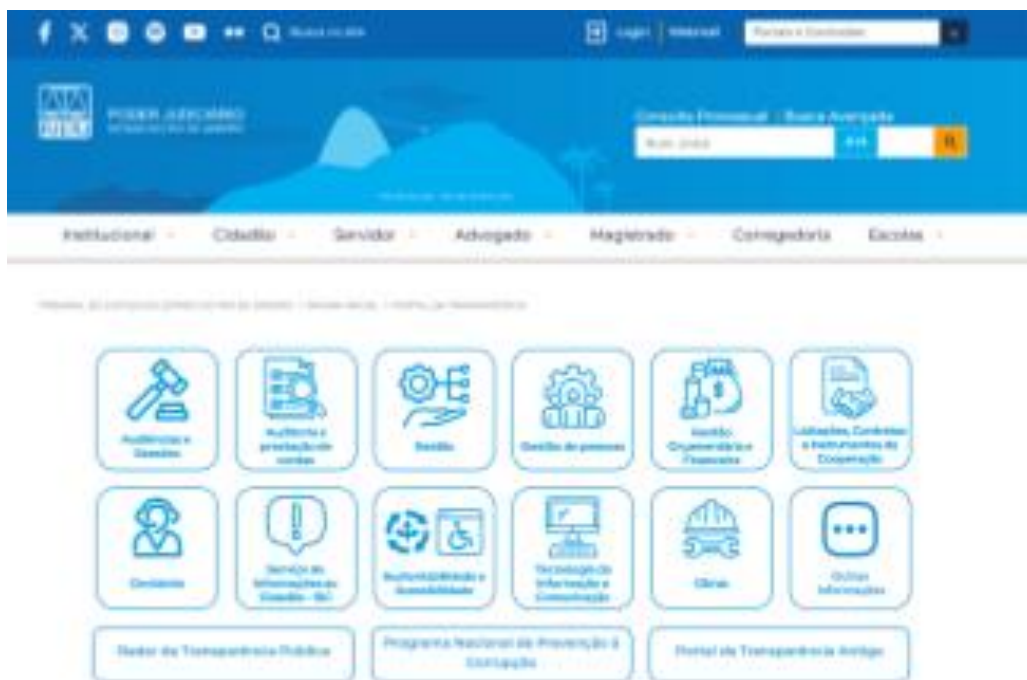
A transparência institucional é um importante instrumento no combate e prevenção à corrupção, constituindo ferramenta eficaz de controle social da administração pública brasileira.

Em 2025, o TJRJ instituiu a sua Política de Transparência – Ato Normativo 13/25, elaborada pelo Departamento de Integridade, com o objetivo de determinar princípios, diretrizes, mecanismos de fiscalização e controle em seu âmbito, para promover um Judiciário mais acessível, eficiente e confiável. Também foram aprovados o Manual da Transparência e o Guia Prático de Transparência do TJERJ, elaborados a partir da Política de Transparência do TJERJ. Esses materiais trazem informações sobre o processo de gestão da transparência em nosso Tribunal, de grande importância para toda e qualquer unidade, mas em especial para aquelas que por atribuição dispõem de dados e informações para fins de participação do TJERJ nos programas de transparência. Podem ser visualizados no link <https://portaltj.tjrj.ius.br/transparencia-governanca>



Neste ano, o Departamento de Integridade capitaneou a reformulação do Portal da Transparência do TJRJ para atender às exigências dos órgãos avaliadores - Ranking da Transparência do CNJ, organizando os dados disponibilizados em eixos temáticos e conferindo maior clareza aos cidadãos.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Além de participar do Ranking da Transparência do Conselho Nacional de Justiça que avalia o nível de transparência dos órgãos do Poder Judiciário, o Tribunal também participa do Programa Nacional de Transparência Pública, liderado pela Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, que tem por objetivo promover ações voltadas à ampliação da transparência das informações públicas em todo o país.

Em relação aos resultados do Ranking da Transparência CNJ 2025, o TJERJ obteve o índice de 99,06%, alcançando, assim, o 1º lugar entre os tribunais de justiça de grande porte, o 6º lugar entre todos os tribunais de justiça e o 21º lugar geral (consideradas as 94 instituições participantes).

Quanto ao Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP, o Tribunal obteve, pela primeira vez, o Selo Ouro, com índice de 91,11% de atendimento aos critérios avaliativos, consolidando-se entre as instituições públicas mais transparentes do país.

O resultado de 2025 representa um salto na trajetória do TJRJ no programa, superando os percentuais obtidos nos anos anteriores e ultrapassando o índice mínimo exigido para validação externa. Com isso, o Tribunal ingressa, pela primeira vez, na categoria Ouro, destinada às instituições que demonstram elevado grau de maturidade em transparência pública.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



5.4.2. Gestão de Risco

O Departamento de Integridade, após proceder à implementação da Política de Gestão de Riscos nas unidades administrativas do PJERJ, atuou, no ano de 2025, no monitoramento e na análise crítica do processo de gestão de riscos das unidades que já haviam realizado o mapeamento de seus macroprocessos e processos de trabalho. Tal atuação contemplou a revisão do mapeamento de riscos de 19 unidades, sendo: 01 Vice-Presidência, 04 Diretorias-Gerais, 02 Escolas, 01 Departamento do Gabinete da Presidência, 10 Secretarias-Gerais e o Núcleo de Auditoria Interna.

Paralelamente, as novas unidades criadas a partir das alterações na estrutura do TJRJ (Resolução OE nº 03/2025) foram convidadas a iniciar o processo de implementação da Política de Gestão de Riscos. Para tanto, foram realizadas reuniões de apresentação do Plano de Gestão de Riscos e da metodologia adotada no Tribunal. Assim, 11 novas unidades mapearam seus processos de trabalho, a saber: 2ª Vice-Presidência, 3ª Vice-Presidência, CCPJERJ, CGJ-ASCOM, EMEDI, Ouvidoria, SGCON, SGCOS e os Núcleos NEEEGE, NUJUST e NUPEVID.

Considerando as alterações decorrentes das ações de monitoramento e análise crítica, bem como os novos mapeamentos realizados, o TJRJ conta, atualmente, com 170 macroprocessos e processos de trabalho mapeados.

Ressalte-se, ainda, que as Secretarias-Gerais, Diretorias-Gerais e Escolas manifestaram-se acerca dos riscos altos e altíssimos mapeados por suas unidades, por meio de processos encaminhados por este Departamento nos quais foi proposta análise direcionada.

Além do mapeamento dos riscos dos processos de trabalho, os 15 projetos estratégicos do biênio 25/26 tiveram os seus riscos mapeados. De modo inédito, o departamento participou das reuniões iniciais com os gestores dos projetos selecionados colocando-se à disposição para apoio na

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

identificação, análise e tratamento dos riscos dos projetos. Também foi disponibilizado material de apoio contendo vídeo explicativo e ebook com orientações aos envolvidos. Todos os materiais podem ser visualizados em sua integridade no link [Gestão de Riscos TJRJ - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro](#)



A RAD-PJERJ-015 – Gestão de Riscos foi revisada, em decorrência de novas demandas do processo, sendo criado o FRM-PJERJ-015-04 – Mapeamento de Riscos em Projetos e o FRM-PJERJ-015-03 – Mapeamento de Riscos nas Contratações.

Com intuito de estimular o aprimoramento dos gestores e equipes, além de divulgar as práticas de gestão de riscos, foi desenvolvido o workshop denominado Gestão de Riscos: uma abordagem prática. A capacitação, que conta com 4 horas de duração, foi realizada nos meses de agosto e dezembro.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



5.4.3. Compliance

O Tribunal disponibiliza ferramenta para acolher denúncias que possam configurar infração ao Código de Ética do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Em 2025, o Canal de Denúncias de Integridade recebeu 18 denúncias. Desse total, 05 foram encaminhadas pela CGJ/Ouvidoria e 15 chegaram pelos meios disponibilizados pelo Canal.

Neste ano, foi lançado o segundo edital para seleção de novos membros para compor a Comissão Mista de Ética e Boas Práticas do PJERJ, responsável pela apuração das denúncias recebidas. Foram recebidas 30 inscrições de interessados em participar do colegiado, cujo mandato iniciar-se-á em março de 2026.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Ademais, o Tribunal possui um canal que permite aos servidores e colaboradores do PJERJ consultarem se determinadas situações configuram conflito entre o interesse público e o privado. As consultas recebidas pelo referido Canal de Conflito de Interesses, após análise da COINT, resultaram na publicação dos seguintes enunciados de integridade:

Enunciado de Integridade nº 01 – Ajuizamento de Ação Judicial por Servidor Público

“Não configura conflito de interesse o ajuizamento de ação judicial por servidor público, na comarca onde reside e exerce suas funções, devendo eventuais vínculos pessoais ou funcionais serem analisados à luz das regras de impedimento e suspeição previstas no Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal. Caso o servidor exerça suas funções no mesmo juízo competente para julgamento da ação por si ajuizada, não poderá atuar neste feito específico”.

Enunciado de Integridade nº 02 – Relação com Fornecedores

“É desaconselhada a participação de servidores do PJERJ em almoços, jantares ou eventos similares oferecidos por fornecedores, por configurar situação de conflito de interesses aparente, nos termos do art. 7º do Código de Ética Institucional, excetuando-se situações de caráter estritamente protocolar”.

Enunciado de Integridade nº 03 – Criação de Conteúdo Digital por Servidores

“A atuação do servidor público deste Tribunal como criador de conteúdo digital é possível, desde que observadas todas as diretrizes do Código de Ética e, em especial, que:

1. O servidor deixe claro aos seus seguidores que as informações publicadas são de caráter estritamente pessoal, não representando, em qualquer hipótese, a posição do Tribunal de Justiça sobre qualquer assunto;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2. Se abstenha de veicular opiniões pessoais que maculem a imagem do Tribunal ou do Poder Judiciário;

3. Se abstenha de dar orientações sobre ferramentas utilizadas pelo Tribunal de Justiça, além daquelas que já sejam oficialmente divulgadas (Ex: manuais ou tutoriais disponibilizados ao público pelo Tribunal), utilizando-se de conhecimento obtido em razão de sua condição funcional”.

Enunciado de Integridade nº 04 – Relação com Fornecedores / 2

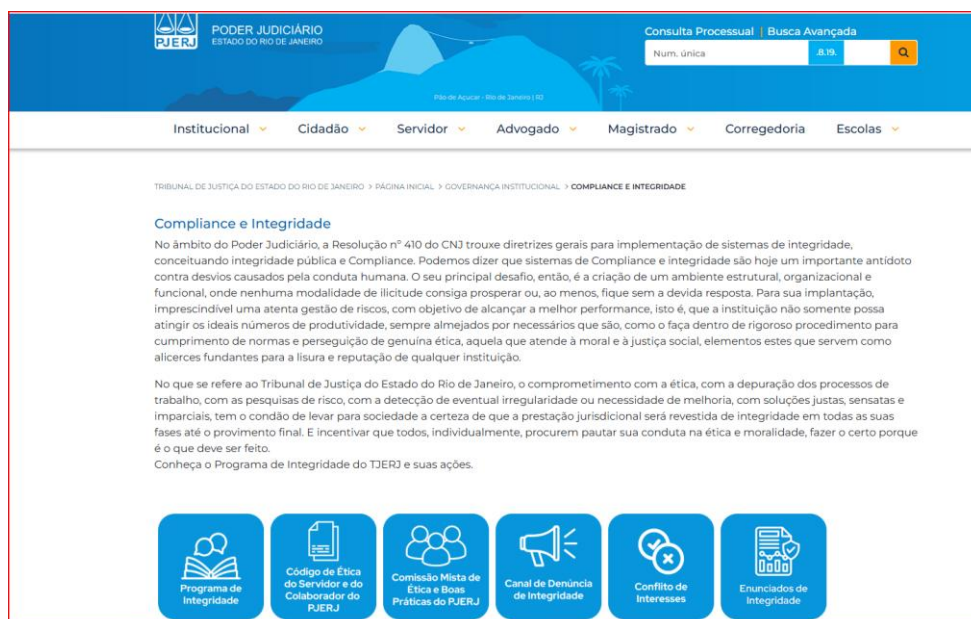
“A participação em apresentações técnicas de soluções por fornecedores poderá ocorrer, desde que observadas as exigências de transparência, registro formal e autorização da autoridade competente, conforme Ato Normativo 48/2023.”

Enunciado de Integridade nº 05 – Relação com Fornecedores / 3

“Participação de Servidores para expor experiência sobre produto/serviço em eventos promovidos por fornecedores. A exposição de experiências institucionais em eventos promovidos por fornecedores contratados depende de autorização prévia da Presidência, análise jurídica quanto à inexistência de conflito de interesses e regulamentação específica que delimite os critérios e riscos envolvidos.”

Os enunciados estão disponíveis para consulta no seguinte link

<https://portaltj.tjrj.jus.br/compliance-e-integridade/enunciados-de-integridade>





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O Departamento de Integridade ainda realizou pesquisa de percepção sobre o canal de denúncia de integridade, abrangendo também o canal de consulta sobre conflito de interesses e o conhecimento sobre o Código de Ética. A pesquisa, realizada por meio de um formulário eletrônico, disponível no site, em totens e encaminhado por e-mail a todos, contou com a participação de 276 pessoas. O resultado da pesquisa servirá como base para o desenvolvimento ou aprimoramento de iniciativas que propiciem uma comunicação mais eficiente com nosso corpo funcional, favorecendo a divulgação do Programa de Integridade e suas ferramentas de atuação.

PESQUISA SOBRE O CANAL DE DENÚNCIA DE INTEGRIDADE

O PREENCHIMENTO É **ANÔNIMO** E LEVA CERCA DE **2 MINUTOS**

Essa é uma iniciativa do Departamento de Compliance e Gestão de Risco - DEGER - SGGIC, que tem como intuito avaliar o conhecimento geral a respeito do Canal de Denúncia de Integridade.

Ao participar da pesquisa, você contribui diretamente para aprimorar nossa atuação no desenvolvimento de mecanismos de detecção e correção de eventuais irregularidades éticas no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e a promover uma cultura organizacional mais íntegra e eficiente.

Por isso, convidamos todos os servidores e colaboradores a responderem o formulário disponível no link abaixo ▼

CLIQUE AQUI E PARTICIPE

PRAZO PARA PARTICIPAÇÃO: ATÉ 05 DE SETEMBRO DE 2025

TJERJ

Por fim, em 2025, foi dada continuidade à divulgação de temas ligados à ética e integridade com a disponibilização de banners, notícia na intranet ([TJRJ avança na implementação do Programa de Integridade e fortalece governança - Intranet - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro](#)), envio de e-mails aos servidores e colaboradores, bem como postagens no Instagram do TJERJ.

Vamos falar sobre Ética

Tudo que o servidor e colaborador devem saber sobre o Código de Ética do TJRJ.

É importante saber que ...

Em caso de desligamento ou mudança de lotação, os servidores e colaboradores não devem apagar registros, dados e informações do setor do qual está se afastando.


Saiba mais

TJERJ



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)


ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Vamos falar sobre

Ética

Tudo que o servidor e colaborador devem saber sobre o Código de Ética do TJRJ.



Você sabia

que há uma regra sobre recebimento de presentes no TJRJ? Apenas brindes de valor módico podem ser aceitos, como calendários e canetas.

Conheça o conteúdo completo no Código de Ética!

Saiba mais



CONVERSANDO SOBRE

INTEGRIDADE

Clique e saiba mais

POR QUE É IMPORTANTE FALARMOS SOBRE CONFLITO DE INTERESSES?

Em junho de 2024, com a publicação do **Ato Normativo nº 27/24**, o TJRJ inaugurou um importante canal de comunicação a ser utilizado por servidores e colaboradores quando tiverem dúvidas sobre estarem ou não diante de situações que configurem conflito de interesse. E como nem sempre é fácil identificar situações limítrofes, o canal proporcionará maior segurança a todos.

A consulta pode ser realizada por meio do e-mail **conflito.interesse@tjrj.jus.br** e será analisada pelo Comitê de Integridade Institucional (COINT).

O objetivo é promover um ambiente íntegro e prevenir práticas ilegais ou antiéticas, evitando que interesses particulares influenciem nas ações de servidores e colaboradores.

Para facilitar o entendimento, o Departamento de Compliance e Gestão de Risco da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance - SGGIC elaborou cartilha com exemplos práticos, que pode ser encontrada no Portal da Governança.





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



[TJRJ avança na implementação do Programa de Integridade e fortalece governança - Intranet - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro](#)

6. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA SGGIC

6.1. Certificação NBR ISO 9001:2015

O Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP) tem a função de impulsionar a gestão estratégica do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Sua composição e atribuições estão previstas nos artigos 280 e 281 da Resolução TJ/OE Nº 04/2023, que criou a Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance, da qual o DEGEP passou a fazer parte.

DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (SGGIC/DEGEP)

- Data da Certificação: 14/12/2007. Mantida até 2024, quando o departamento aderiu ao Modelo Basilar de Gestão - MBG.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

6.2. Direcionadores Estratégicos:

POLÍTICA DA QUALIDADE

A política da qualidade e os valores do PJERJ são utilizados como direcionadores da SGGIC. O compromisso com a qualidade dos serviços entregues aos seus usuários é formalizado mediante as declarações a seguir, alinhadas com os respectivos direcionadores estratégicos do PJERJ:

MISSÃO

Promover a governança, por meio de orientação e implementação de mecanismos de gestão, estratégia, compliance e de soluções inovadoras e transparentes, em todas as unidades do PJERJ, contribuindo para a resolução dos conflitos de interesse por meio das melhorias implementadas

VISÃO

Até 2026, coordenar planos e modelos de melhoria de estratégia, inovação e compliance no PJERJ, implementando e desenvolvendo tais métodos de gestão nas unidades do TJRJ, a fim de contribuir para a melhoria da produtividade e da governança institucional.

Obs.: Medido pelo próprio IPC-Jus e pelo Ranking da Governança.

POLÍTICA

Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a Instituição a alcançar seus objetivos.

VALORES DO PJERJ

- ética;
- probidade;
- transparência;
- integridade;
- acesso à justiça;
- celeridade;
- responsabilidade social e ambiental;
- imparcialidade;
- efetividade;
- modernidade.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS

7.1. Revisão do Plano Estratégico

O Plano Estratégico foi revisado pela COGEP e, das 30 propostas apresentadas, 15 foram aprovadas como Projetos Estratégicos. Seguindo a diretriz estabelecida pelo Desembargador Ricardo Couto de Castro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dos 15 projetos, 2 são de continuidade, a fim de garantir que ações importantes iniciadas sejam continuadas, condição necessária à efetividade e à eficiência operacional (ATO EXECUTIVO TJ Nº 82/2025).

Além dos 15 projetos estratégicos, também foram aprovados 7 projetos de interesse e 7 projetos internos, conforme define o ATO NORMATIVO TJ Nº 06/2024, que estabelece diretrizes para classificação e gestão de projetos no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Projetos Estratégicos:



1. Acessibilidade em Eventos e Cerimônias Institucionais;
2. Adaptação da Resolução CNJ 591 às Rotinas da Sessão Virtual;
3. Aprimoramento da Difusão do Conhecimento;
4. Aprimoramento dos mecanismos processuais com o uso da mediação para solução nos procedimentos apuratórios oriundos dos contratos administrativos firmados no âmbito no PJERJ;
5. ASSIS;
6. Bem-vindo ao Passado;
7. Central de Atendimento da Primeira Instância;
8. Refinamento das Configurações do WEB Application Firewall para proteção das aplicações críticas do TJRJ;
9. Implantação do Monitoramento e Gestão de Alarmes Presencial e Pânico dos Fóruns e Comarcas do Estado do Rio de Janeiro no Centro Integrado de Segurança do PJERJ (CISPJ);
10. Julgar + Metas 1 e 2 CNJ;
11. Petição Cidadã;
12. Programa de Descarbonização e Inovação Tecnológica Sustentável do TJRJ;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

13. Solução de Automação para Operação das Salas de Acautelamento com Recurso de Intertravamento por Monitoramento de Imagens e Reconhecimento Facial;



14. Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (continuidade);

15. Implantação do Sistema e-Proc (continuidade).

Projetos de Interesse:

1. HUB de Conhecimentos – EMEDI;
2. Revista eletrônica de mediação – EMEDI;
3. 1ª Escola de Administração Judiciária a ofertar uma pós-graduação própria no modelo virtual e/ou híbrido para aprimorar com isonomia e gratuitamente servidores(as);
4. Implantação de mecanismo interno de alimentação do sistema INTEGRA/CNJ;
5. Política de Comunicação Institucional;
6. Avaliação geral de bem-estar e saúde dos servidores e magistrados;
7. Inclusão sem barreiras.

Projetos Internos:

1. Melhorar o tempo médio da distribuição;
2. Painel 3VP;
3. Sistema eletrônico da Ouvidoria (ESOU) – ferramenta de transparência contínua;
4. Estruturação de novo modelo de atendimento ao Plantão Judiciário de 2º grau;
5. Inteligência artificial aplicada à pesquisa de jurisprudência;
6. PMDPAI – Painel de monitoramento das determinações presidenciais de auditoria interna;
7. Plataforma integrada de apoio administrativo e supervisão (PIAAS).

Ressalte-se que o Ato Executivo TJ Nº 82/2025 também alterou e consolidou o Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).

Mapa Estratégico: representação gráfica da estratégia institucional, contemplando os Direcionadores, Macrodesafios e Objetivos Estratégicos.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Cada Macrodesafio deve contribuir em sucessão com os demais, até que todos interajam para o alcance dos objetivos da organização.



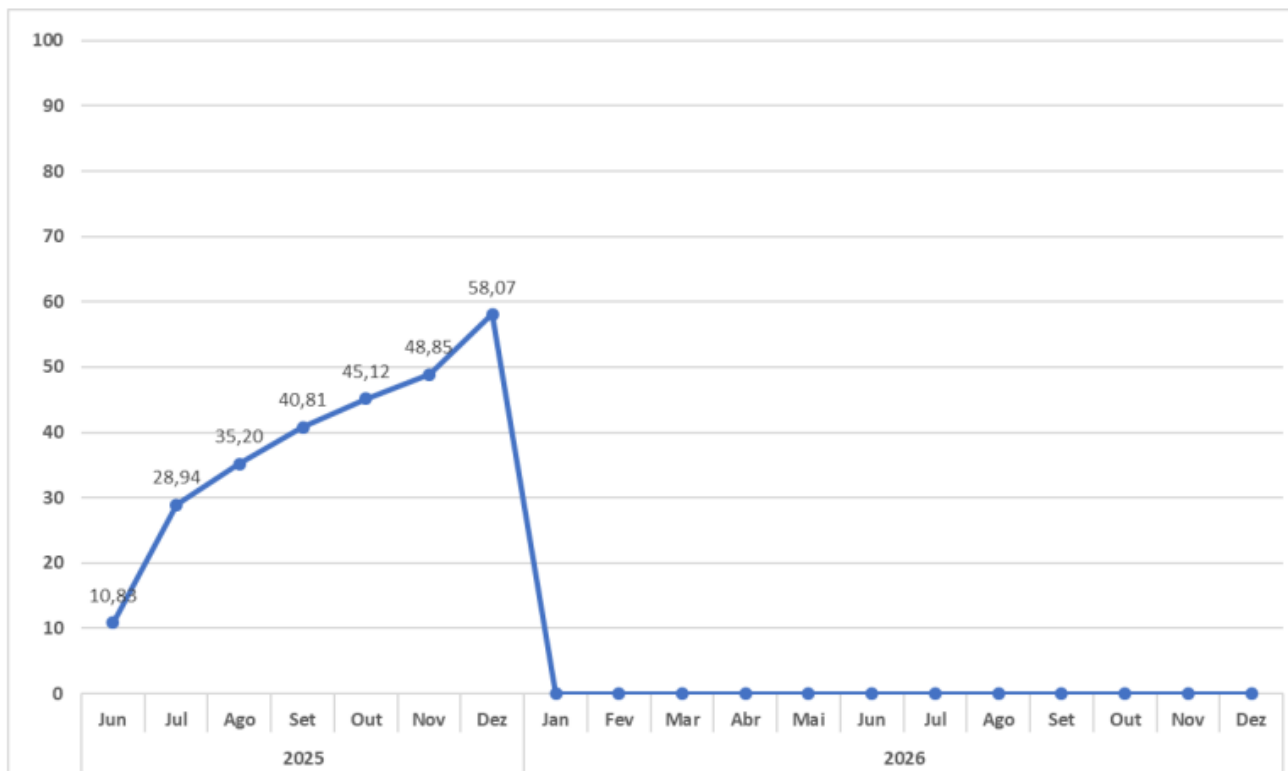


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

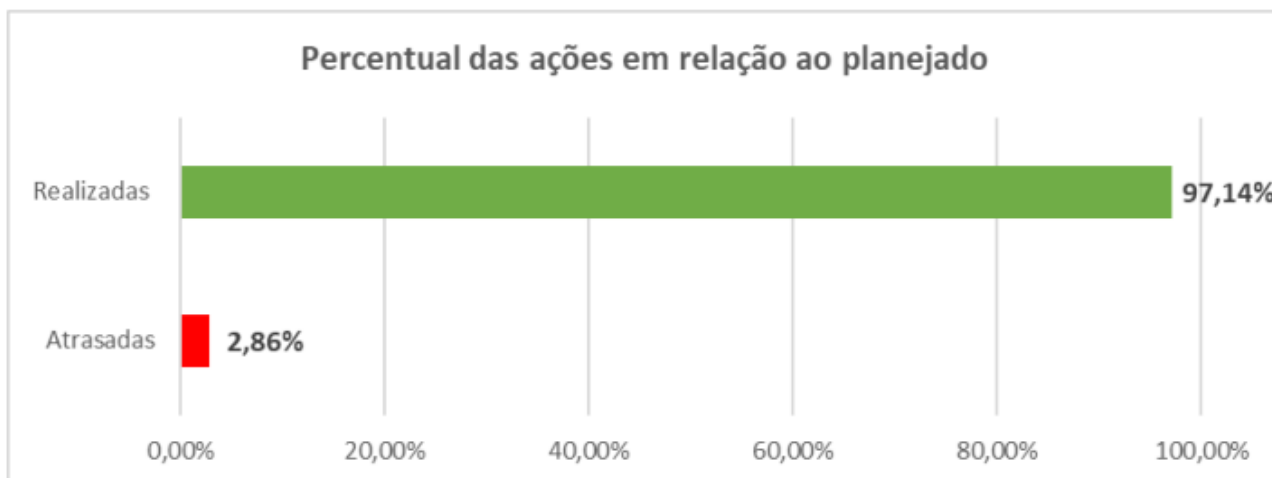
7.2. Evolução dos Projetos Estratégicos

EVOLUÇÃO BIÊNIO 2025-2026



Observação: O acompanhamento dos projetos iniciou em junho/2025 a partir do cadastro das informações no sistema GRP pelas unidades gestoras.

ATÉ DEZEMBRO/2025



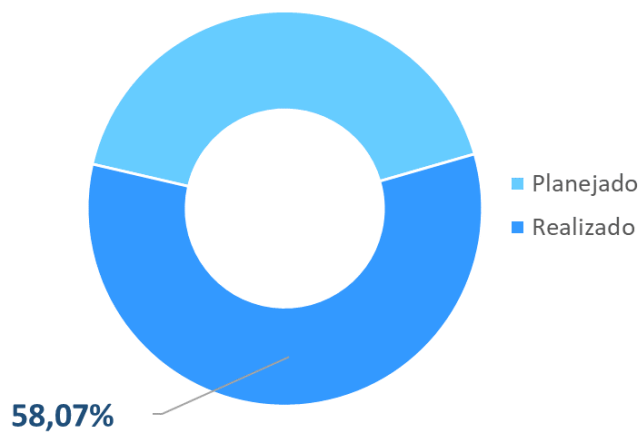


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

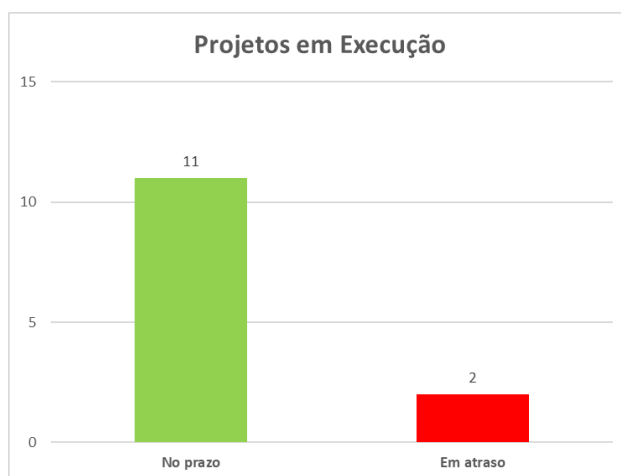
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7.3. Situação Global dos Projetos Estratégicos

EM RELAÇÃO AO BIÊNIO - 2025/2026



7.4. Situação de andamento dos Projetos Estratégicos





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7.5. Implementação dos Projetos Estratégicos

Situação dos Projetos Estratégicos – até dezembro/2025

Situação	Identificação (GRP)	Nome do Projeto Estratégico
EM ATRASO	106	Implantação do monitoramento e gestão de alarmes presencial e pânico dos fóruns e comarcas do Estado do Rio de Janeiro no Centro Integrado de Segurança do PJeRJ (CISPJ)
	107	Solução de Automação para Operação das Salas de Acautelamento com Recurso de Intertravamento por Monitoramento de Imagens e Reconhecimento Facial
NO PRAZO	109	Acessibilidade em Eventos e Cerimônias Institucionais
	110	Aprimoramento da Difusão do Conhecimento
	112	Aprimoramento dos mecanismos processuais com o uso da mediação para solução nos procedimentos apuratórios oriundos dos contratos administrativos firmados no âmbito no PJeRJ
	71	Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (Continuidade)
	108	ASSIS
	104	Bem-vindo ao Passado
	114	Central de Atendimento da Primeira Instância
	105	Refinamento das Configurações do WEB Application Firewall para proteção das aplicações críticas do TJRJ
	103	Implantação do Sistema e-Proc (continuidade)
	111	Petição Cidadã
CONCLUÍDO	113	Programa de Descarbonização e Inovação Tecnológica Sustentável do TJRJ;
	115	Adaptação da Resolução CNJ 591 às Rotinas da Sessão Virtual
	116	Julgar + Meta 1 e 2 CNJ



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7.6. Execução orçamentária estimada na execução do cronograma

Execução Orçamentária - Exercícios 2025 e 2026

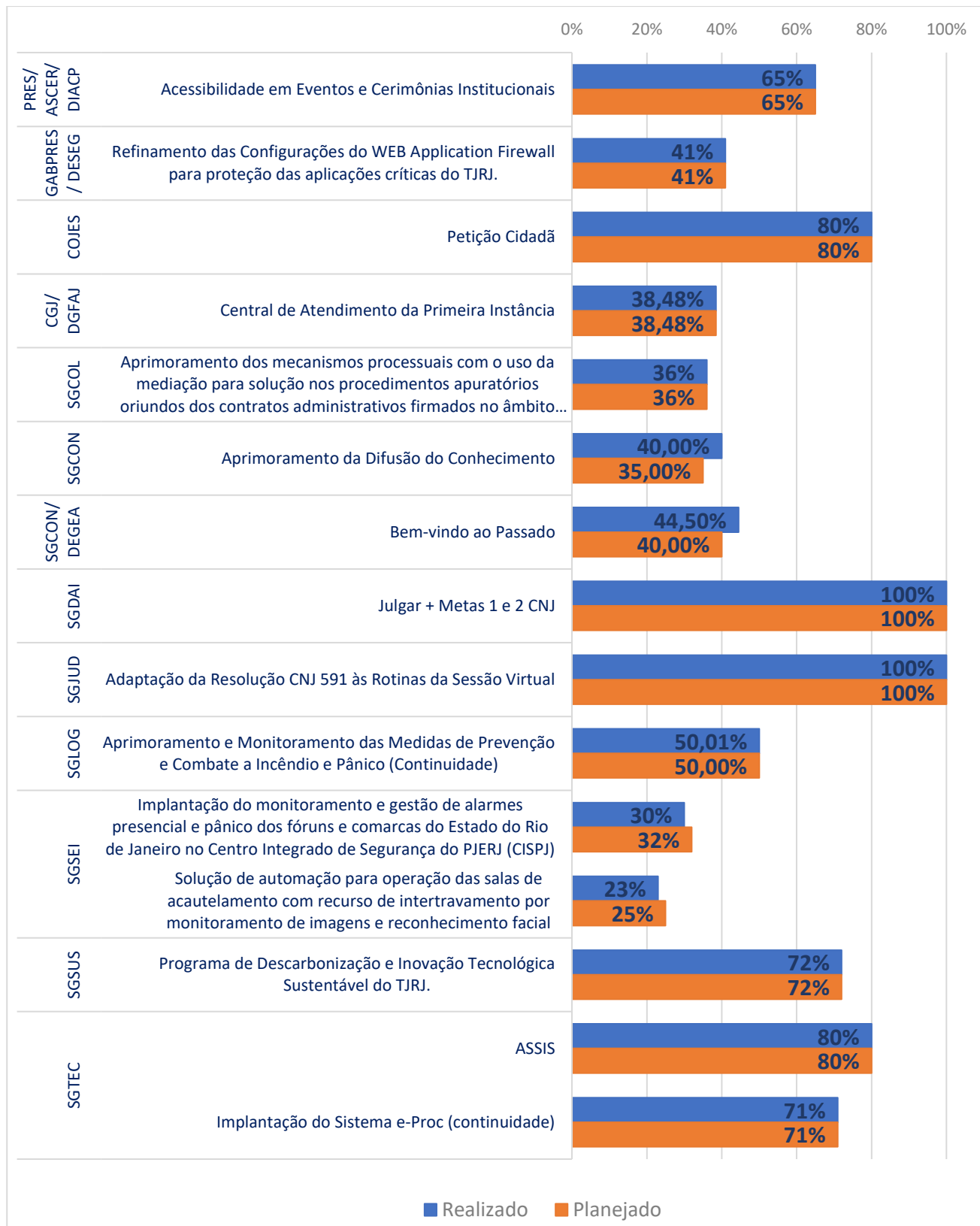
Unidade	ID GRP	Nome do Projeto Estratégico	CUSTO ESTIMADO APROVADO*	CUSTO ESTIMADO ATUALIZADO NO SISTEMA GRP	ORÇAMENTO EXECUTADO **
CGJ/ DGFAJ	114	Central de Atendimento da Primeira Instância	A definir	R\$ 542.947,12	-
COJES	111	Petição Cidadã	Sem custos	Sem custos	-
GABPRES/DESEG	105	Refinamento das Configurações do WEB Application Firewall para proteção das aplicações críticas do TJRJ	Sem custos	Sem custos	-
GABPRES/ASCER/DIACP	109	Acessibilidade em Eventos e Cerimônias Institucionais	R\$ 125.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00
SGCOL	112	Aprimoramento dos mecanismos processuais com o uso da mediação para solução nos procedimentos apuratórios oriundos dos contratos administrativos firmados no âmbito no PJERJ	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00
SGCON	110	Aprimoramento da Difusão do Conhecimento	R\$ 500.000	R\$ 3.847.500,00	R\$ 0,00
SGCON/DEGEA	104	Bem-vindo ao passado	Contratação de equipe especializada: R\$ 120 mil por mês Serviço de digitalização: R\$ 15 milhões	R\$ 1.790.000,00	R\$ 0,00
SGSUS	113	Programa de Descarbonização e Inovação Tecnológica Sustentável do TJRJ.	R\$ 15 a 20 milhões	R\$ 35.230.000,00	R\$ 0,00
SGDAI	116	Julgar + Metas 1 e 2 CNJ	Sem custos	Sem custos	-
SGJUD	115	Adaptação da Resolução CNJ 591 às Rotinas da Sessão Virtual	A definir	R\$ 704.490,45	-
SGLOG	71	Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – Anexo 1	R\$ 26.180.772,96	R\$ 23.443.591,83	-
SGSEI	106	Implantação do monitoramento e gestão de alarmes presencial e pânico dos fóruns e comarcas do Estado do Rio de Janeiro no Centro Integrado de Segurança do PJERJ (CISPJ)	R\$ 417.800,00	R\$ 526.080,00	R\$ 0,00
	107	Solução de automação para operação das salas de acautelamento com recurso de intertravamento por monitoramento de imagens e reconhecimento facial	R\$ 262.000,00	R\$ 262.000,00	R\$ 0,00
SGTEC	108	ASSIS	Sem custos	Sem custos	-
	103	Implantação do sistema e-Proc	Sem custos	Sem custos	-



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Percentual de implementação – até dezembro/2025



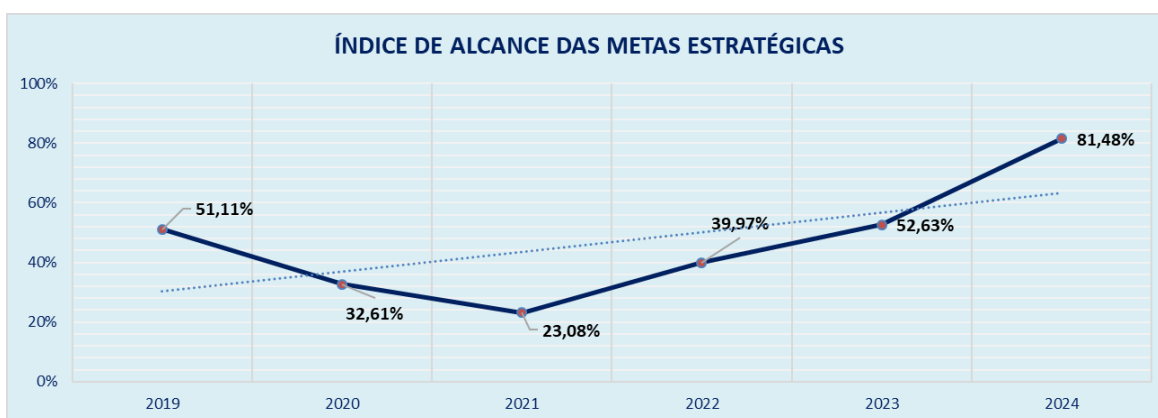
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Observação: Os projetos **106** e **107** encontram-se atrasados em razão de artefatos necessários para a licitação ainda estarem em fase de revisão, o que impactou o cumprimento do cronograma previsto. Informações mais detalhadas dos projetos estratégicos estão disponíveis no site do TJRJ: <https://portaltj.tjrj.ius.br/resultado-consolidado-dos-projetos-estrategicos-dados-acompanhamento>.

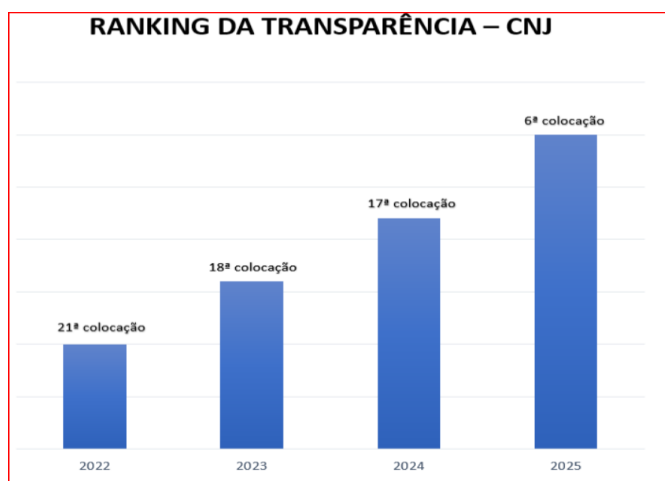
8. INDICADORES E MÉTRICAS INSTITUCIONAIS

8.1. Índice de Alcance das Metas Estratégicas

O resultado do indicador ainda não está disponível, pois é necessário o recebimento dos RIGER (previsão de entrega até 21/01/2026) com os resultados dos indicadores estratégicos do PJERJ para o cálculo do alcance das metas estratégicas.



8.2. Índice de Transparência



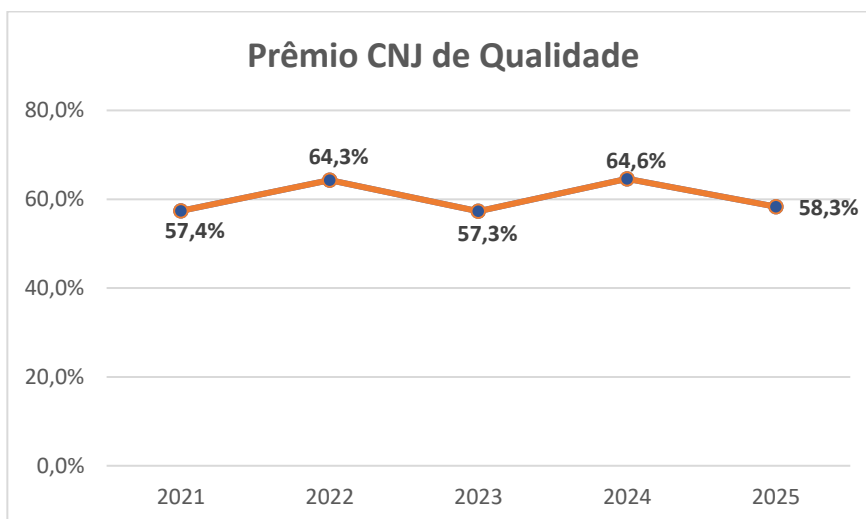
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Análise geral:

Em 2025, em relação aos resultados do Ranking da Transparência, o TJERJ obteve o índice de 99,06%, alcançando, assim, o 1º lugar entre os tribunais de justiça de grande porte, o 6º lugar entre todos os tribunais de justiça e o 21º lugar geral (consideradas as 94 instituições participantes).

O resultado alcançado reflete o esforço do Departamento de Integridade e demais unidades envolvidas na execução dos planos de ação para o cumprimento dos itens pendentes das avaliações anteriores do Portal da Transparência.

8.3. Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade



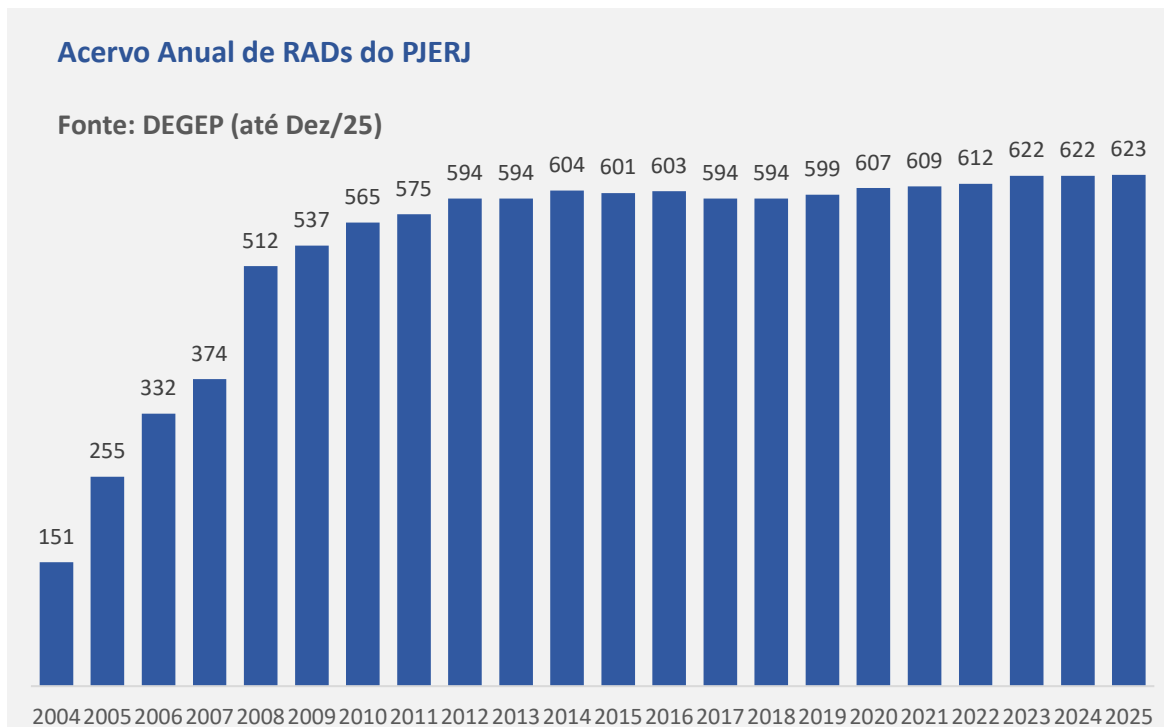
Análise geral: Indicador com medição anual

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) ganhou o selo prata do Prêmio CNJ de Qualidade 2025, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre os tribunais de grande porte.

A meta foi atingida com a manutenção do Selo Prata.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.4. Acervo de Rotinas Administrativas (RAD) do PJERJ



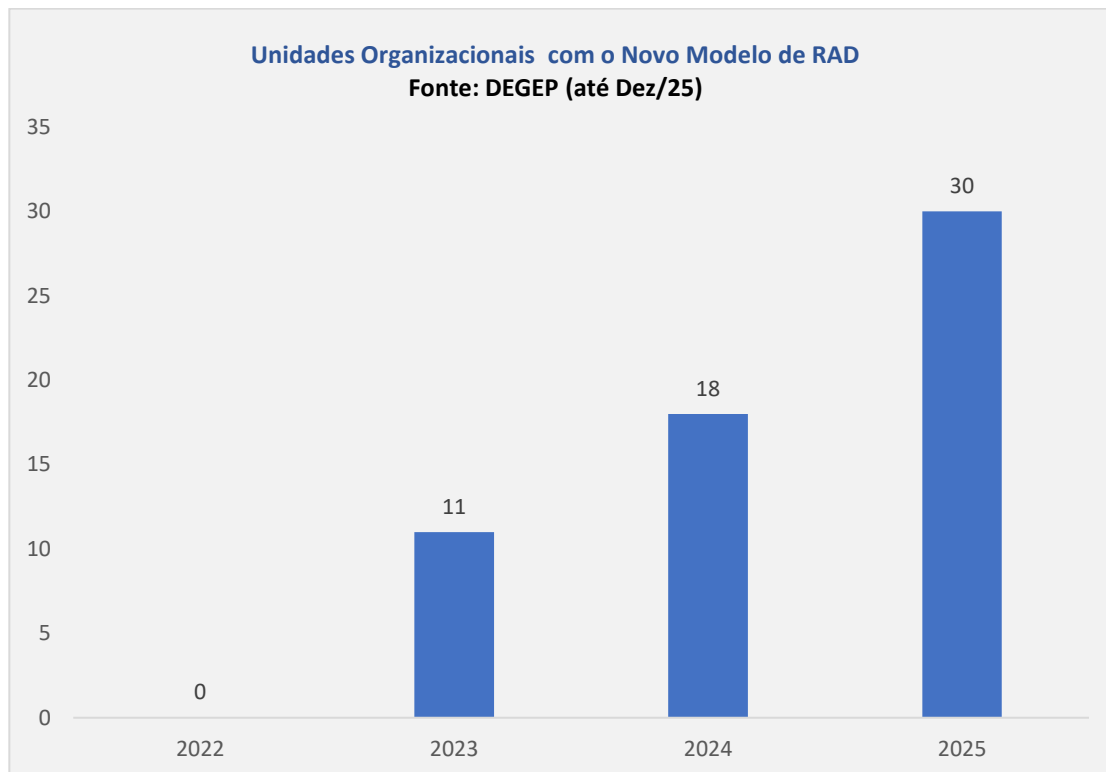
Análise geral:

O acervo de Rotinas Administrativas (RADs) do PJERJ em vigência varia de acordo com a criação de novas RADs e o cancelamento de RADs que descrevam processos de trabalhos que não são mais executados ou que passaram a integrar outra rotina administrativa. Atualmente, o PJERJ tem um acervo de 623 RADs. Nos 10 primeiros anos da criação das rotinas administrativas, o PJERJ obteve um crescimento de 293% no número de documentos. Com relação aos últimos 10 anos, o crescimento foi de 3,6 %, demonstrando o amadurecimento da gestão de processo. No ano de 2025, foram mapeados ou remapeados 26 processos de trabalho. O discreto aumento do acervo, apesar da criação de novas rotinas, explica-se pelo fato de que alguns processos de trabalho descritos em RADs distintas se tornaram objeto de uma única RAD, ensejando o cancelamento das demais, e pelo cancelamento de documentos estratégicos das unidades que se desatrelaram da certificação pela NBR ISO9001.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.5. Unidades Organizacionais com novo modelo de RAD

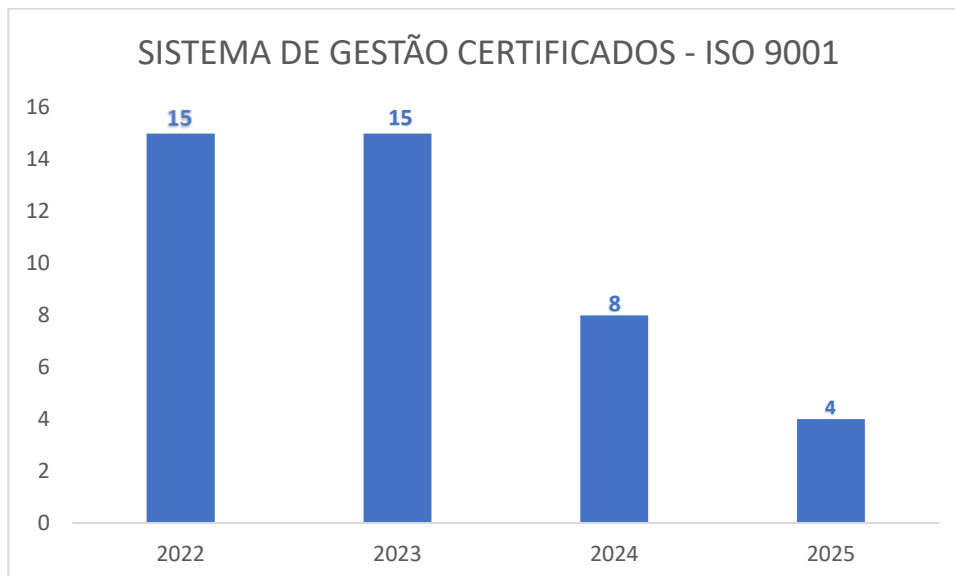


Análise geral:

Em dezembro de 2025, 30 unidades organizacionais do PJERJ atualizaram suas rotinas administrativas utilizando o modelo de RAD desenvolvido em 2023. Este indicador demonstra a adesão das unidades organizacionais do PJERJ ao novo modelo de Rotina Administrativa (RAD), que dá ênfase à representação gráfica dos processos de trabalho com o uso do software Bizagi, com fluxo baseado na modelagem BPMN.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.6. Quantidade de sistemas certificados (ISO) 9001



Análise geral:

O Tribunal de Justiça mantém atualmente quatro sistemas de gestão certificados conforme a Norma NBR ISO 9001, os quais constituem importante ferramenta de apoio à gestão institucional.

No presente exercício, houve redução do número de unidades certificadas em razão da exclusão da 3ª Câmara de Direito Público, da 3ª Câmara de Direito Privado e da 1ª Vice-Presidência. Registrou-se, ainda, a redução de um sistema certificado vinculado ao Gabinete do Desembargador Nagib Slaibi Filho, cuja aposentadoria compulsória, ocorrida em abril, acarretou a finalização da respectiva certificação.

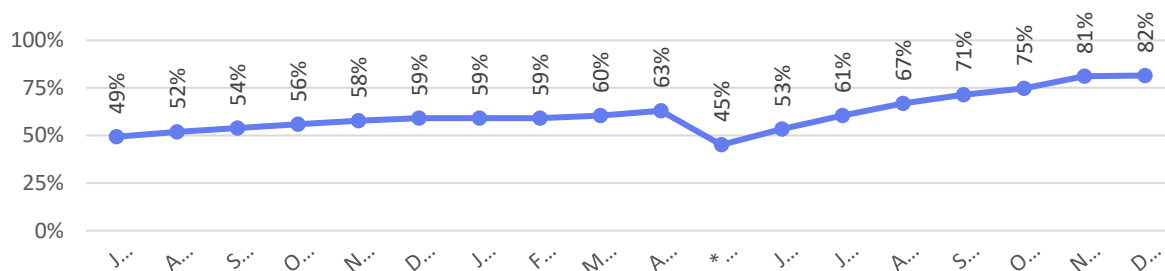
A redefinição do escopo considerou que, nas unidades de natureza jurisdicional, os processos e diretrizes já se encontram estabelecidos por normas legais e regimentais, limitando a autonomia necessária à aplicação dos sistemas de gestão ISO. Ademais, o Departamento de Autuação Cível optou pela adoção do Modelo Basilar de Gestão (MBG), em alinhamento às diretrizes institucionais vigentes.

Foram realizadas 12 auditorias internas e 4 auditorias externas, com a finalidade de verificar a conformidade dos sistemas de gestão com os requisitos da Norma ISO 9001. Dentre as auditorias internas realizadas, destaca-se uma auditoria extraordinária, decorrente da ampliação do escopo de certificação do DEGEA, que passou a abranger o macroprocesso de “digitalização de documentos”.

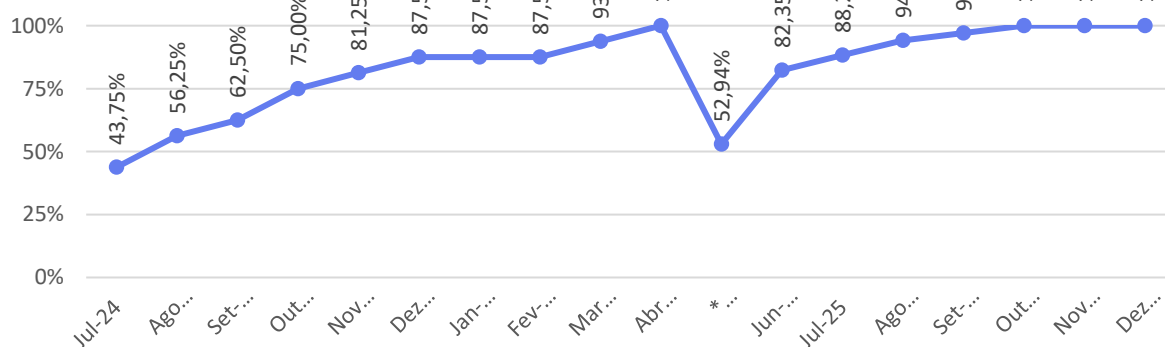
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.7. Implementação do Modelo Basilar de Gestão (MBG)

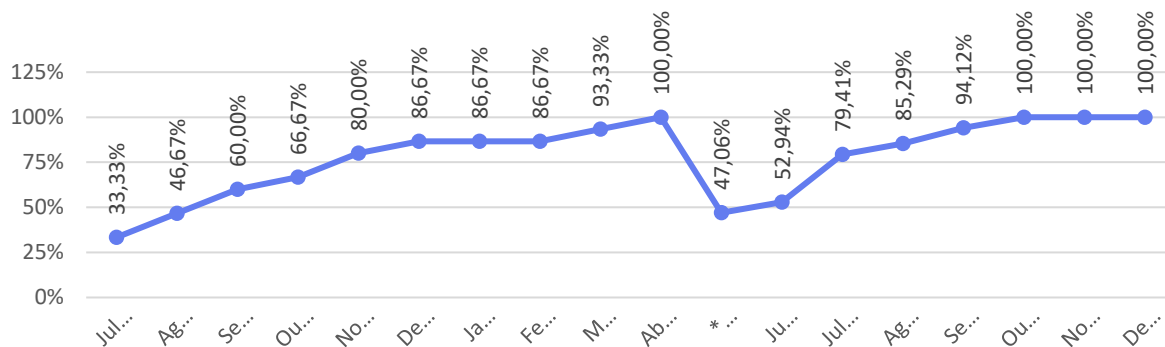
Taxa de Implementação do MBG



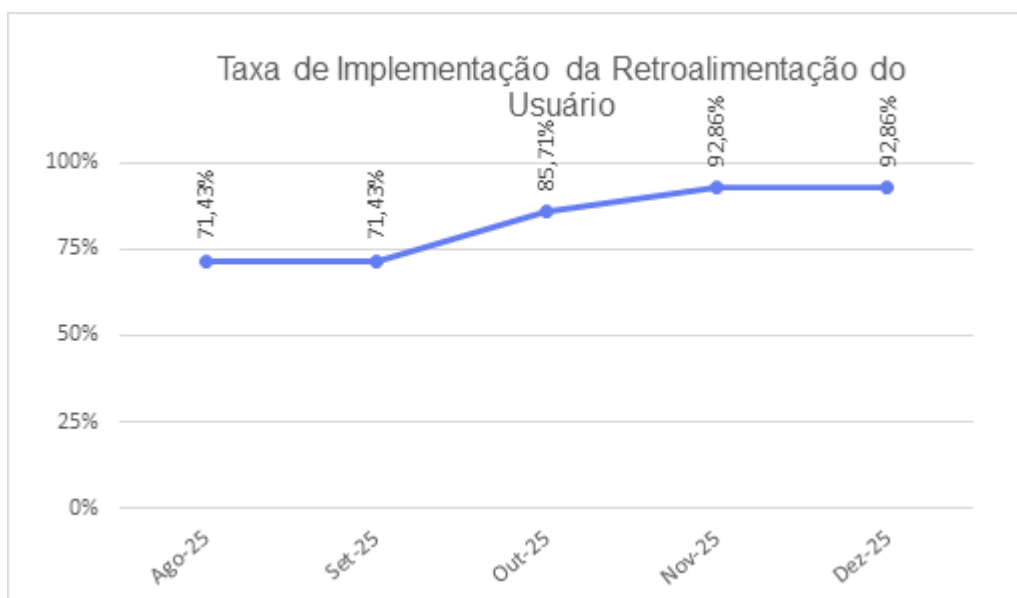
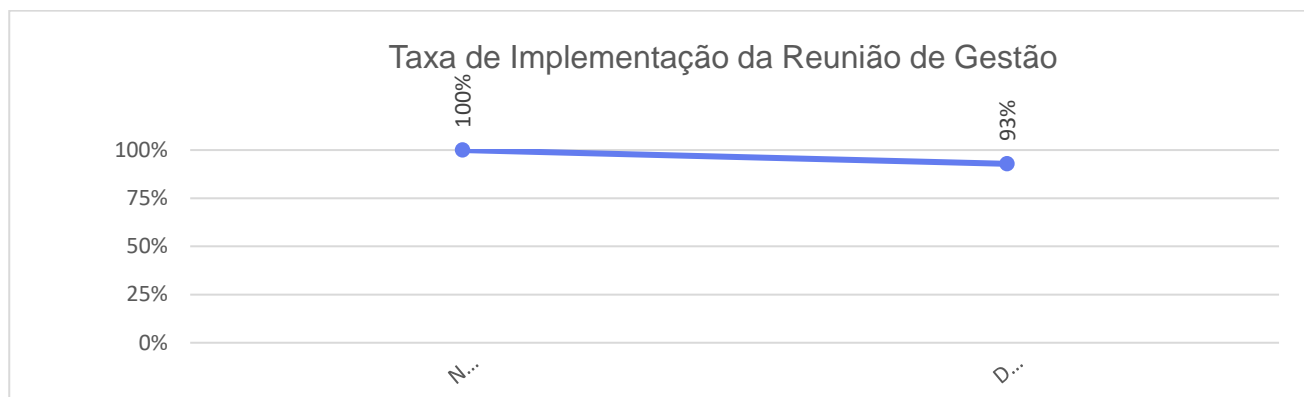
Taxa de Implementação dos Direcionadores Estratégicos



Taxa de Implementação das Árvores de Indicadores Gerenciais



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Análise geral:

Para o período de 2025 a Divisão de Apoio à Gestão - DIAGE tinha planejado implementar 80% do Modelo Basilar de Gestão nas Unidades Administrativas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro atendendo os cronogramas previstos nos Avisos TJ Nº 267/2024, Nº 94/2025, Nº 200/2025 e Nº 249/2025.

Analisando os gráficos acima, nota-se que a DIAGE não atingiu a meta planejada, pois a Diretoria-Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias Extrajudiciais – DGFEX deixou de realizar dois elementos (retroalimentação do usuário e reunião de gestão), atingindo assim 79% do planejado.

A Diretora da DIAGE ao longo do período de 2025, junto com a chefia do SEGER e equipe percebeu que a DGFEX poderia não implementar todos os elementos do MBG seguindo o cronograma, marcou reunião presencial com os responsáveis da DGFEX no dia 21/07/2025, em que colocou toda equipe à disposição para apoio nos elemento: indicadores, retroalimentação do usuário e reunião de Gestão, o que não ocorreu por parte da unidade.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

A implementação do MBG de início no 2º semestre de 2024 com a implementação do aviso Nº 267/2024 que previa 22 Unidades. Em seguida, houve a publicação do Aviso Nº 94/2025 e o número de Unidades passou para 33. Em Julho de 2025 houve a publicação do aviso nº 200 que ajustou nomenclaturas e criou o Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e transformou a Assessoria de Imprensa na Secretaria-Geral de Comunicação Social. Em outubro de 2025 houve a publicação do Aviso TJ nº 249/2025 passou a contar com 36 Unidades para serem implementadas de acordo com o cronograma contido no aviso em questão.

Abaixo segue tabela com todas as unidades e cronograma:

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL)	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/6/2025	16/6/2025
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	17/6/2025	31/7/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	1º/8/2025	8/8/2025
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	18/8/2025	30/9/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	1º/10/2025	14/11/2025
	1ª Avaliação documental da implementação do MBG.	17/11/2025	19/12/2025
Secretaria-Geral de Logística (SGLOG)	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/6/2025	16/6/2025
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	17/6/2025	31/7/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de	1º/8/2025	8/8/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	ações decorrentes, quando for o caso.		
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	18/8/2025	30/9/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	1º/10/2025	14/11/2025
	1ª Avaliação documental da implementação do MBG.	17/11/2025	19/12/2025
Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (SGPCF)	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/6/2025	16/6/2025
	Implementação de método de retroalimentação de usuário.	17/6/2025	31/7/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	1º/8/2025	8/8/2025
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	18/8/2025	30/9/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	1º/10/2025	14/11/2025
	1ª Avaliação documental da implementação do MBG.	17/11/2025	19/12/2025
Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC)	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/6/2025	16/6/2025
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	17/6/2025	31/7/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	1º/8/2025	8/8/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	18/8/2025	30/9/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	1º/10/2025	14/11/2025
	1ª Avaliação documental da implementação do MBG.	17/11/2025	19/12/2025
Núcleo de Auditoria Interna (NAI)	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/6/2025	16/6/2025
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	17/6/2025	31/7/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	1º/8/2025	8/8/2025
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	18/8/2025	30/9/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	1º/10/2025	14/11/2025
	1ª Avaliação documental a implementação do MBG.	17/11/2025	19/12/2025
Escola de Administração Judiciária (ESAJ)	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/6/2025	16/6/2025
	Implementação do método de retroalimentação do usuário.	17/6/2025	31/7/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	1º/8/2025	8/8/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	18/8/2025	30/9/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	1º/10/2025	14/11/2025
	1ª Avaliação documental da implementação do MBG.	17/11/2025	19/12/2025
Secretaria-Geral de Gestão do Conhecimento (SGCON)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	4/4/2025	5/5/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	5/5/2025	30/5/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio ao DEGEP.	2/6/2025	30/6/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	12/1/2026	12/2/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	23/2/2026	13/3/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	16/3/2026	30/4/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	4/5/2026	11/5/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	21/5/2026	1º/6/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	16/6/2026	31/7/2026
	1ª Avaliação documental da implementação do MBG.	3/8/2026	30/10/2026
Secretaria-Geral Judiciária (SGJUD)	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/6/2025	16/6/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	17/6/2025	31/7/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	1º/8/2025	8/8/2025
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	18/8/2025	30/9/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	1º/10/2025	14/11/2025
	1ª Avaliação documental da implementação do MBG.	17/11/2025	19/12/2025
Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES)	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/6/2025	16/6/2025
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	17/6/2025	31/7/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	1º/8/2025	8/8/2025
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	18/8/2025	30/9/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	1º/10/2025	14/11/2025
	1ª Avaliação documental da implementação do MBG.	17/11/2025	19/12/2025
Secretaria-Geral de Segurança Institucional (SGSEI)	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/6/2025	16/6/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	17/6/2025	31/7/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	1º/8/2025	8/8/2025
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	18/8/2025	30/9/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	1º/10/2025	14/11/2025
	1ª Avaliação documental da implementação do MBG.	17/11/2025	19/12/2025
Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC)	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/6/2025	16/6/2025
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	17/6/2025	31/7/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	1º/8/2025	8/8/2025
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	18/8/2025	30/9/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	1º/10/2025	14/11/2025
	1ª Avaliação documental da implementação do MBG.	17/11/2025	19/12/2025
Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI)	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/6/2025	16/6/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	17/6/2025	31/7/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	1º/8/2025	8/8/2025
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	18/8/2025	30/9/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	1º/10/2025	14/11/2025
	1ª Avaliação documental da implementação do MBG.	17/11/2025	19/12/2025
Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS)	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/6/2025	16/6/2025
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	17/6/2025	31/7/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	1º/8/2025	8/8/2025
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	18/8/2025	30/9/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	1º/10/2025	14/11/2025
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	17/11/2025	19/12/2025
Diretoria-Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial (DGFAJ)	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/6/2025	16/6/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	17/6/2025	31/7/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	1º/8/2025	8/8/2025
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	18/8/2025	30/9/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	1º/10/2025	14/11/2025
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	17/11/2025	19/12/2025
Diretoria-Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias Extrajudiciais (DGFEX)	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	5/5/2025	30/5/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	4/8/2025	1º/9/2025
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	2/9/2025	15/9/2025
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	16/9/2025	30/10/2025
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	3/11/2025	10/11/2025
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	24/11/2025	1º/12/2025
	Realização da 1ª reunião de gestão.	2/12/2025	19/12/2025
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	7/1/2026	12/2/2026
Diretoria-Geral de Apoio à Corregedoria Geral da Justiça (DGAPO)	Definição e validação dos direcionadores	5/5/2025	30/5/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	estratégicos (missão e visão).		
	Elaboração da árvore de indicadores.	5/5/2025	27/6/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/7/2025	31/7/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	12/1/2026	12/2/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	23/2/2026	13/3/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	16/3/2026	30/4/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	4/5/2026	11/5/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	21/5/2026	1º/6/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	16/6/2026	31/7/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	3/8/2026	30/10/2026
Diretoria-Geral de Planejamento e Administração de Pessoal (DGAPE)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	5/5/2025	30/5/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	5/5/2025	27/6/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/7/2025	31/7/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	12/1/2026	12/2/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	23/2/2026	13/3/2026
	Implementação do método de	16/3/2026	30/4/2026



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	retroalimentação de usuário.		
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	4/5/2026	11/5/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	21/5/2026	1º/6/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	16/6/2026	31/7/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	3/8/2026	30/10/2026
Ouvidoria-Geral do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (OUVID)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	2/6/2025	30/6/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	2/6/2025	31/7/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/8/2025	1º/9/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	23/2/2026	13/3/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	16/3/2026	31/3/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	6/4/2026	1º/6/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	2/6/2026	12/6/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	16/6/2026	31/7/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	3/8/2026	30/10/2026



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	3/11/2026	18/12/2026
Gabinete da Presidência Departamento de Precatórios Judiciais (GABPRES/DEPJU)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	2/6/2025	30/6/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	2/6/2025	31/7/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/8/2025	1º/9/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	23/2/2026	13/3/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	16/3/2026	31/3/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	6/4/2026	1º/6/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	2/6/2026	12/6/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	16/6/2026	31/7/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	3/8/2026	30/10/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	3/11/2026	18/12/2026
Gabinete da Presidência Departamento de Movimentação de Magistrados (GABPRES/DEMOV)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	2/6/2025	30/6/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	2/6/2025	31/7/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/8/2025	1º/9/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	23/2/2026	13/3/2026



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	16/3/2026	31/3/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	6/4/2026	1º/6/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	2/6/2026	12/6/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	16/6/2026	31/7/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	3/8/2026	30/10/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	3/11/2026	18/12/2026
Gabinete da Presidência Departamento de Segurança da Informação (GABPRES/DESEG)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	2/6/2025	30/6/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	2/6/2025	31/7/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/8/2025	1º/9/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	23/2/2026	13/3/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	16/3/2026	31/3/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	6/4/2026	1º/6/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	2/6/2026	12/6/2026



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	16/6/2026	31/7/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	3/8/2026	30/10/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	3/11/2026	18/12/2026
Gabinete da Presidência Departamento de Apoio aos Órgãos Colegiados Administrativos (GABPRES/DEACO)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	2/6/2025	30/6/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	2/6/2025	31/7/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/8/2025	1º/9/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	23/2/2026	13/3/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	16/3/2026	31/3/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	6/4/2026	1º/6/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	2/6/2026	12/6/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	16/6/2026	31/7/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	3/8/2026	30/10/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	3/11/2026	18/12/2026
Gabinete da Presidência Departamento de Apoio à Presidência (GABPRES/DEPRE)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	2/6/2025	30/6/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	2/6/2025	31/7/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/8/2025	1º/9/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	23/2/2026	13/3/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	16/3/2026	31/3/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	6/4/2026	1º/6/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	2/6/2026	12/6/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	16/6/2026	31/7/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	3/8/2026	30/10/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	3/11/2026	18/12/2026
Assessoria para Assuntos Referentes aos Tribunais Superiores, ao Conselho Nacional de Justiça e Legislativos (ASCNJ)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	4/8/2025	29/8/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	4/8/2025	30/9/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1/10/2025	19/12/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	6/4/2026	4/5/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	5/5/2026	20/5/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	20/5/2026	6/7/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do	8/7/2026	14/7/2026



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.		
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	15/7/2026	28/7/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	29/7/2026	14/9/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	15/9/2026	30/10/2026
Assessoria às Comissões dos Concursos da Magistratura e Juízes Leigos (ASMAJ)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	4/8/2025	29/8/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	4/8/2025	30/9/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1/10/2025	19/12/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	6/4/2026	4/5/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	5/5/2026	20/5/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	20/5/2026	6/7/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	8/7/2026	14/7/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	15/7/2026	28/7/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	29/7/2026	14/9/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	15/9/2026	30/10/2026
Assessoria das Obrigações Fiscais e Tributárias do E-Social, EFDREINF e DCTFWEB (ASOFT)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	23/2/2026	20/3/2026



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Elaboração da árvore de indicadores.	23/3/2026	22/5/2026
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	25/5/2026	3/7/2026
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	8/9/2026	9/10/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	13/10/2026	30/10/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	3/11/2026	18/12/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	7/1/2027	14/1/2027
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	15/1/2027	19/1/2027
	Realização da 1ª reunião de gestão.	21/1/2027	27/1/2027
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	28/1/2027	29/1/2027
Assessoria de Gestão de Precedentes e Análise da Jurisprudência dos Tribunais Superiores (ASGEP)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	23/2/2026	20/3/2026
	Elaboração da árvore de indicadores.	23/3/2026	22/5/2026
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	25/5/2026	3/7/2026
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	8/9/2026	9/10/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	13/10/2026	30/10/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	3/11/2026	18/12/2026



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	7/1/2027	14/1/2027
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	15/1/2027	19/1/2027
	Realização da 1ª reunião de gestão.	21/1/2027	27/1/2027
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	28/1/2027	29/1/2027
Assessoria Especial de Eventos (ASEVE)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	2/6/2025	31/7/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	1º/8/2025	29/8/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/9/2025	1º/10/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	16/3/2026	30/4/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	4/5/2026	11/5/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	12/5/2026	17/7/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	20/7/2026	31/7/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	3/8/2026	30/9/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	5/10/2026	30/11/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	1º/12/2026	18/12/2026
Assessoria Especial de Cerimonial (ASCER)	Definição e validação dos direcionadores	2/6/2025	31/7/2025



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	estratégicos (missão e visão).		
	Elaboração da árvore de indicadores.	1º/8/2025	29/8/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/9/2025	1º/10/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	16/3/2026	30/4/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	4/5/2026	11/5/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	12/5/2026	17/7/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	20/7/2026	31/7/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	3/8/2026	30/9/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	5/10/2026	30/11/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	1º/12/2026	18/12/2026
2ª Vice-Presidência (2VP)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	2/6/2025	30/6/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	2/6/2025	31/7/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/8/2025	1º/9/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	23/2/2026	13/3/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	16/3/2026	31/3/2026
	Implementação do método de	6/4/2026	1º/6/2026



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	retroalimentação de usuário.		
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	2/6/2026	12/6/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	16/6/2026	31/7/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	3/8/2026	30/10/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	3/11/2026	18/12/2026
3ª Vice-Presidência (3VP)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	2/6/2025	30/6/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	2/6/2025	31/7/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/8/2025	1º/9/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	23/2/2026	13/3/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	16/3/2026	31/3/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	6/4/2026	1º/6/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	2/6/2026	12/6/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	16/6/2026	31/7/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	3/8/2026	30/10/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	3/11/2026	18/12/2026



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
Escola de Mediação (EMEDI)	Alinhamento dos direcionadores estratégicos (missão e visão) aos direcionadores do PJeRJ.	2/6/2025	30/6/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	2/6/2025	31/7/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/8/2025	1º/9/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	16/3/2026	30/4/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	4/5/2026	11/5/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	12/5/2026	17/7/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	20/7/2026	31/7/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	3/8/2026	30/9/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	5/10/2026	30/11/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	1º/12/2026	18/12/2026
Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJRJ)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	2/6/2025	30/6/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	2/6/2025	31/7/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/8/2025	1º/9/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	23/2/2026	13/3/2026



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	16/3/2026	31/3/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	6/4/2026	1º/6/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	2/6/2026	12/6/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	16/6/2026	31/7/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	3/8/2026	30/10/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	3/11/2026	18/12/2026
Secretaria-Geral de Comunicação Social (SGCOS)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	1º/9/2025	30/9/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	1º/9/2025	31/10/2025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	3/11/2025	3/12/2025
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	16/3/2026	30/4/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	4/5/2026	11/5/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	12/5/2026	17/7/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	20/7/2026	31/7/2026



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	3/8/2026	30/9/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	5/10/2026	30/11/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	1º/12/2026	18/12/2026
1ª Vice-Presidência (1VP)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	1º/10/2025	15/10/2025
	Elaboração da árvore de indicadores.	1º/10/2025	28/11/1025
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	1º/12/2025	12/1/2026
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	6/4/2026	30/4/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	4/5/2026	8/5/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	11/5/2026	19/6/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	22/6/2026	26/6/2026
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	29/6/2026	10/7/2026
	Realização da 1ª reunião de gestão.	13/7/2026	28/8/2026
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	31/8/2026	4/9/2026
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)	Definição e validação dos direcionadores estratégicos (missão e visão).	23/2/2026	20/3/2026
	Elaboração da árvore de indicadores.	23/3/2026	22/5/2026



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

MODELO BASILAR DE GESTÃO (MBG)			
Unidade Organizacional	Atividade	Início	Término
	Validação da árvore de indicadores e envio dos resultados ao DEGEP.	25/5/2026	3/7/2026
	Estudo sobre método de retroalimentação do usuário.	8/9/2026	9/10/2026
	Elaboração de método de retroalimentação do usuário.	13/10/2026	30/10/2026
	Implementação do método de retroalimentação de usuário.	3/11/2026	18/12/2026
	Análise do resultado da retroalimentação do usuário e definição de ações decorrentes, quando for o caso.	7/1/2027	14/1/2027
	Apresentação do modelo de reunião de gestão.	15/1/2027	19/1/2027
	Realização da 1ª reunião de gestão.	21/1/2027	27/1/2027
	1ª Avaliação documental da Implementação do MBG.	28/1/2027	29/1/2027

8.8. Gestão Por Resultado

O Serviço de Apoio à Gestão por Indicadores e Resultados – SEGER no período de 2025 atuou em apoio às Unidades Administrativas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro na implementação do Modelo Basilar de Gestão quanto aos elementos de medição da Visão e na elaboração de indicadores gerenciais, este devem apoiar a unidade no gerenciamento de suas atividades e fornecer dados objetivos para auxílio na tomada de decisões estratégicas e operacionais.

Foi realizado apoio presencial àquelas unidades em que se verificou tendência de não atingimento da meta estabelecida para seus indicadores gerenciais ou mesmo o indicador medidor da Visão.

O SEGER e o SEIGI em 2025, concluíram o cronograma de implementação de quatro elementos do MBG junto às Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL), Secretaria-Geral de Logística (SGLOG), Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (SGPCF), Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC), Núcleo de Auditoria Interna (NAI), Escola de Administração Judiciária (ESAJ), Secretaria-Geral de Gestão do Conhecimento (SGCON), Secretaria-Geral Judiciária (SGJUD), Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES), Secretaria-Geral de Segurança Institucional (SGSEI), Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC), Secretaria-



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

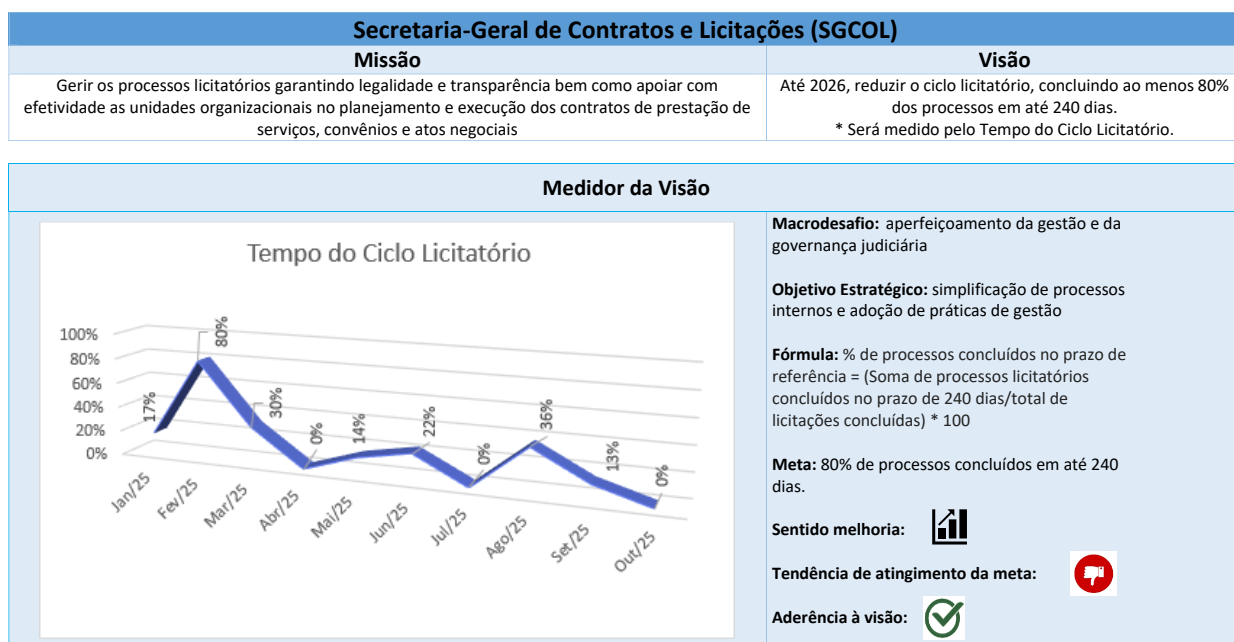
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI), Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), Diretoria-Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial (DGFAJ).

Dos elementos implementados pelo SEGER vale ressaltar o medidor da VISÃO, pois demonstra a força da unidade em contribuir com o Poder Judiciário no cumprimento de suas metas, entre elas a visão.

Abaixo seguem os resultados das unidades e breves comentários feitos pela DIAGE e SEGER.

Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL)



Comentário: a meta estabelecida não é adequada, uma vez que está acima da capacidade operacional da unidade, tornando-a inexecutável e potencialmente desestimulante para a equipe. Diante disso, recomenda-se a reformulação da meta, de modo a alinhá-la às condições operacionais e aos recursos disponíveis.

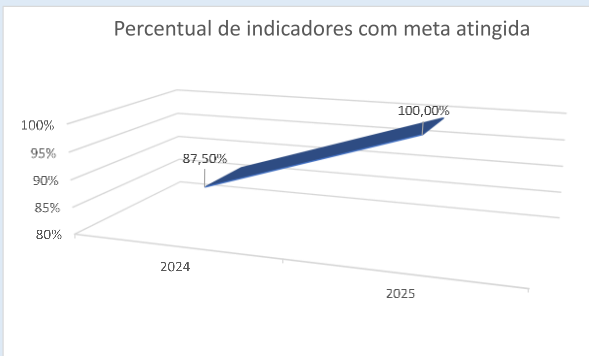





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Secretaria-Geral de Logística (SGLOG)

Secretaria-Geral de Logística (SGLOG)	
Missão	Visão
Prover e gerenciar de forma integrada os recursos de logística para que o PJeRJ realize a prestação jurisdicional.	Até 2026, atender as demandas dos usuários com base em indicadores gerenciais para contribuir, dentro das atribuições como atividade meio, com o aumento da produtividade do PJeRJ. * Será atingida com o alcance de 80% das metas dos indicadores gerenciais.

Medidor da Visão							
<p>Percentual de indicadores com meta atingida</p>  <table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Percentual de indicadores com meta atingida</th></tr></thead><tbody><tr><td>2024</td><td>87,50%</td></tr><tr><td>2025</td><td>100,00%</td></tr></tbody></table>	Ano	Percentual de indicadores com meta atingida	2024	87,50%	2025	100,00%	<p>Macrodesafio: aperfeiçoamento da gestão e da governança judiciária</p> <p>Objetivo Estratégico: simplificação de processos internos e adoção de práticas de gestão</p> <p>Fórmula: (soma dos indicadores que atingiram a meta/ total dos indicadores) *100</p> <p>Meta: alcance de 80% das metas dos indicadores gerenciais.</p> <p>Sentido melhoria: </p> <p>Tendência de atingimento da meta: </p> <p>Aderência à visão: </p>
Ano	Percentual de indicadores com meta atingida						
2024	87,50%						
2025	100,00%						

Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (SGPCF)

Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (SGPCF)	
Missão	Visão
Garantir, de forma eficiente, a gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários à prestação jurisdicional.	Consolidar-se como referencial na gestão responsável dos recursos orçamentários e financeiros, a qual viabiliza o atendimento das ações planejadas e assegura o equilíbrio fiscal do Poder. * Estabelecer indicador medidor da visão.

Medidor da Visão	
“De ordem do Secretário-Geral, encaminho em anexo arquivo com a missão e a visão desta SGPCF que foram aprovadas, sem estabelecer marco temporal e indicador para a visão.”	



Vários contatos foram realizados com a unidade para que a Visão fosse ajustada de acordo com os requisitos mínimos, porém, sem êxito. Reuniões por vídeo chamada, reuniões presenciais, conversas pelo teams, todas sem sucesso e com a mesma resposta do quadro acima.

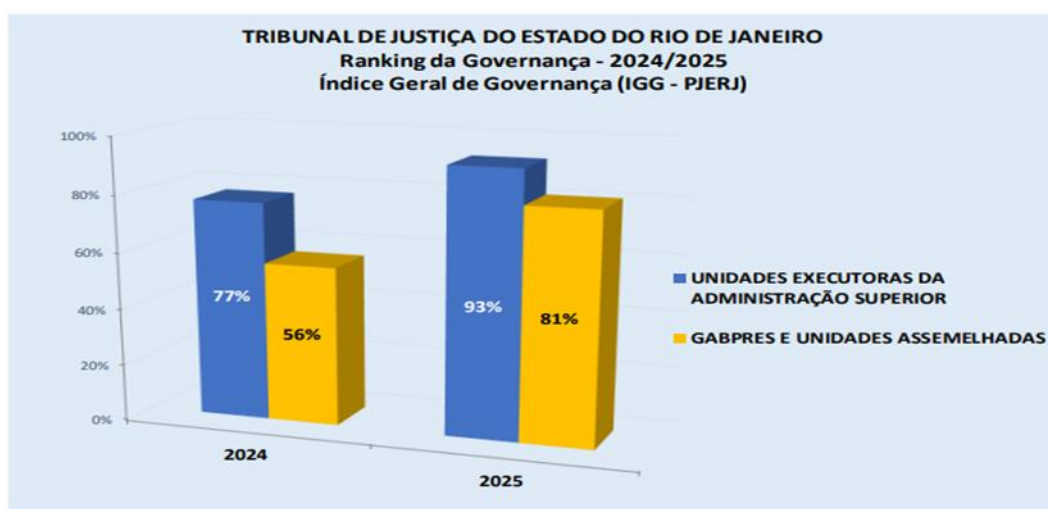


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC)

Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC)	
Missão	Visão
Promover a governança, por meio de orientação e implementação de mecanismos de gestão, estratégia, <i>compliance</i> e de soluções inovadoras e transparentes, em todas as unidades do PJERJ, contribuindo para a resolução dos conflitos de interesse por meio das melhorias implementadas.	Até 2026, coordenar planos e modelos de melhoria de estratégia, inovação e <i>compliance</i> no PJERJ, implementando e desenvolvendo tais métodos de gestão nas unidades do PJERJ, a fim de contribuir para a melhoria da produtividade e da governança institucional. * O alcance da visão será medido pelo IPC-Jus - 100% e o desafio de aumento em 10% no <i>Ranking</i> da Governança.



Medidores da Visão							
<p>IPC-Jus</p> <table border="1"><thead><tr><th>Período</th><th>IPC-Jus</th></tr></thead><tbody><tr><td>Dez/24</td><td>64%</td></tr><tr><td>Nov/25</td><td>73%</td></tr></tbody></table>	Período	IPC-Jus	Dez/24	64%	Nov/25	73%	<p>Macrodesafio: aperfeiçoamento da gestão e da governança judiciária</p> <p>Objetivo Estratégico: garantia do alinhamento estratégico e da governança institucional</p> <p>Fórmula: IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça) são utilizados os seguintes índices para comparar a eficiência dos tribunais: IPM (Produtividade de Magistrados), IPS (Produtividade de Servidores), Despesa Total e a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL). Índice Geral de Governança (IGG): $\frac{((\sum \text{pontos alcançados no mecanismo liderança}) + (\sum \text{pontos alcançados no mecanismo estratégia}) + (\sum \text{pontos alcançados no mecanismo controle}))}{\sum \text{de pontos possíveis}}$, por unidade e geral (institucional).</p> <p>Meta: alcance de 100% no IPC-Jus e aumento de 10% no <i>Ranking</i> da Governança.</p> <p>Sentido melhoria: </p> <p>Tendência de atingimento da meta:</p> <p>Aderência à visão: </p>
Período	IPC-Jus						
Dez/24	64%						
Nov/25	73%						

Embora haja uma melhora dos resultados de 2024 para 2025, os quesitos do *ranking* estão sendo alterados. Dessa forma, não haverá como comparar os resultados de 2025 e 2026 (marco temporal).

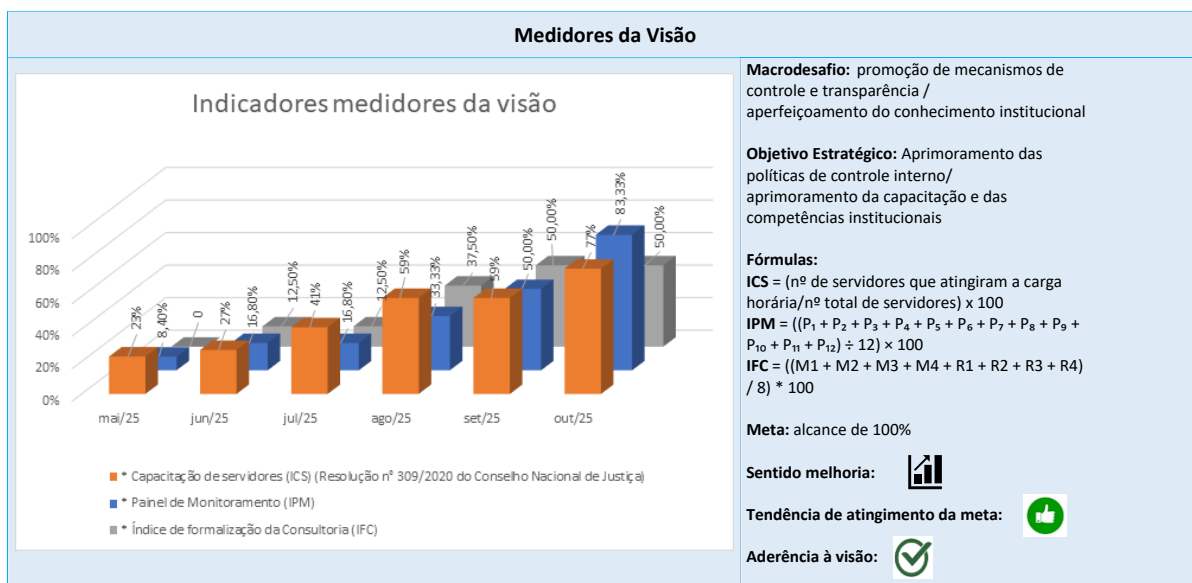


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Núcleo de Auditoria Interna (NAI)

Núcleo de Auditoria Interna (NAI)	
Missão	Visão
Assessorar o Presidente do Tribunal de Justiça, por meio da atividade de auditoria interna, de forma a agregar valor e melhorar as operações, para que o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro alcance seus objetivos.	Até 2026, aprimorar a capacitação da equipe de auditoria, o sistema de monitoramento das auditorias e a atividade de consultoria, visando contribuir para que o Tribunal de Justiça realize seus objetivos estratégicos e de produtividade. * Será medida por meio de três indicadores: Indicador de Capacitação de Servidores (ICS), Indicador de Implementação do Painel de Monitoramento (IPM) e Indicador da Formalização da Consultoria (IFC).



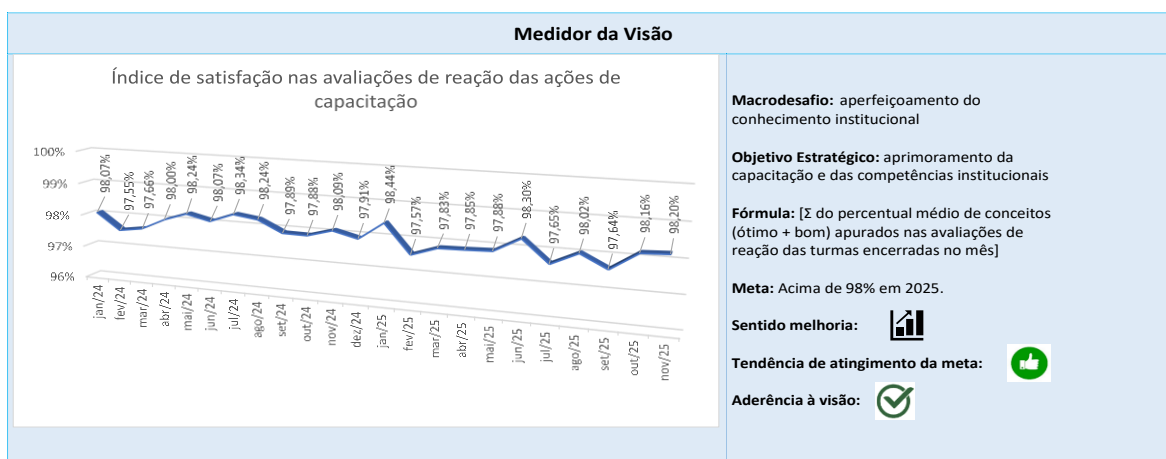


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Escola de Administração Judiciária (ESAJ)

Escola de Administração Judiciária (ESAJ)	
Missão	Visão
Promover ações de capacitação para formação e aperfeiçoamento de servidores e auxiliares da justiça de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo PJeRJ.	Ser reconhecida pelos seus usuários como escola de excelência na formação e aperfeiçoamento de servidores e auxiliares da justiça até 2026. * Será atingida pelo alcance de 98% do índice de satisfação nas avaliações de reação das ações de capacitação.



A visão não contempla seu caráter prospectivo e transformador, uma vez que não se configura como um objetivo a ser perseguido no médio ou longo prazo. Verifica-se que a unidade declarou como visão uma condição já alcançada, o que descaracteriza a função estratégica desse elemento no planejamento institucional.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Secretaria-Geral de Gestão do Conhecimento (SGCON)

Secretaria-Geral de Gestão do Conhecimento (SGCON)	
Missão	Visão
Gerir e disseminar o conhecimento jurídico e institucional no PJeRJ, promovendo capacitação, pesquisa, inovação e preservação da memória para fortalecer a eficiência e a transparência da justiça.	Até dezembro de 2026, transformar o Portal do Conhecimento na principal fonte de pesquisa para o Poder Judiciário do Rio de Janeiro (PJeRJ), auxiliando as atividades diárias e fortalecendo a preservação da memória institucional. * Será medido pela quantidade de acessos ao Portal do Conhecimento.

Medidor da Visão																							
<p>Quantidade de Acessos ao Portal do Conhecimento</p> <table border="1"><thead><tr><th>Mês</th><th>Quantidade de Acessos</th></tr></thead><tbody><tr><td>jan/25</td><td>341.735</td></tr><tr><td>fev/25</td><td>478.975</td></tr><tr><td>mar/25</td><td>463.477</td></tr><tr><td>abr/25</td><td>470.097</td></tr><tr><td>mai/25</td><td>512.762</td></tr><tr><td>jun/25</td><td>492.015</td></tr><tr><td>jul/25</td><td>523.434</td></tr><tr><td>ago/25</td><td>509.348</td></tr><tr><td>set/25</td><td>525.957</td></tr><tr><td>out/25</td><td>524.492</td></tr></tbody></table>	Mês	Quantidade de Acessos	jan/25	341.735	fev/25	478.975	mar/25	463.477	abr/25	470.097	mai/25	512.762	jun/25	492.015	jul/25	523.434	ago/25	509.348	set/25	525.957	out/25	524.492	<p>Macrodesafio: aperfeiçoamento do conhecimento institucional</p> <p>Objetivo Estratégico: aprimoramento da gestão do conhecimento institucional</p> <p>Fórmula: Somatório de acessos no Portal do Conhecimento</p> <p>Meta: 5.500.000 (2025) e 6.000.000 (2026)</p> <p>Sentido melhoria: </p> <p>Tendência de atingimento da meta: </p> <p>Aderência à visão: </p>
Mês	Quantidade de Acessos																						
jan/25	341.735																						
fev/25	478.975																						
mar/25	463.477																						
abr/25	470.097																						
mai/25	512.762																						
jun/25	492.015																						
jul/25	523.434																						
ago/25	509.348																						
set/25	525.957																						
out/25	524.492																						

Em um primeiro momento, o medidor associado à visão foi considerado aceitável. Contudo, recomenda-se que, em etapa posterior, sejam desestimulados indicadores que se limitem à mensuração de quantidade, sem estabelecer parâmetros comparativos ou critérios de análise que permitam avaliar desempenho, evolução ou impacto.

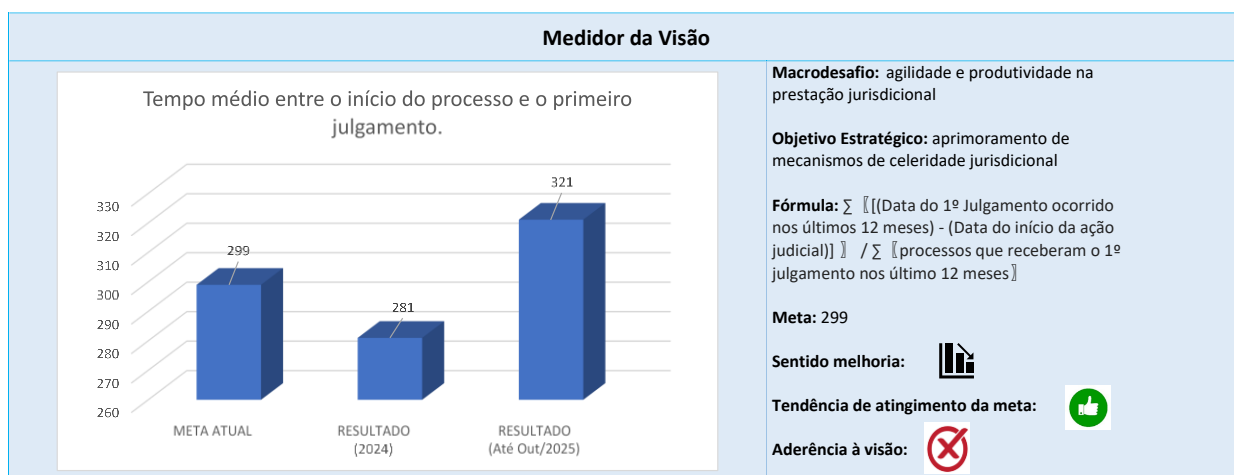


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Secretaria-Geral Judiciária (SGJUD)

Secretaria-Geral Judiciária (SGJUD)	
Missão	Visão
Desenvolver gestão administrativa e gestão judiciárias produtivas, realizando as suas atividades com qualidade e eficiência, garantindo que a justiça seja entregue de forma democrática à sociedade.	Ser referência na excelência judiciária, até o ano de 2026, orientada à entrega de uma justiça mais célere, democrática e eficaz. * Será medido pelo Tempo médio entre o início do processo e o primeiro julgamento.



O indicador proposto avalia exclusivamente o aspecto relacionado à celeridade da prestação jurisdicional. Entretanto, tal métrica não contempla nem permite aferir os demais elementos expressos na visão institucional, notadamente aqueles relativos à entrega democrática e à efetividade da justiça. Dessa forma, o medidor apresenta aderência parcial à visão declarada ao restringir sua análise a um único componente do resultado pretendido. Adicionalmente, recomenda-se desestimular, neste momento, a utilização da expressão “ser referência”, por apresentar caráter genérico, baixa objetividade e dificuldades significativas de mensuração.

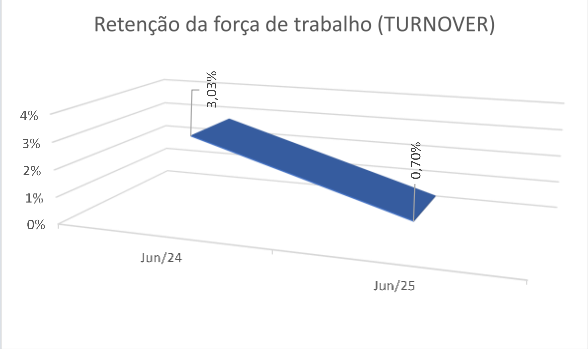





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES)

Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES)	
Missão	Visão
Implementar ações integradas em gestão de pessoas visando ao desenvolvimento e à valorização pessoal e profissional, favorecendo o alcance dos objetivos institucionais.	Até 2026, tornar-se referencial de excelência em gestão de pessoas no âmbito dos Tribunais de Justiça estaduais. * Será medido pelo indicador gerencial de TURNOVER.

Medidor da Visão							
<p>Retenção da força de trabalho (TURNOVER)</p>  <table border="1"><thead><tr><th>Período</th><th>Valor (%)</th></tr></thead><tbody><tr><td>Jun/24</td><td>3,03%</td></tr><tr><td>Jun/25</td><td>0,70%</td></tr></tbody></table>	Período	Valor (%)	Jun/24	3,03%	Jun/25	0,70%	<p>Macrodesafio: gestão de pessoas</p> <p>Objetivo Estratégico: valorização dos servidores e da carreira de serventuário da justiça</p> <p>Fórmula: (Somatório de entradas/ média de servidores) * 100</p> <p>Meta: 1,6%(Anual)</p> <p>Sentido melhoria: </p> <p>Tendência de atingimento da meta: </p> <p>Aderência à visão: </p>
Período	Valor (%)						
Jun/24	3,03%						
Jun/25	0,70%						

Mais uma vez, a visão está genérica e carece de objetividade. Podemos sugerir um novo enunciado, por exemplo: até 2026, implementar estratégias para que servidores se sintam valorizados, engajados e motivados a permanecer.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Secretaria-Geral de Segurança Institucional (SGSEI)

Secretaria-Geral de Segurança Institucional (SGSEI)	
Missão	Visão
Prover segurança e tranquilidade a todas as pessoas envolvidas na prestação jurisdicional.	Até 2026, aprimorar a segurança dos envolvidos na prestação jurisdicional e da infraestrutura operacional. * Será medido pela implementação do projeto estratégico.

Medidor da Visão															
<p>Implantação do monitoramento e gestão de alarmes presencial e pânico dos fóruns e comarcas do Estado do Rio de Janeiro no Centro Integrado de Segurança do PJERJ (CISPIJ)</p> <table border="1"><thead><tr><th>Mês</th><th>Porcentagem</th></tr></thead><tbody><tr><td>jun/25</td><td>5%</td></tr><tr><td>jul/25</td><td>30%</td></tr><tr><td>ago/25</td><td>30%</td></tr><tr><td>set/25</td><td>30%</td></tr><tr><td>out/25</td><td>30%</td></tr><tr><td>nov/25</td><td>30%</td></tr></tbody></table>	Mês	Porcentagem	jun/25	5%	jul/25	30%	ago/25	30%	set/25	30%	out/25	30%	nov/25	30%	<p>Macrodesafio: infraestrutura, logística e segurança</p> <p>Objetivo Estratégico: aprimoramento da segurança dos magistrados, servidores e edificações</p> <p>Fórmula: Percentual de conclusão físico (PCF) $PCF = (TC/TTP) * 100$ TC= Tarefas concluídas TTP= Total de Tarefas Planejadas</p> <p>Meta: 100%</p> <p>Sentido melhoria: </p> <p>Tendência de atingimento da meta: </p> <p>Aderência à visão: </p>
Mês	Porcentagem														
jun/25	5%														
jul/25	30%														
ago/25	30%														
set/25	30%														
out/25	30%														
nov/25	30%														

Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC)

Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC)	
Missão	Visão
Propiciar às unidades organizacionais do Poder Judiciário soluções tecnológicas que contribuam para a modernização, agilidade e efetividade na prestação dos serviços necessários à informatização de seus processos de gestão e operação.	Ser referência em excelência na gestão tecnológica para o Poder Judiciário, até 2026, promovendo a transformação digital com soluções avançadas e integradas que garantam eficiência, transparência e agilidade na administração judiciária. *O alcance da visão será medido pelo Indicador iGovTIC.

Medidor da Visão							
<p>Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD)</p> <table border="1"><thead><tr><th>Mês</th><th>Índice</th></tr></thead><tbody><tr><td>Dez/24</td><td>94,09</td></tr><tr><td>Dez/25</td><td>0</td></tr></tbody></table> <p>*</p>	Mês	Índice	Dez/24	94,09	Dez/25	0	<p>Macrodesafio: fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados</p> <p>Objetivo Estratégico: aprimoramento da governança de TIC</p> <p>Fórmula: Nota final da avaliação da Área de TIC $* 0,9 + \text{Nota final da Área de Negócio} * 0,1$ (O cálculo das notas da Área de TIC e Negócio são calculadas de acordo com os critérios definidos pelo CNJ no Manual do iGovTIC, atualizado a cada ano)</p> <p>Meta: Maior que 90</p> <p>Sentido melhoria: </p> <p>Tendência de atingimento da meta: *</p> <p>Aderência à visão: </p>
Mês	Índice						
Dez/24	94,09						
Dez/25	0						



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Aguardando o resultado deste ano, a partir de dezembro/25.

Conforme já dito, importante desestimular visões com a expressão “ser referência”. Neste caso, poderíamos sugerir: “até 2026, promover a transformação digital com soluções avançadas e integradas que garantam eficiência, transparência e agilidade na administração pública.”

Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI)

Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI)	
Missão	Visão
Coletar, analisar e transformar dados em informações estratégicas para a gestão do Poder Judiciário do Rio de Janeiro.	Contribuir para que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro se destaque, até 2026, em inteligência de dados, com gestão acessível e inovadora, transformando informação em conhecimento para impulsionar a produtividade e a excelência. * Será medido pela quantidade de acessos aos painéis publicados pela SGDAI

Medidor da Visão											
<p>Quantidade de acessos aos painéis publicados pela SGDAI</p> <table border="1"><thead><tr><th>Período</th><th>Quantidade de acessos</th></tr></thead><tbody><tr><td>Jan/Fev 25</td><td>1.451</td></tr><tr><td>Mai/Jun 25</td><td>1.223</td></tr><tr><td>Set/Out 25</td><td>1.270</td></tr><tr><td>Outro período</td><td>1.136</td></tr></tbody></table>	Período	Quantidade de acessos	Jan/Fev 25	1.451	Mai/Jun 25	1.223	Set/Out 25	1.270	Outro período	1.136	<p>Macrodesafio: aperfeiçoamento da política de dados e informações institucionais</p> <p>Objetivo Estratégico: aprimoramento da estrutura de dados como mecanismo de efetividade jurisdicional</p> <p>Fórmula: Σ Acessos aos painéis no bimestre</p> <p>Meta: 1000 por bimestre.</p> <p>Sentido melhoria: </p> <p>Tendência de atingimento da meta: </p> <p>Aderência à visão: </p>
Período	Quantidade de acessos										
Jan/Fev 25	1.451										
Mai/Jun 25	1.223										
Set/Out 25	1.270										
Outro período	1.136										

A unidade foi informada que o medidor selecionado não é adequado para comprovar o atendimento aos requisitos da visão. Diante disso, recomendou-se que, na declaração da visão, fosse registrado exclusivamente o aspecto referente à gestão acessível.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS)

Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS)	
Missão	Visão
Promover a sustentabilidade e a responsabilidade social, no âmbito do Pjerj, contribuindo para o seu reconhecimento como órgão comprometido com a pacificação social e a efetividade de suas decisões.	Até 2026, elevar o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) do TJERJ. * Será medido por meio do Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS). Fonte: CNJ.

Medidor da Visão	
<p>Índice de Desempenho de Sustentabilidade</p> <p>39% 0%</p> <p>Dez/24 Dez/25</p> <p>*</p>	<p>Macrodesafio: promoção da sustentabilidade</p> <p>Objetivo Estratégico: gestão sustentável ambiental, de contratações e de documentos</p> <p>Fórmula: Calculado pelo CNJ pelo método AHP (analytic hierarchy process), conforme a Resolução CNJ nº 201/2015.</p> <p>Meta: aumentar o IDS.</p> <p>Sentido melhoria: </p> <p>Tendência de atingimento da meta: *</p> <p>Aderência à visão: </p>

*Aguardando o resultado deste ano, a partir de dezembro/25.

Diretoria-Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial (DGFAJ)

Diretoria-Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial (DGFAJ)	
Missão	Visão
Fiscalizar, apoiar e orientar os juízos de 1ª instância e serviços auxiliares, contribuindo para o aprimoramento contínuo da atividade jurisdicional.	Até 2026, tornar-se uma Diretoria conhecida e reconhecida por fomentar a melhoria dos serviços prestados pelos juízos de primeira Instância. * Será medido pela Pesquisa de satisfação.

Medidor da Visão	
<p>Pesquisa de satisfação - 2025</p> <p>45% 49% 6%</p> <p>Ótimo Bom Regular</p>	<p>Macrodesafio: agilidade e produtividade na prestação jurisdicional</p> <p>Objetivo Estratégico: fortalecimento da fiscalização e da gestão jurisdicional</p> <p>Fórmula: $\{ \sum \text{de respostas (Ótimo + Bom)} / \text{total de respostas válidas} \} * 100$</p> <p>Meta: 50%</p> <p>Sentido melhoria: </p> <p>Tendência de atingimento da meta: </p> <p>Aderência à visão: </p>

O enunciado da visão apresenta baixo grau de objetividade e dificuldades significativas de mensuração, especialmente nos conceitos de “conhecida” e “reconhecida”. Adicionalmente,

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

recomenda-se cautela na adoção de indicadores de satisfação do usuário por unidades que não mantêm interação direta com o cidadão. Sem a devida mediação conceitual, metodológica ou empírica, a aplicação da pesquisa de satisfação compromete a validade do indicador e esvazia seu propósito como instrumento de avaliação de desempenho.

9. OUTRAS REALIZAÇÕES DA SGGIC

Secretaria Geral e Gabinete:

9.1. Gabinete

Em fevereiro de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) passou por uma reestruturação organizacional e por uma transição de gestão, com efeitos previstos para o biênio 2025–2026. Nesse contexto, foi mantido no cargo o Secretário-Geral de Governança, Inovação e Compliance.

No que se refere à estrutura organizacional, a primeira alteração foi implementada pela Resolução TJ/OE nº 3/2025, a qual, no âmbito da SGGIC, não acarretou modificações.

Posteriormente, ainda em 2025, a Resolução TJ/OE nº 32/2025 promoveu nova alteração da estrutura organizacional da SGGIC, nos seguintes termos:

Art. 1º. Ficam alterados os Anexos VII, XIV, XXV, XXXI, XXXII-A, XXXII-C, XL e LV, da Resolução nº 3/2025, deste Órgão Especial, sem aumento de despesa, na forma estabelecida no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º. Fica alterado o Anexo LVIII da Resolução nº 03/2025 deste Órgão Especial, dando nova redação aos artigos 124 a 129, 359, 361 a 366, 368, 370, 373 a 379, 788, 790 e 798-A a 798-C revogando o artigo 367 e acrescentando os artigos 125-A, 365-A, 368-A a 368-D e 378-A a 378-C, na forma do Anexo II desta Resolução.

Que resultou na Criação:

- Art. 359, IV – Serviço de Governança;
- Art. 359, IX – Serviço de Apoio à implementação e Manutenção dos Sistemas de Gestão Institucionais;
- Art. 359, X – Divisão de Processos de Trabalho;
- Art. 359, XII – Serviço de Documentação e Revisão de Processos de Trabalho;
- Art. 359, XVIII – Departamento de Integridade;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Art. 359, XXI – Divisão de Transparência Institucional;
- Art. 359, XXII – Serviço de Transparência;
- Art. 359, XXIII – Divisão de Compliance;
- Art. 359, XXIV – Serviço de Compliance.

Realizações:

- Realização da Avaliação de Desempenho dos servidores que exercem cargos de direção e chefia nas unidades administrativas – Em 12/05 e 13/05/2025;
- Pesquisa de Clima Organizacional, promovida com o objetivo de ouvir a equipe, identificar percepções sobre o ambiente de trabalho e, principalmente, aprimorar continuamente nossos processos, relações e práticas de gestão – Em 25/06 /2025;
- Acompanhamento, através de processo SEI, das soluções propostas pelas Comissões diretamente envolvidas no Prêmio CNJ de Qualidade, no quesito produtividade (COGEP e COIPE);
- Processo SEI nº 2025-06251239 (Arrecadação) – Tem como objetivo encontrar e analisar maneiras de aumentar a arrecadação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com fundamento na legislação vigente, nas diretrizes de transparência e em experiências adotadas por outros Tribunais.

Em setembro de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) alcançou, a **certificação ouro do Instituto “Nós por Elas”**, sendo a SGGIC o ponto focal de todas as etapas, reconhecendo a implementação, pelo TJRJ, de boas práticas no combate à violência contra as mulheres. O “Nós por Elas” é uma iniciativa voltada à promoção da igualdade de gênero, à valorização da mulher e ao fortalecimento das ações de enfrentamento à violência doméstica e familiar. O certificado do TJRJ é válido de 17/09/2025 a 17/09/2026.

Em novembro de 2025, A Secretaria promoveu a **Pesquisa de Realocação**, com o objetivo de ouvir a equipe, identificar percepções sobre o ambiente de trabalho e, principalmente, aprimorar continuamente nossos processos, relações e práticas de gestão.

- Processos referente ao Encontro de Gestores:

1. SEI nº 2025-06253200 – Comunicação Interna;
2. SEI nº 2025-06251400 – Gestão de Talentos;
3. SEI nº 2025-06251322 – Tutoria e Mentoria;

- Portarias internas:

- Portaria Interna SGGIC nº 01/2025 - Designa Representante da Administração Superior;
- Portaria Interna SGGIC nº 02/2025 - Atribuições para Assessor Especial da Presidência II;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

→ Portaria Interna SGGIC nº 03/2025 – Responsividade.

- Propostas:

- Proposta de monitoramento de responsividade – Dispõe sobre o projeto de responsividade que está inserido no Programa de Integridade do TJRJ conforme Ato Normativo TJ Nº 13/2025.

- Selo Boas práticas - Tem como objetivo inaugurar os procedimentos necessários para a criação do Prêmio Selo de Boas Práticas 2025, tendo em vista os resultados alcançados em anos anteriores, bem como a importância de incentivar a produção e disseminação de práticas que contribuam para a melhoria do processo de trabalho, resultando no reconhecimento pela qualidade da gestão das Unidades Administrativas e Judiciais, da CGJ e da Presidência.

- FIG - Minuta de alteração do §2º do art. 1º do Ato Normativo Nº 06/2021

- Hackathon - Iniciativa estratégica que visa fomentar a inovação, a colaboração intersetorial e o desenvolvimento de soluções tecnológicas e processuais para os desafios institucionais. Esse tipo de evento permite a criação de soluções criativas e disruptivas, promovendo o engajamento dos servidores e de parceiros externos, como universidades, startups e empresas do ecossistema de inovação.

- Nós por elas - Processo de obtenção de certificação da instituição no Selo Ouro do programa “Nós por Elas/ABNT, com a finalidade de reconhecer e consolidar o compromisso institucional com o enfrentamento à violência contra a mulher e a promoção da igualdade de gênero.

- Piso Tátil - Solicitação à Divisão de Projetos de Engenharia e Arquitetura – DIPEA, no sentido de verificar a possibilidade de implantação de PISO TÁTIL nas dependências do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A medida visa aprimorar as condições de acessibilidade do edifício, promovendo a inclusão e garantindo maior segurança no deslocamento de pessoas com deficiência visual.

- Proposta de implementação, na intranet e na internet oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de espaço específico para **divulgação dos selos, prêmios e reconhecimentos institucionais** conquistados ou em curso, como forma de valorização da imagem pública, fortalecimento do capital reputacional e estímulo ao engajamento interno.

- Proposta de criação do Conselho de Administração para Aperfeiçoamento e Valorização da Governança e dos Gestores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (**CONAD**).

A criação do **CONAD** encontra fundamento na Resolução TJ/OE nº 03/2025 e na Resolução OE nº 17/2024, instrumentos normativos que estruturam o Sistema de Governança do PJERJ e conferem especial relevo à integração, coordenação e aperfeiçoamento da gestão administrativa.

- Atos de Governança:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

– Que estabelece o sistema de governança institucional de TJERJ Políticas de Governanças publicadas:

1. Diretoria-Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial (DGFAJ) – Publicado em 04/04/2025;
2. Precatórios – Publicado em 16/04/2025;
3. Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI) - Publicado em 30/05/2025;
4. Assuntos Referentes aos Tribunais Superiores, Conselho Nacional de Justiça e Legislativos - ASCNJ – Publicado em 30/05/2025;
5. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) – Publicado em 11/06/2025;
6. Secretaria-Geral de Segurança Institucional (SGSEI) - Publicado em 17/06/2025;
7. 3º Vice-Presidência – Publicado em 02/07/2025;
8. 1º Vice-Presidência – Publicado em 03/07/2025;
9. Secretaria-Geral Judiciária (SGJUD) – Publicado em 21/07/2025;
10. Secretaria-Geral de Planejamento. Coordenação e Finanças (SGPCF) – Publicado em 22/07/2025;
11. 2º Vice-Presidência – Publicado em 31/07/2025
12. Diretoria-Geral de Apoio à Corregedoria-Geral da Justiça (DGAPO) – Publicado em 22/08/2025;
13. Secretaria-Geral de Logística (SGLOG) – Publicado em 02/09/2025;
14. Diretoria-Geral de Planejamento e Administração de Pessoal (DGAPE) – Publicado em 04/09/2025;
15. Diretoria-Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias as Extrajudiciais (DGFEX) – Publicado em 08/09/2025.
16. Assessoria de Assuntos da Magistratura (ASMAG) – Publicado 10/12/2025.

9.2. DEGEP

Relatório de Informações Gerenciais (RIGER)

Em razão da edição da Resolução do Órgão Especial nº 03 de 2025, que alterou a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, com posteriores edições das Resoluções TJ/OE nº 17/2025, Resolução TJ/OE nº 25/2025, Resolução TJ/OE nº 32/2025 e Resolução TJ/OE nº 52/2025, foram revisados os modelos de RIGER das seguintes unidades:

- 1ª Vice-Presidência;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- 2ª Vice-Presidência;
- 3ª Vice-Presidência;
- Diretoria-Geral de Planejamento e Administração de Pessoal (DGAPE);
- Diretoria-Geral de Apoio à Corregedoria-Geral da Justiça (DGAPO);
- Diretoria-Geral de Fiscalização E Assessoramento Judicial (DGFAJ);
- Diretoria-Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias Extrajudiciais (DGFEX);
- Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ);
- Escola de Mediação (EMEDI);
- Gabinete da Presidência (GABPRES);
- Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL);
- Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI);
- Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC);
- Secretaria Geral Judiciária (SGJUD);
- Secretaria-Geral de Logística (SGLOG);
- Secretaria-Geral De Gestão De Pessoas (SGPES);
- Secretaria Geral De Segurança Institucional (SGSEI);
- Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS);

Outrossim, devido às mesmas resoluções mencionadas acima, também foram criados novos modelos de RIGER para as seguintes unidades:

- Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJERJ);
- Secretaria-Geral de Gestão do Conhecimento (SGCON);
- Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC);
- Secretaria-Geral de Comunicação Social (SGCOS);

Ranking da Governança:

Os resultados do Ranking de Governança, realizados em 2024 e 2025, impulsionaram a implementação da governança nas unidades participantes.

Destaque-se o desenvolvimento de políticas de governança no ano de 2025:

Políticas publicadas no DJERJ

- Política de Governança da Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial - [ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ N°05/2025](#);
- Política de Governança de Gestão de Precatórios - [ATO NORMATIVO TJ N.º 07/2025](#);
- Política de Governança da Secretaria Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores - [ATO NORMATIVO TJ Nº 11/2025](#);



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Política de Governança para Assuntos Referentes aos Tribunais Superiores, Conselho Nacional de Justiça e Legislativos - [ATO NORMATIVO TJ Nº 10/2025](#);
- Política de Governança da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - [ATO NORMATIVO TJ 12/2025](#);
- Política de Governança de Segurança Institucional- [ATO NORMATIVO TJ 14/2025](#);
- Política de Governança da Primeira Vice-Presidência – [ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/1ªVP Nº11/2025](#);
- Política de Governança da Segunda Vice-Presidência - [ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/2VP Nº 13/2025](#);
- Política de Governança da Terceira Vice-Presidência - [ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/3VP Nº 12/2025](#);
- Política de Governança da Diretoria-Geral de Apoio à Corregedoria-Geral da Justiça - [ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 16/2025](#);
- Política de Governança da Diretoria-Geral De Fiscalização e Apoio às Serventias Extrajudiciais [ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 18/2025](#);
- Política de Governança da Diretoria-Geral de Planejamento e Administração de Pessoal - [ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 17/2025](#);
- Política de Governança da Ouvidoria-Geral - [ATO NORMATIVO TJ Nº 39/2025](#);
- Política de Governança da Secretaria Geral Judiciária - [ATO NORMATIVO TJ Nº 19/2025](#);
- Política de Governança da Secretaria-Geral de Logística - [ATO NORMATIVO TJ Nº 26/2025](#);
- Política de Governança da Secretaria Geral De Planejamento, Coordenação e Finanças - [ATO NORMATIVO TJ Nº 17/2025](#).

Em análise pela unidade:

- Escola de Administração Judiciária - em análise;
- Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- Departamento de Apoio aos órgãos Colegiados Administrativos;
- Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Em desenvolvimento na DEGEP/DIPEP:

- Assessoria Especial de Cerimonial
- Assessoria Especial de Eventos
- Assessoria das Obrigações Fiscais e Tributárias do ESocial, EFDREINF e DCTFWEB
- Departamento de Movimentação de Magistrados
- Departamento de Apoio à Presidência



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Escola de Mediação do Estado do Rio de Janeiro
- Secretaria-Geral de Gestão do Conhecimento
- Secretaria-Geral de Comunicação Social.

Após a divulgação do resultado final do Ranking da Governança 2025, a Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC), por meio do seu Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP), elaborou planos de melhoria iniciais para as unidades que participaram do certame, com ênfase nos requisitos cujas comprovações estavam em desacordo com o entendimento da Instituição em termos de governança.

Também foram elaborados e encaminhados relatórios individuais para as unidades e, como determinado no Ato Normativo TJ Nº 36/2024, o Departamento de Governança e Planejamento Estratégico auxiliará as unidades na elaboração dos planos de ação com base nos planos de melhoria iniciais que constam dos relatórios.

>> Boletim da Governança

O DEGEP divulgou por meio do Boletim de Governança as informações em destaque, tais como: revisão do mapa estratégico do TJERJ, revisão do plano estratégico, ranking da governança, macrodesafios do Judiciário 2027/2032, resultado do Prêmio CNJ de Qualidade 2025 etc.

Bimestralmente o Boletim é divulgado por e-mail e publicado no site do TJRJ no link <https://portaltj.tjrj.ius.br/departamento-de-governanca-inovacao-e-planejamento-estrategico-degep/-boletim-de-governanca>

9.3. DEINT

- Estudos e elaboração de minutas para atender à Certificação de Boas Práticas no Combate à Violência contra as Mulheres.
- Elaboração de Pesquisa de Percepção Usuário sobre o Canal de Denúncia de Integridade.
- Atualização das RADs
- Respostas a consultas encaminhadas por unidades do TJERJ
- Participação no evento de entrega do Selo Ouro de Transparência Pública realizado em Florianópolis pela ATRICON e no Rio de Janeiro pelo TCE-RJ
- Interlocução com o TCE-RJ no que se refere à transparência institucional
- Elaboração de minutas de atos normativos relacionados às suas atividades e estrutura
- Elaboração de Roteiro Auxiliar para revisão de Mapeamento de Riscos
- Auxílio ao Comitê de Integridade Institucional – COINT

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Atualização do Portal da Governança no tocante às matérias que fazem parte de sua atribuição

9.4. DEIND

Selo da Linguagem Simples (CNJ)

O Selo Linguagem Simples, instituído pela Portaria CNJ nº 351/2023, foi criado com o objetivo de reconhecer e incentivar o uso de uma linguagem clara, direta e acessível em todos os segmentos do Poder Judiciário. A iniciativa busca aproximar o Judiciário da sociedade, tornando suas comunicações mais compreensíveis a todas as pessoas. O selo valoriza práticas que utilizam recursos de acessibilidade, como Libras, audiodescrição e linguagem inclusiva, e é concedido anualmente, em outubro, mês em que se celebra o Dia Internacional da Linguagem Simples.

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) é responsável por coordenar a captação, organização e envio das comprovações ao CNJ, assegurando que as ações do Tribunal estejam alinhadas aos critérios da premiação.

No ano de 2024, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu oficialmente o Selo de Linguagem Simples, com o objetivo de reconhecer os tribunais que adotam práticas de comunicação clara, direta e acessível em seus atos e serviços. Nesse ano inaugural, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro conquistou o Selo de Linguagem Simples, cumprindo integralmente os cinco eixos do Plano Nacional de Linguagem Simples, definidos na portaria que regulamentou a premiação.

Em 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro conquistou o Selo Linguagem Simples pelo segundo ano consecutivo, alcançando 272,88 pontos, pontuação superior à média geral dos 17 tribunais estaduais contemplados, reafirmando o comprometimento institucional do Tribunal com a promoção de uma comunicação mais empática e acessível. A conquista é fruto do trabalho colaborativo de diversas unidades.

Com esse reconhecimento, o TJRJ consolida sua posição como referência nacional na adoção da Linguagem Simples, reforçando o avanço de uma cultura organizacional voltada à transparência, inclusão e excelência na comunicação com o cidadão.



Logo do Selo da Linguagem Simples

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Selo de Boas Práticas

O Prêmio Selo de Boas Práticas foi criado para reconhecer o empenho das Unidades Judiciais e Administrativas que adotam, com sucesso, as práticas divulgadas no Banco de Boas Práticas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Suas regras são publicadas anualmente por meio de Ato Normativo Conjunto no *Diário da Justiça Eletrônico*.

A Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) é responsável por coordenar todas as etapas da premiação, desde o planejamento, coordenação, análise das comprovações enviadas pelas unidades até suas divulgações e a cerimônia de entrega dos prêmios, que celebra o comprometimento das unidades participantes.

Ao longo dos anos, o Selo de Boas Práticas tem apresentado um crescimento expressivo no número de Unidades Judiciais premiadas. Em 2023, foram 10 unidades reconhecidas e 68 boas práticas comprovadas enquanto que em 2024 o número de unidades reconhecidas aumentou para 13 e o de boas práticas comprovadas aumentou para 208.

Já para 2025, 15 unidades judiciais participaram do prêmio e o número de boas práticas comprovadas foi 285. Esse aumento demonstra o fortalecimento da cultura de inovação, eficiência e compartilhamento de boas práticas no âmbito do TJRJ.

Assim, o prêmio consolida-se como um instrumento de valorização institucional e estímulo à melhoria contínua, reforçando o compromisso do Tribunal com a excelência na prestação jurisdicional e a disseminação de práticas exemplares no serviço público.



Selos

Selo Nós por Elas

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), desembargador Ricardo Couto de Castro, assinou um Termo de Compromisso institucional para estimular o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como a promoção de uma cultura organizacional segura, inclusiva e equitativa no âmbito do Judiciário fluminense.

Dentre os critérios estabelecidos pelo Instituto Nós por Elas e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas para a certificação, destacam-se ações educacionais e de capacitação, uso dos meios de comunicação oficiais para promover a conscientização sobre o tema, desenvolvimento de projetos, programas e comitês internos, além da existência de uma Ouvidoria para denúncias de casos de violência contra a mulher.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

A Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) foi responsável pela avaliação de documentação, condução de reunião com unidades, participação na auditoria bem como fiscalização do contrato da equipe de auditores.

Após auditoria realizada no dia de agosto de 2025, o TJRJ obteve o Selo Nós por Elas/ABNT, na categoria Ouro.

Esta iniciativa destaca a importância do engajamento de todos os segmentos do Tribunal de Justiça com o cumprimento dos parâmetros estabelecidos pelo Programa Nós por Elas/ABNT, visando à construção de um ambiente institucional mais igualitário em suas interações sociais e funcionais.



Certificado sobre a obtenção de Selo Nós por Elas/ABNT, na categoria Ouro

Revisão Completa do Dicionário Jurídico com Efetiva Linguagem Simples

O projeto teve início em março de 2025 com a proposta de atualização do Dicionário Jurídico do TJRJ, parte integrante do projeto Linguagem Simples para o Cidadão.

Embora anteriormente à época da elaboração do projeto (então 'Glossário Jurídico'), em março de 2023, tenha sido comprovada a melhoria na simplificação da linguagem por meio de pesquisa de opinião realizada via Forms, identificou-se um novo cenário, sobretudo com o advento do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, instituído pelo CNJ, o que evidenciou a necessidade de aprimorar as definições existentes.

Diante desse contexto, foram apresentadas propostas de revisão e atualização dos verbetes, com o objetivo de torná-los mais claros, acessíveis e alinhados às diretrizes nacionais de comunicação simples.

Em 17 de março de 2025, foi concluída a atualização do Dicionário Jurídico, consolidando um instrumento mais moderno, transparente e voltado ao cidadão.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z			
		<input type="text" value="Digite um termo"/>	
		<input type="button" value="Limpar"/>	
VERBETE	DEFINIÇÃO	ÍCONE	
1ª Instância	Na maioria das vezes, é a primeira etapa da Justiça, onde os processos começam. De forma resumida, inclui as Varas e os Juizados Especiais, onde os juízes dão a primeira decisão sobre o caso levado ao Poder Judiciário.		
2ª Instância	Na maioria das vezes, é segunda etapa da Justiça, onde são analisados os recursos contra decisões da 1ª instância. De forma resumida, inclui as Câmaras, onde os desembargadores fazem seu julgamento.		
2ª Vice-Presidência	Recebe e distribui os processos criminais da 2ª instância. Também avalia se recursos constitucionais criminais podem seguir para os Tribunais Superiores (juízo de admissibilidade).		
3ª Vice-Presidência	Avalia se recursos constitucionais civis podem seguir para os Tribunais Superiores (juízo de admissibilidade).		
Absolvição	Reconhecimento da inocência de uma pessoa.		
Ação Judicial	Pedido feito à Justiça para garantir um direito.		
Ação Penal Privada	Processo criminal que só pode ser iniciado pela vítima ou por seu representante legal.		
Ação Penal Pública	Processo criminal que só pode ser iniciado pelo Ministério Público ou outro órgão público.		
Ação Rescisória	Processo que pede a revisão de uma sentença ou acórdão que já havia se tornado definitivo.		
Acórdão	Decisão final tomada por um grupo de pelo menos 3 desembargadores.		

Revisão Cartilha do Idoso

Em 30 de julho de 2025, a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso -CEVIJ, solicitou o agendamento de reunião com a equipe do Laboratório de Inovação do IdeaRio, a pedido da Desembargadora, Daniela Brandão Ferreira com o objetivo de propor ajustes na Cartilha das Pessoas Idosas.

A cartilha, oriunda de um projeto, cujo o nome é Amadurecer com Direitos, foi desenvolvida em 2024, em razão da Resolução CNJ nº 520/2023, que instituiu a Política Judiciária para Pessoas Idosas e suas interseccionalidades e recebeu o título 'Conhecendo os Direitos das Pessoas idosas'

Atendendo às sugestões apresentadas pela CEVIJ, o material foi alterado, conforme apontamentos da Coordenadoria e encaminhado para diagramação.

Em dezembro de 2025 foi realizada a diagramação, aprovação e entrega da cartilha na CEVIJ.

Implementação e parcerias para novos PID'S

Em razão das parcerias realizadas entre o TJERJ com diversos municípios, como Areal Comendador Levy Gasparian e Nova Iguaçu com cessão de colaboradores ou servidores municipais para atuar no atendimento dos PIDS, se fez necessário definir um fluxo de cadastramento dos colaboradores, visando a liberação de senha do TJ para utilização de computadores e eventual acesso aos sistemas, com sugestão de vinculação à área administrativa do Fórum da localidade onde o PID estiver instalado.

Tal sugestão foi submetida à análise da Corregedoria Geral da Justiça, cuja decisão foi favorável ao cadastramento dos servidores cedidos na direção do Fórum, tendo sido ressaltada a necessidade de autorização expressa do Exmo. Presidente do TJRJ bem como anuência da Corregedoria Geral da Justiça.

Ressalte-se que o PID de Areal já se encontra em pleno funcionamento e a colaboradora encontra-se lotada na Diretoria do Fórum de Três Rios/Areal.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

No que diz respeito ao procedimento para cadastramento dos colaboradores que irão atuar nos PIDS de Levy Gasparian e Nova Iguaçu, encontra-se aguardando o envio da documentação dos colaboradores para que sejam instruindo os processos administrativos que serão encaminhados à Presidência para autorização das lotações na Direção dos respectivos fóruns.

Registre-se que o Departamento de Inovação e Desenvolvimento empreendeu ainda ações buscando atrevera para a implementação de PID que atenda comunidades Indígenas e quilombolas, sendo certo que foi identificada a oportunidade dupla de alcançar tal objetivo com a instalação no distrito de Bracuí, No Município de Angra dos Reis. As tratativas neste caso ainda não evoluíram de forma definitiva e algumas alternativas já estão sendo consideradas.

PROJETOS ORIGINÁRIOS DE PARCERIAS E JÁ IMPLEMENTADOS

Maratona da linguagem simples

Realizada em outubro de 2025, a Maratona da Linguagem Simples prestigiou o convênio com o FOJURJ - Fórum Permanente do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, contando com a participação TRT-RJ, TRF- 2 e TRT-AL.

O objetivo foi aprofundar o conhecimento sobre a aplicação da Linguagem Simples em documentos oficiais, capacitando os participantes a utilizar metodologias de simplificação, estruturação e revisão textual para garantir maior clareza, precisão e funcionalidade à informação jurídica e administrativa.

A iniciativa contribuiu diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 10, que visa à redução das desigualdades dentro e entre os países, e nº 16, que busca promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir acesso à justiça para todos e fortalecer instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, e está em consonância com a Recomendação nº 144/2023 do CNJ, que orienta os Tribunais a adotarem linguagem simples, clara e acessível, com o uso de elementos visuais para facilitar a compreensão das informações.

No momento, o projeto foi concluído com êxito, alcançando seus objetivos de disseminação da cultura de linguagem simples e colaborativa entre os órgãos jurisdicionais participantes. Foram emitidos 31 (trinta e um) certificados, distribuídos entre diferentes categorias de premiação: Selo Entusiasta da Linguagem Simples, Selo Agente de Linguagem Simples e Selo Agente de Linguagem Simples e Direito Visual.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.


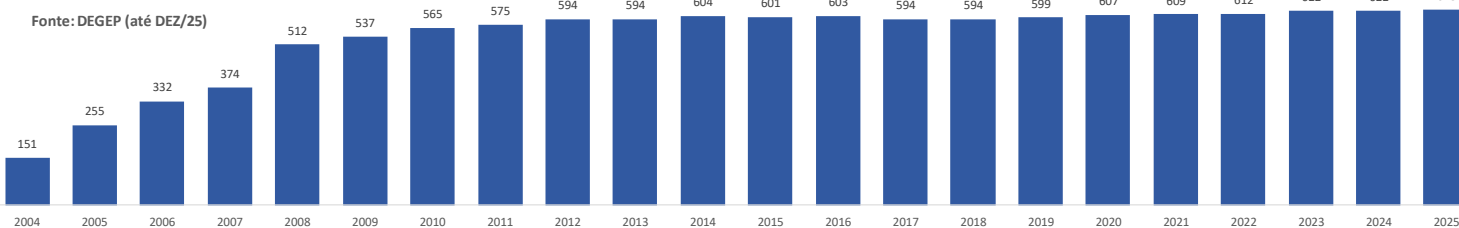
10. PLANILHAS DE INDICADORES - ESTRATÉGICOS GERENCIAIS E OPERACIONAIS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TJERJ													
PLANILHA DE INDICADORES													
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.													
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGGIC/DEGEP	INDICADOR ESTRATÉGICO	x	INDICADOR GERENCIAL		INDICADOR OPERACIONAL		OUTROS					
MACRODESAFIO	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária (Macrodesafio)			OBJETIVO ESTRATÉGICO	Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ								
INDICADOR	Índice de implementação dos projetos estratégicos			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			---						
FINALIDADE	Verificar a capacidade de o PJERJ implementar seus projetos estratégicos conforme planejado									CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Acum.	
PERIODICIDADE	Mensal	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		x	INDICADOR DE DESEMPENHO								
FÓRMULA	$(\sum \% \text{ de ações realizadas nos projetos estratégicos no período} / \sum \% \text{ de ações planejadas no biênio}) \times 100$									SENTIDO DE MELHORIA		MM	
META	99,75%				ORIGEM DOS DADOS		Sistema GRP		UNIDADE DE MEDIDA		%		
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2023	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
		0,00%			24,50%			40,09%			49,20%		
	2024	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre		
		61,75%			71,50%			82,72%			97,49%		
	2025	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25
RESULTADOS NO PERÍODO													
LINHA DE BASE (2014)	97%												
RESULTADO ATUAL	58,07%												
META	99,75%												
<div><div>IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS - POR BIÊNIO</div></div> <div><div>EVOLUÇÃO DO RESULTADO (MENSAL)</div></div>													
ANÁLISE CRÍTICA	<p>O Plano Estratégico foi revisado pela COGEP e, das 30 propostas apresentadas, 15 foram aprovadas como Projetos Estratégicos. Seguindo a diretriz estabelecida pelo Desembargador Ricardo Couto de Castro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dos 15 projetos, 2 são de continuidade, a fim de garantir que ações importantes iniciadas sejam continuadas, condição necessária à efetividade e à eficiência operacional (ATO EXECUTIVO TJ Nº 82/ 2025).</p> <p>O percentual de implementação dos projetos estratégicos atingiu 58,07%, em relação ao total de ações planejadas até dezembro/2025. Dos 15 projetos aprovados no biênio, 13 estão em execução e 2 foram concluídos.</p> <p>O monitoramento dos projetos estratégicos é realizado mensalmente mediante a emissão de relatório analítico, no qual é detalhado o percentual de implementação de cada projeto em relação ao planejado para o período e relacionadas todas as ações em atraso e justificativas e ações gerenciais para saná-las.</p> <p>Os dados são obtidos mensalmente por meio do sistema informatizado GRP. O relatório é encaminhado mensalmente à Administração Superior do TJRJ, bem como às unidades responsáveis pela execução dos projetos para análise e devidas providências.</p>												
AÇÕES GERENCIAIS	<ul style="list-style-type: none">- Monitorar o lançamento das ações planejadas no período.- Elaborar resumo executivo dos projetos estratégicos para publicação no DJERJ.												
Responsável pela emissão do relatório: SGGIC/DEGEP/DIPEP													
Responsável (aprovação e divulgação): SGGIC/DEGEP													
											Data:	10/01/2026	



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

		<div>PLANILHA DE INDICADORES</div> <div>IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.</div>																																																																	
UNIDADE ORGANIZACIONAL		DEGEP/DITRA		INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO		--		INDICADOR DE PROJETO		--		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		X		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE		--																																																	
TEMA		APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA						OBJETIVO ESTRATÉGICO		Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ																																																									
INDICADOR		ACERVO DE RAD DO PJERJ						PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		Mapeamento de Processos de Trabalho e Revisão de Rotinas Administrativas																																																									
FINALIDADE		Acompanhar a evolução da documentação dos processos de trabalho												CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		--																																																			
PERIODICIDADE		Mensal		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		X		INDICADOR DE DESEMPENHO		--		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		--		INDICADOR DE EFETIVIDADE		--																																																	
FÓRMULA		(Σ RAD em vigor no PJERJ) por unidade												SENTIDO DE MELHORIA		(Nm) Nominal é Melhor																																																			
META		Não há										ORIGEM DOS DADOS		SIDOC		UNIDADE DE MEDIDA		RAD																																																	
EVOLUÇÃO DO INDICADOR		2004	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016																																																				
			151	255	332	374	512	537	565	575	594	594	604	601	603																																																				
		2025	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025																																																								
			594	594	599	607	609	613	622	622	623				-																																																				
RESULTADOS NO PERÍODO		<div>Acervo Anual de RADs do PJERJ</div> <div>Fonte: DEGEP (até DEZ/25)</div>  <table><tr><th>Ano</th><th>2004</th><th>2005</th><th>2006</th><th>2007</th><th>2008</th><th>2009</th><th>2010</th><th>2011</th><th>2012</th><th>2013</th><th>2014</th><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th><th>2021</th><th>2022</th><th>2023</th><th>2024</th><th>2025</th></tr><tr><td>Valor</td><td>151</td><td>255</td><td>332</td><td>374</td><td>512</td><td>537</td><td>565</td><td>575</td><td>594</td><td>594</td><td>604</td><td>601</td><td>603</td><td>594</td><td>594</td><td>599</td><td>607</td><td>609</td><td>612</td><td>622</td><td>622</td><td>623</td></tr></table>																				Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Valor	151	255	332	374	512	537	565	575	594	594	604	601	603	594	594	599	607	609	612	622	622	623
Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025																																													
Valor	151	255	332	374	512	537	565	575	594	594	604	601	603	594	594	599	607	609	612	622	622	623																																													
LINHA DE BASE 2004		151																																																																	
RESULTADO ATUAL		623																																																																	
META		-																																																																	
ANÁLISE CRÍTICA		O acervo de Rotinas Administrativas (RADs) do PJERJ em vigência varia de acordo com a criação de novas RADs e o cancelamento de RADs que descrevam processos de trabalhos que não são mais executados ou que passaram a integrar outra rotina administrativa. Atualmente, o PJERJ tem um acervo de 623 RADs. Nos 10 primeiros anos da criação das rotinas administrativas, o PJERJ obteve um crescimento de 293% no número de documentos. Com relação aos últimos 10 anos, o crescimento foi de 3,6%, demonstrando o amadurecimento da gestão de processos. No ano de 2025, foram mapeados ou remapeados 26 processos de trabalho. O discreto aumento do acervo, apesar da criação de novas rotinas, explica-se pelo fato de que alguns processos de trabalho descritos em RADs distintas se tornaram objeto de uma única RAD, ensejando o cancelamento das demais, e pelo cancelamento de documentos estratégicos das unidades que se desatrelaram da certificação pela NBR ISO9001.																																																																	
AÇÕES GERENCIAIS		Incentivar e apoiar as unidades organizacionais na elaboração e atualização das rotinas administrativas.																																																																	
Responsável pela emissão do relatório: Patrícia Ferreira				Responsável (aprovação e divulgação): Patrícia Ferreira																Data: 02/01/2025																																															